

REGINA DE FÁTIMA FREITAS CARVALHO FERRO

**POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
DA COMUNIDADE DE SÃO GABRIEL DO OESTE EM
TERMOS DE OCUPAÇÃO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL –
MESTRADO
CAMPO GRANDE
2003**

REGINA DE FÁTIMA FREITAS CARVALHO FERRO

**POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
DA COMUNIDADE DE SÃO GABRIEL DO OESTE EM
TERMOS DE OCUPAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Local, no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, oferecido pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sob a orientação do Professor Doutor Vicente Fideles de Ávila.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL –
MESTRADO
CAMPO GRANDE
2003**

Ficha catalográfica

Ferro, Regina de Fátima Freitas Carvalho
F395p Potencialidades de desenvolvimento local da comunidade de São Gabriel do Oeste em termos de ocupação / Regina de Fátima Carvalho Ferro; orientador, Vicente Fidéles de Ávila. 2003.
136f. :il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, 2003.
Inclui bibliografia

1. Desenvolvimento local 2. Planejamento regional – São Gabriel do Oeste, MS .I. Ávila, Vicente Fidéles de. II. Título

CDD-338.98171

Bibliotecária: Clélia T. Nakahata Bezerra CRB 1-757

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila

Prof. Dr. Enoque Gomes Cavalcante

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Oliveira Martins

AGRADECIMENTOS

Aos que colaboraram de forma efetiva na busca por informações e disponibilizaram documentos e indicadores que proporcionaram a construção do perfil municipal, que foram fundamentais para a realização das análises realizadas.

Ao professor Mestre Maucyr Gibbin pelo apoio no agendamento dos entrevistados e na ambientação que tornou possível uma melhor observação dos fatos.

Ao meu orientador, que com clareza, competência, profundidade e bom exemplo, tem contribuído para o meu engrandecimento profissional, por meio da interiorização de conhecimentos absorvidos nesse tempo de convivência que a orientação proporcionou.

Por fim, à minha família, Pai, Mãe e Esposo, que participou ativamente desse processo ajudando-me no cuidado com as crianças (Victor e Arthur), propiciando assim, tempo livre para a realização dos trabalhos e encorajando-me na conclusão.

“Para construir minha vida tive que largar pai, mãe, amigos e demais familiares para tentar uma vida longe de casa. Se não construir nada aqui e meus filhos tiverem que fazer o mesmo, não terá valido a pena”.

*Adão Unírio Rolim
Prefeito Municipal de São Gabriel do Oeste*

RESUMO

Com o objetivo de proceder ao levantamento das potencialidades locais que propulsionem o desenvolvimento endógeno da comunidade de São Gabriel do Oeste em termos de emprego, foi percorrido o caminho da pesquisa qualitativa com uma abordagem fenomenológica, utilizando-se de: revisão bibliográfica sobre o tema; levantamento de dados estatísticos do local estudado para proporcionar um conhecimento da realidade socioeconômica; entrevistas semi-estruturadas envolvendo empregados e empregadores; e, a observação dos fenômenos que viessem a completar os dados levantados nas entrevistas. Desta feita, partindo da correlação traçada entre emprego e potencialidades existentes no município, foram feitas análises, com uma apreciação comportamental da estrutura produtiva e da força de trabalho por setores, como também, das particularidades que caracterizam a vida econômica do município. Ainda no mesmo estudo, foram examinadas as distribuições estáticas da mão-de-obra; a taxa da atividade demográfica e da participação do contingente feminino; bem como, as características sociais que fundamentam uma subsequente interpretação dos atuais índices de subemprego. A remuneração dos trabalhadores e, de modo particular, o seu preparo educacional e qualificação da força de trabalho foram estudados, como subsídio às análises relativas ao emprego. Depois de trilhado esse caminho, foi possível detectar e apontar algumas potencialidades que podem alavancar o desenvolvimento local endógeno em São Gabriel do Oeste, considerando que seu aproveitamento significa também respeito, para que seja possível tirar proveito, despertá-las, desenvolvê-las, sem com isso agredir o lugar. Portanto, o município apresenta potencial de viabilidade para o desencadear do processo desenvolvimentista na linha aqui apresentada, que venha lastrear a sustentabilidade, criando emprego e gerando renda, considerando o perfil da população que compõe esse local e as riquezas naturais que contempla toda a área municipal.

Palavras chave: Desenvolvimento local, Emprego e Potencialidade

ABSTRACT

Within the purpose to proceed the uprising of the local potentialities that propels the endogenous development of the community of São Gabriel do Oeste regarding to employment, the course of the qualitative research was explored with phenomenological approaching, by the application of: bibliographical revision about the topic; data statistic investigation of the analyzed local providing knowledge of the socioeconomic reality; semi-structured interviews involving employees and employers; and the observation of the phenomena to complete the statistic investigation. Thus, from a starting-point of the connections outlined between the employment and the existing potentialities in the municipality, analysis were done, with conduct appreciation of the productive structure and the labor for sectors, and also, the peculiarities that delineates the economic life of the municipality. Yet, at the same study, the statistic distribution of the manual work; the demographical activity rate and the participation of the female contingent; as well as; the social characteristics that supports the subsequent interpretation of the present subemployment index. The workers rewarding and, in a particular way, their educational formation and the qualification of the labor, were studied, as a subsidy to the analysis relating to employment. After well-known the direction, it was possible to disclose and to point out some potentialities that can spread out the local endogenous development in São Gabriel do Oeste, considering that its improvement means also respect and makes possible to benefit, to stimulate, and to develop them all, without aggressing the place, as well. Therefore, the municipality presents viability potential to break out the developmental process of the research line conduct here presented, supporting the sustainable, to create employment and producing per capita income, considering the population aspects that consists this place and its natural resources which contemplates the whole municipality area.

Key words: Local development, Employment and Potentiality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
1.1 ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA E FILOSOFIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	23
1.2 QUE É DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	31
1.3 QUE SÃO POTENCIALIDADES EM DESENVOLVIMENTO LOCAL	36
1.4 EMPREGO E TRABALHO.....	40
1.4.1 Que é emprego.....	42
1.4.2 Que é trabalho.....	43
1.5 QUE SÃO POTENCIALIDADES DE EMPREGO NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	49
CAPÍTULO 2 MATO GROSSO DO SUL E O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE	54
2.1 MATO GROSSO DO SUL	54
2.1.1 População residente	56
2.1.2 Crescimento da população	58
2.1.3 Urbanização	60
2.2 SÃO GABRIEL DO OESTE	62
2.2.1 Breve histórico	63
2.2.2 População	65
2.2.3 Economia municipal	67
2.2.3.1 Setor primário	67
2.2.3.2 Setor secundário	69
2.2.3.3 Setor terciário	70
2.2.3.4 Finanças municipais	73
2.2.4 Infra-estrutura e aspectos sociais	75
2.2.4.1 Transporte	75
2.2.4.2 Energia elétrica	75
2.2.4.3 Comunicação	76
2.2.4.4 Saneamento básico	77
2.2.4.5 Saúde	78

2.2.4.6 Educação.....	79
2.2.4.7 Cultura, lazer e organização social	83
CAPÍTULO 3 CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO E RENDA EM SÃO GABRIEL DO OESTE	
3.1 OCUPAÇÃO PRINCIPAL	88
3.2 ESTRUTURA ETÁRIA DAS PESSOAS OCUPADAS	90
3.3 POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO	90
3.4 O SUBEMPREGO	92
3.5 MERCADO DE TRABALHO ORGANIZADO	93
3.6 DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS.....	95
3.7 ÍNDICES DE EMPREGO	98
CAPITULO 4 DADOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA JUNTO À COMUNIDADE DE SÃO GABRIEL DO OESTE	
4.1 ENTREVISTA	104
4.1.1 Demografia	105
4.1.2 Mão-de-obra.....	105
4.1.3 Localização e acesso	106
4.1.4 Questões sociais	107
4.1.5 Lazer	107
4.1.6 Perfil populacional	107
4.1.7 Organização social	107
4.1.8 Turismo.....	108
4.1.9 Atividade econômica	108
4.1.10 Poder público	109
4.2 OFICINA MUNICIPAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MS 2020)	110
4.3 CONSOLIDAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS PELO MÉTODO DELFOS.....	111
CAPÍTULO 5 REAIS CAPACIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	114
5.1 POTENCIALIDADES EXPLÍCITAS	116
5.1.1 Espírito empreendedor da população.....	116
5.1.2 Produção agrícola com alto índice tecnológico	116
5.1.3 Variedades de matéria-prima	117
5.1.4 Organização social e participação.....	117
5.1.5 Estrutura física	117
5.1.6 Organização social	119
5.1.7 Variedades culturais e festas tradicionais	121
5.1.8 Recursos hídricos, solos férteis, clima e relevo favorável à produção agropecuária.....	122

5.1.9 Universidade Católica Dom Bosco – UCDB e Escola Agropecuária	122
5.1.10 Localização geográfica favorável	122
5.1.11 Povo trabalhador	123
5.1.12 Belas paisagens na área rural	123
5.1.13 Recursos hídricos abundantes (irrigação/consumo humano).....	124
5.2 POTENCIALIDADES IMPLÍCITAS.....	124
5.2.1 Propensão ao associativismo	124
5.2.2 Satisfatória estrutura educacional (física e humana)	124
5.2.3 Capacidade para agregação de valor na cadeia produtiva	125
5.2.4 Preocupação com o impacto das ações antrópicas no meio ambiente	125
5.2.5 Pré-disposição para a realização de parcerias	125
5.3 EMPREGO E POTENCIALIDADES DETECTADAS À LUZ DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO.....	126
CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS	133

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Distribuição da População por mil/hab.	56
FIGURA 2 – Estimativa populacional – 1998	58
FIGURA 3 – Pessoas imigrantes, procedentes de outras unidades da Federação – 1996	59
FIGURA 4 – Urbanização – 1996	61
FIGURA 5 – Estado de Mato Grosso do Sul – São Gabriel do Oeste – Localização	63
FIGURA 6 – Crianças fora da escola, na faixa etária de 7 a 14 anos – 1996.....	80
FIGURA 7 – Necessidade de sala de aula – 1 ^a a 8 ^a série – 2000	82

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – População residente por sexo em São Gabriel do Oeste – 1991 e 2000	66
GRÁFICO 2 – População residente por situação de domicílio – São Gabriel do Oeste 1980, 1991 e 2000	66
GRÁFICO 3 – Estabelecimentos agropecuários por grupos de área – 1995/96 em São Gabriel do Oeste	67
GRÁFICO 4 – Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica 2001 – São Gabriel do Oeste	74
GRÁFICO 5 – Taxa de alfabetização da população residente de 5 anos ou mais de idade – São Gabriel do Oeste – 1995 e 2000.....	79
GRÁFICO 6 – Pessoas de 10 anos e mais de idade – por classe de rendimento nominal médio mensal por sexo - São Gabriel do Oeste – 1991.....	89
GRÁFICO 7 – Número de estabelecimentos e vínculos por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste - 1997 a 2001	94
GRÁFICO 8 – Número de pessoas beneficiadas pelo seguro desemprego – São Gabriel do Oeste - 1999 a 2001	96
GRÁFICO 9 – Intermediação da mão-de-obra formal – São Gabriel do Oeste – 2001	97
GRÁFICO 10 – Total de Carteiras de Trabalho emitidas – São Gabriel do Oeste - 1999 a 2001	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente por sexo em São Gabriel do Oeste.....	65
Tabela 2 – População residente por situação de domicílio em São Gabriel do Oeste	66
Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários por grupos de área – 1995/96 em São Gabriel do Oeste	67
Tabela 4 – Efetivos da pecuária e de aves em São Gabriel do Oeste, em 1994 e 2001	68
Tabela 5 – Produção agrícola municipal em São Gabriel do Oeste	69
Tabela 6 – Indústrias por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste, 1995 e 2001	70
Tabela 7 – Comércio atacadista por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste....	71
Tabela 8 – Comércio varejista por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste, 1995 e 2001.....	71
Tabela 9 – Estabelecimentos de serviços por atividade em São Gabriel do Oeste, 1995 e 2001	72
Tabela 10 – Serviços bancários – agências existentes em São Gabriel do Oeste em 2001	72
Tabela 11 – Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica 1995/2001 São Gabriel do Oeste	73
Tabela 12 – Consumo de energia elétrica por classe - São Gabriel do Oeste – 1995 e 2000	76
Tabela 13 – Telefonia – Serviços anuais – TELEMS/2000 - São Gabriel do Oeste.	76
Tabela 14 – Taxa de alfabetização da população residente de 5 anos ou mais de idade - São Gabriel do Oeste, 1991 e 2000.....	79
Tabela 15 – Matrícula inicial, por grau e zona - São Gabriel do Oeste, 1996 e 2000	80
Tabela 16 – Número de salas de aula utilizadas, segundo dependência administrativa – São Gabriel do Oeste, 1996 e 2000.....	81

Tabela 17 – Número de escolas, segundo dependência administrativa - São Gabriel do Oeste, 1996 e 2000.....	82
Tabela 18 – Número de professores, segundo dependência administrativa - São Gabriel do Oeste – 2000	83
Tabela 19 – Pessoas de 10 anos e mais de idade – por classe de rendimento nominal médio mensal por sexo - São Gabriel do Oeste – 1991	87
Tabela 20 – Pessoas de 10 anos e mais de idade, quanto a posição na ocupação principal - São Gabriel do Oeste – 1991	89
Tabela 21 – Pessoas ocupadas de 10 anos e mais de idade - São Gabriel do Oeste 1991	90
Tabela 22 – Número de estabelecimentos e vínculos por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste – 1997, 1999 e 2001	93
Tabela 23 – Número de pessoas beneficiadas pelo seguro desemprego – São Gabriel do Oeste - 1999 a 2001	95
Tabela 24 – Intermediação da mão-de-obra formal – São Gabriel do Oeste –2001 .	97
Tabela 25 – Total de Carteiras de Trabalho emitidas – São Gabriel do Oeste - 1999 a 2001	99

INTRODUÇÃO

Analisar potencialidades latentes na região em estudo que possam traduzir-se em caminhos que levam ao desenvolvimento local endógeno é a tônica que norteou todo o trabalho realizado com vista à conclusão da participação desta mestrande no programa de mestrado em Desenvolvimento Local.

O tema escolhido para compor o projeto de pesquisa, buscou investigar as potencialidades sob o prisma da oferta de emprego com o título inicial fixado em: **Oferta de emprego em São Gabriel do Oeste, Análise de Potencialidades da Comunidade Municipal na Ótica do Desenvolvimento Local**, e após o exame de qualificação a banca examinadora sugeriu alterar para **Potencialidade de Desenvolvimento Local da Comunidade de São Gabriel do Oeste em Termos de Ocupação** como forma de traduzir melhor o conteúdo abordado.

Para guiar todo o processo e tornar claro o objetivo a ser perseguido durante a coleta de informações e, posteriormente, para organizá-las conforme a situação do objeto de estudo segundo parâmetros espaciais, sociais e temporais, dando a dimensão desafiadora da investigação, procurou-se delimitar e configurar o problema da pesquisa, assim estabelecido: **Com o crescente índice de desemprego registrado no país, refletindo diretamente no cotidiano da população, cresce também a desigualdade social, interferindo no desenrolar do processo de desenvolvimento. Em São Gabriel do Oeste, os fatores de produção são capazes de gerar oferta de emprego em índices economicamente satisfatórios e proporcionar o desenvolvimento do local?**

A fixação do problema da pesquisa é uma forma de perseguir o objetivo e manter-se com os olhos mirados nele, haja vista que a objetividade é um desafio para um pesquisador

de fatos sociais que precisa estar em vigília constante, para que seus valores não interfiram no objeto de sua observação.

Com essa visão do papel do investigador, esta pesquisadora, trabalhou seguindo no encalço do seguinte objetivo proposto: **Detectar e analisar as potencialidades da comunidade do município de São Gabriel do Oeste no que respeita à sua própria participação no processo de implementação das oportunidades de emprego, entendidas como condição fundamental para o desenvolvimento local endógeno da mesma, através da: - Investigação dos setores que empregam, por categoria, e capacidade de absorção da mão-de-obra disponível nos limites do município; - Caracterização da população economicamente ativa do município e sua contribuição para promoção do Desenvolvimento Local.**

Trilhando no caminho da pesquisa rumo ao objetivo traçado por meio da investigação do problema, primeiramente, procurou-se delimitar a abrangência da pesquisa, momento em que foi possível dar os primeiros passos em direção a São Gabriel do Oeste, um município pujante e receptivo que proporciona prazer e satisfação na realização da pesquisa, uma vez que seus líderes, são ávidos por informações técnicas do próprio município, por considerarem uma contribuição para as tomadas de decisões e para a valorização do seu povo.

Com vistas à qualidade do resultado esperado, fez-se à opção por uma pesquisa qualitativa, com uma abordagem fenomenológica descritiva, envolvendo:

- o conhecimento do que foi produzido em relação ao tema, através da revisão bibliográfica;
- levantamento de dados estatísticos junto a órgãos oficiais, que permitiram traçar um perfil do município e que se completou com a pesquisa de campo;
- entrevistas semi-estruturadas envolvendo empregados e empregadores;
- observação dos fenômenos, sem a preocupação de enquadrá-los em teorias e modelos conceituais fechados, mas sim, como forma de complemento das informações obtidas nas entrevistas.

Ao lançar mão das técnicas qualitativas para o desvelar da investigação, foi preciso ter sempre em mente sua vinculação com a fenomenologia, pois a análise do espaço através dessa técnica se mostrou frutífera, por delinear a realidade sócio-espacial a partir da perspectiva das pessoas que vivem e atuam nela. Com esse pensamento, buscou-se compreender as pessoas dentro do seu próprio marco de referência identificando-se com elas. A aproximação foi tanta, que se passou a viver com ela no local investigado diversas rotinas da realidade cotidiana como atividade desportiva, fóruns coletivos, crenças religiosas, festas populares, entre outras, buscando conhecer profundamente cada situação, não dando nada por subentendido, e considerando que tudo é ou poderia ser, objeto de investigação.

Como a investigação permeava o campo da ciência social, algumas questões rondavam a cabeça dessa pesquisadora, pois não era possível estudar o espaço geográfico de São Gabriel do Oeste sem a preocupação de: porque vivem nesse espaço, como esse espaço é utilizado, organizado ou desorganizadamente, como foi concebido, quais ou quem são as pessoas que o habita e como interagem entre si e com este, qual o sistema de vida adotado (físico, social e econômico). Talvez por isso, alguns autores chegam a resumir estas questões em apenas algumas interrogações (Por quê? Como? Quais ou quem? Como?).

Dentro de uma visão mais humanista, aos poucos se foi obtendo uma visão holística dos fatos, buscando o aprofundamento do objeto da pesquisa, sem perder de vista as diversas variáveis que compõem o município de São Gabriel do Oeste.

O dia-a-dia da pesquisa traduzia a subjetividade do processo, revelando como uma representação mental abstrata foi, pouco a pouco, adquirindo sentido próprio, no âmbito de uma problemática e de uma ideologia modelada apenas em projeto.

Sem dúvida, na prática, foi constante e paulatinamente construída a realidade objetiva através da interpretação dos fatos, de modo a analisar o espaço em estudo e construir uma imagem sob o ângulo da observação. Daí, a construção da imagem modelada a luz do projeto de pesquisa, imagem esta parcial, pois possui os limites de seu ângulo de visão, porém não mais moldada pelo observador e sim pela própria realidade desvelada. Desta forma, a investigação qualitativa ao descobrir a natureza do mundo social por meio da compreensão da forma em que as pessoas atuam e dão sentidos a suas vidas, esboça que a investigação do

objeto pesquisado não passa a ser recriada, apenas segue com fidelidade o método de análise adotado, para conhecer o objeto com clareza, aprofundamento, e imparcialidade na análise.

Optou-se pela fenomenologia com um eficaz método qualitativo utilizado para análise com base filosófica, pela qual se que pretende observar o mundo tal e como ele se mostra diante da investigação científica que tem por objetivo revelar a essência, que proporciona uma base ao marco temático da ciência.

Os levantamentos bibliográficos sobre os assuntos - desenvolvimento local e emprego - abrangearam tanto leitura de textos científicos quanto de matérias veiculadas pela imprensa nacional, haja vista que se trata de questões atuais que agregam conhecimento e proporcionam uma visão crítica, com o intuito de situar São Gabriel do Oeste no contexto nacional e, até mesmo, mundial.

Diante disso, em todas as fases da pesquisa, levantamentos de dados socioeconômicos do município foram realizados em órgãos do governo federal, como o IBGE, e governo estadual como secretarias de estado, com vistas a observar a evolução de indicadores demográficos, econômicos, entre outros, bem como as influências dos planos de governo sob São Gabriel do Oeste, para tornar possível o conhecimento do município sob o ângulo externo, de fora para dentro. Entretanto, nessa fase, foram encontradas dificuldades na obtenção dos dados, pois as informações mais pertinentes e minuciosas sobre o assunto em estudo nem sempre figuram nas publicações sobre o município. Dentro do que se tinha disponível, procurou-se a melhor forma de aproveitamento das informações subjacentes.

Também a Prefeitura carece de dados sobre o município, mas foi possível obter algumas informações que permitiram o conhecimento e análise sob o ponto de vista interno, como são digeridas as ações externas e o que se faz internamente para equacionar todas as problemáticas relativas às potencialidades de geração e manutenção dos níveis de emprego.

Após todo esse percurso, e já armazenados alguns conhecimentos do local em estudo, foram feitas entrevistas semi-estruturadas dirigidas, com dirigentes municipais, para conhecer como o problema da pesquisa é visto por esse grupo; depois, utilizando a mesma ferramenta foi enfocado um outro ângulo ao investigar as lideranças municipais com vistas a conhecer o perfil do empregador, seus anseios e preocupações.

Por fim, buscou-se a realização de uma observação participante, onde harmoniosamente foi possível passar momentos agradáveis e até desfrutar da rotina diária dos habitantes do município, permitindo assim, conhecer melhor o perfil da população onde vivem e interagem empregados e empregadores.

Sob esse prisma, estudar a realidade do local implica estudar também a história, para que se possa conhecer a origem dos fatos, entender os acontecimentos presentes, assim como, analisar as efetivas associações vinculadas a lugares específicos que condicionam a ação social em “teatros” tão evocadores. Foi como aconteceu, nem sempre a conversa com os mais antigos, os mais familiarizados com o local, eram entrevistas, muitas vezes foi à forma encontrada para compreender melhor o descrito em fontes técnicas.

Concluído todo o processo investigatório, foi possível estruturar o documento final que ora se apresenta, sob cinco dimensões:

- 1) A construção de uma parte introdutória, em que se descreve a forma e as técnicas utilizadas no desenvolvimento do trabalho realizado.
- 2) A fundamentação teórica, que compreende o Capítulo 1, em que foram abordados os temas sobre: desenvolvimento local, o contexto em que se insere, a potencialidade latente para que ocorra, emprego, trabalho, e principalmente as potencialidades de emprego e trabalho na perspectiva do desenvolvimento local. Focando uma abordagem teórica que fundamenta os rumos da pesquisa e dá o tom nas possibilidades observadas.
- 3) A sistematização, registro e análise (capítulos 2 e 3) dão a tônica do perfil impresso no espaço investigado, primeiramente contextualizando informações sobre o Estado da federação em que está inserido o município de São Gabriel do Oeste, depois um perfil socioeconômico do próprio município e, por fim, procurou-se informações oficiais, para traçar um perfil do mercado de trabalho, de acordo com as características do emprego e do rendimento locais. Nessa perspectiva, o capítulo 2, relata um perfil do estado com ênfase no município de São Gabriel do Oeste que proporciona uma visão geral, e no

capítulo 3 retrata características do emprego e renda, retratando as principais ocupações, suas posições e organização do mercado de trabalho.

- 4) Estruturação das entrevistas, fóruns de oficinas do planejamento estratégico do Estado e observação, exprimem o pensamento da comunidade impresso nos capítulos 4 e 5. No quarto capítulo, tem-se o relato: das entrevistas por agrupamento de questões apontadas pelos entrevistados; dos resultados alcançados na realização de oficinas municipais para a elaboração do plano estratégico do estado de Mato Grosso do Sul; e, dos resultados colhidos na aplicação de questionários realizados pela metodologia Delfos também utilizada para a construção do plano estratégico estadual. No quinto capítulo, procurou-se descrever as reais capacidades que o município possui para se desenvolver na ótica da teoria do desenvolvimento local, por meio do apontamento de potencialidades identificadas de forma explícita e implícita.
- 5) Finalmente, a conclusão dos resultados obtidos durante o processo de investigação, que faz uma contextualização do ocorrido no decorrer da pesquisa e aponta pontos fortes das potencialidades observadas frente sua capacidade de desabrochamento por meio do esforço e capacidade realizadora da própria comunidade.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os fatos estudados neste trabalho foram registrados de maneira objetiva, no intuito de que o resultado final traduzisse a realidade socioeconômica do município de São Gabriel do Oeste, como forma de subsidiar as ações futuras em que se busca a transformação e o desenvolvimento local.

Focando sempre de maneira objetiva os fatos estudados para que o resultado final possa servir de subsídio traduzindo um dos ângulos de conhecimento da realidade e base para os que a desejarem transformar, deu-se o primeiro passo à luz do dito por Brandão (1982, p.22):

Objetividade se entendia a capacidade que deveriam ter os cientistas de dissecar os fatos sociais como se fossem coisas. Para tanto, era imprescindível estabelecer e manter uma separação rígida entre o sistema de valores do cientista e os fatos sociais, objeto de sua observação e análise.

Desenvolvimento, analisado sob o prisma do local, é revestido de singular importância na história do desenvolvimento contemporâneo: ele concretiza um avanço na efetividade dos resultados colhidos pelo indivíduo e pelo coletivo, conferindo participação e instaurando responsabilidade aos envolvidos. Sua peculiaridade reside no aproveitamento das potencialidades locais tanto físicas, naturais como estruturais e políticas, visto que os resultados emergidos desse contexto são imensuráveis despertando para uma nova dinâmica econômica e social na vida de cada habitante. Para entender e contextualizar melhor, segue um apanhado de idéias de alguns estudiosos sobre os temas: desenvolvimento local, trabalho, emprego e pontos divergentes e congruentes entre eles.

Para contextualizar a pesquisa, convém explicitar alguns episódios: no segundo semestre do ano de 1998, foi oferecida uma disciplina para os alunos da primeira turma do

Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco, chamada de “Formação Educacional para o Desenvolvimento Local”, ministrado pelo Professor Doutor Vicente Fideles de Ávila, que convidou a todos os interessados para a constituição de um grupo de trabalho com o objetivo de enriquecer a busca pela escassa bibliografia e o aprofundamento dos estudos sobre o assunto, com o objetivo de compreender o que realmente se traduz por desenvolvimento local.

Para traçar os eixos do desenvolvimento da pesquisa, conforme o ensinamento de Ávila et al. (2000, p. 9-10), sintetizados em quatro aspectos fundamentais: a) a da coleta imediata de material bibliográfico-documental concernente a desenvolvimento local; b) a de nossas reais dificuldades técnicas quanto ao detalhamento efetivamente operacional dos (nossos) projetos de pesquisa, com vista à dissertação exigida de cada um para a conclusão do Mestrado; c) a da necessidade de nossa familiarização com os conceitos de desenvolvimento local (razão pela qual inserimos na metodologia dos próprios projetos um procedimento específico que nos proporcionasse a continuidade de estudo mais sistemático sobre tais conceitos); d) e, ainda, a do estudo preliminar das características fundamentais do referido processo.

Seguindo esse norte, pouco a pouco o grupo foi crescendo solidificando os conceitos e registrando os fatos que culminaram na publicação, desse estudo preliminar, pela Editora UCDB, em dezembro de 2000.

A partir desse estudo, estabeleceu-se a necessidade de adequar o projeto da pesquisa, com vistas à garantia da efetividade dos estudos adequando o referencial teórico à pesquisa a ser realizada, resultando em um outro projeto de pesquisa, mais centrado no que de fato existe no local, e que pode desencadear o processo de desenvolvimento endógeno.

Diante disso, todo o projeto da pesquisa foi refeito, e considerando a Universidade firmou convênio com alguns municípios para a realização da pesquisa que envolvia o programa do mestrado, dentre eles São Gabriel do Oeste, que vem se destacando no cenário estadual com grande força econômica e preocupação social, o local escolhido para estudo passou a ser o citado município haja vista que esta pesquisadora, por formação, apresenta grande interesse pelas questões relacionadas à empregabilidade.

O desenvolvimento local endógeno sob a ótica da potencialidade de emprego remete a contextualização do assunto no mundo do trabalho. Diante disso, muito se trabalhou no grupo de estudo descrito no capítulo anterior para suprir a carência de intimidade com o tema do desenvolvimento local, bem como seu domínio conceitual, através da utilização da metodologia de investigação bibliográfica, muitas vezes garimpada com enormes dificuldades, haja vista que o assunto é bastante recente. Os primeiros trabalhos são da década de oitenta, quando foi socializada as primeiras experiências do assunto na Europa. Pela escassez de bibliografia, porém, tudo soou como um grande desafio que foi percorrido passo a passo com muita dedicação, entusiasmo e porque não dizer curiosidade. Quanto ao emprego e o meio em que se desdobra, foi utilizado o mesmo procedimento, ou seja, garimpada bibliografia a bibliografia, porém individualmente, dada à singularidade do tema em relação aos demais componentes, embora quanto a este há vastas referências, por se tratar de assunto amplamente estudado. O que se pretende nesta pesquisa não é acrescer mais um estudo sobre trabalho, mas sim, analisá-lo sob a ótica do desenvolvimento local.

A conceituação dos temas abordados foi priorizada no início da pesquisa, visto que todo o desempenho do trabalho depende do embasamento sólido do que há até aqui, sobre o assunto, pois daqui para frente não há limites, uma vez que o conhecimento é reconstruído continuamente, como afirma ÁVILA (1995, p.25-26):

uma determinada palavra seja o bastante para que o fenômeno por ela significado se concretize na prática. Mas seria igualmente ingênuo desconsiderar que é pela correta [...] compreensão “Não se pode acreditar que só a força da compreensão conceitual de um dado fenômeno que se inicia o processo de dinamização ou concretização do mesmo.

Com esse pensamento, em busca dos conceitos como ferramenta a dar base e apoio necessário ao caminho a ser trilhado, a conceituação dos temas aqui abordados tem o escopo subsidiar o avanço cotidiano das questões ligadas ao desenvolvimento local endógeno e as potencialidades emergidas no mundo do trabalho na ótica do emprego, de acordo com o ensinamento de Ávila et al. (2000, p.8-19):

Conceito consiste na síntese compreensiva ou extrato de conhecimento que a mente humana elabora a respeito de determinado objeto ou fenômeno pela análise de suas propriedades, dele abstraídas-sacadas e sugadas – através dos sentidos e associadas ou cruzadas, por quem esteja buscando o conhecimento, com outras informações já disponíveis nas memórias: individual (do próprio cognoscente) e coletiva (da humanidade como um

todo ou de povos e sociedades específicas como frações suas). Dessa forma, o conceito nunca é estático, acabado ou perfeito. Normalmente, mesmo que percorramos o caminho analítico correto de elaboração conceitual sobre um objeto visado, a respectiva síntese compreensiva ou extrato de conhecimento obedece também às seguintes dinâmicas lógicas: de fora para dentro; da periferia para o núcleo; do todo para os detalhes; do superficial e genérico para o mais aprofundado e preciso; do quantificável para o mais qualificavelmente dimensionado; e assim por diante, em horizonte multidimensional de mineração conceitual praticamente inexaurível.

Tendo por base os conceitos, a observação da realidade é um caminho suave a ser trilhado, uma vez que ao mesmo tempo em que se investiga comportamento, hábitos, estruturas, mantém presente a correlação entre o objeto e a teoria que o fundamenta. Com esse pensamento é impossível não aprofundar na busca do núcleo dos fatos para posteriormente relatá-los e conceituá-los.

1.1 ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA E FILOSOFIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Embora acreditando que desenvolvimento local concentra as maiores chances de sucesso para a alavancagem da melhoria das condições de vida de determinada comunidade, o que se ouve todos os dias no rádio, na televisão, nos jornais e demais veículos de comunicação é a palavra globalização, que todos acabam por repeti-la sem entendê-la, e culpá-la pelas questões mercadológicas. Globalização parece mais um desses termos que entram e saem de moda, tais como reengenharia, qualidade total, entre outros; porém, com certeza, trata-se de um fenômeno mundial irreversível, em que todas as pessoas podem ter acesso aos produtos do mundo todo, sem a preocupação das fronteiras políticas econômicas e sociais. Apesar de o termo estar muito em voga, a Datafolha divulgou uma pesquisa (www.datafolha.com.br), realizada em maio/97, em que 57% dos brasileiros nunca tinham ouvido falar a palavra globalização, hoje, cinco anos depois, provavelmente este percentual evoluiu. No entanto, o fato de as pessoas conhecerem ou não o assunto, não impede que vivamos num mundo globalizado, mundializado ou internacionalizado, como consideram diferentes autores. O que ocorre é que ela está à nossa porta, quer queiramos ou não.

É nesse contexto que se emana o conflito do global e local, sendo global o centro e local as partes, em constante luta, sempre um versus o outro, até que se venha adquirir força

e incorporar credibilidade, pois sem o local nada acontece, e, partindo desse princípio pode-se mudar o rumo dos fatos, como Bassi (1997, p.55) nos posiciona:

[...] intrínseco às organizações políticas, sociais e culturais da humanidade. A história é rica em exemplos de movimentos pendulares da supremacia ora do centro ora das partes e também da importância da cultura das organizações.

O Império Romano foi a organização dominante da maior parte do mundo conhecido durante séculos e foi destruído por movimentos de povos ‘bárbaros’ que, gradativamente, desorganizaram o poder central. Um dos fatores a contribuir para a longa sobrevivência da *Pax Romana* foi a capacidade de incorporar em sua cultura conhecimentos científicos e religiosos dos povos dominados, de que é exemplo a assimilação de cultura helênica. Após a derrubada do Império Romano, o mundo ocidental entra na Idade Média, cuja característica fundamental é a descentralização, com a consequente autonomia das partes (feudos).

Esse conflito relatado por Bassi (1997) de alguma forma faz parte de uma evolução e amadurecimento acerca do Desenvolvimento Local, uma vez que foi considerada a afirmação de Ávila (2000) referente a não inércia dos conceitos e o caminho percorrido por este, faz crer que se está no caminho certo. Hoje um conflito, amanhã a certeza da visualização de um caminho a ser trilhado da periferia para o centro, em soma do global para local.

Sempre se pensa em globalização como um termo de posturas e atitudes econômicas. É econômico sim, mas considerando os estudos de Bassi (1997) e Yip (1996), pode-se afirmar que é também:

1) Cultural, impulsionado através da rapidez ao acesso das informações mundiais que provocam as movimentações das bolsas de valores e das posturas de gestão governamental do mundo todo, bem como, a adoção do inglês como o idioma da era globalizada.

2) Tecnológico, pois através da grande velocidade com que chegamos à interação das indústrias, informática, mídia e telefone, tomam-se decisões, na mesma velocidade da informação, daí a evolução dos fatos globais. Cabe aqui, considerar também a redução dos custos dos equipamentos de informática, cujo resultado serve de meio para interagir com outros mercados nas diversas áreas de atuação, encurtando distâncias e dinamizando ações.

3) Social, à medida que questões consideradas a princípio muitas particulares passam a interessar a outro, um exemplo que podemos citar é um risco epidemiológico, que preocupa a princípio uma nação da África, passa a ser preocupação também de uma nação latino-americana, há milhas de distância. Outro exemplo pode ser a questão da seca do Nordeste, onde inúmeras crianças morrem de desnutrição, antes de completar o primeiro ano de vida, colocando-nos na pauta de reuniões de instituições globais como a UNICEF, tanto quanto o caso da exploração do trabalho infantil, em diversas regiões do País.

4) Político, pois uma estratégia de ação do governo brasileiro poderia ter grandes consequências em outros países, a prova disso é a ajuda que o Brasil recebe eventualmente do Fundo Monetário Nacional (FMI), onde a pretensão é contribuir na recuperação e retomada do crescimento econômico, com isso, protegendo as economias dos demais países participantes do Fundo, haja vista a infinidade de relações comerciais mantidas entre os envolvidos.

Globalização vem aparecendo no cenário como um fenômeno de inter-relacionamento entre diferentes nações, evidenciando as relações capitalistas, porém, totalmente influenciada pela especulação financeira mundial que orienta e interfere na hierarquia do poder nacional, e porque não dizer, poder local, talvez, com isso ocorra o surgimento de um novo regime de acumulação de capital com bases semelhantes a do capitalismo, com políticas diferentes.

Esse fenômeno contemporâneo vem paulatinamente mudando estruturas e conceitos, colocando a modernidade frente a questões ainda não vividas anteriormente que poderiam, hoje, servir de exemplo a ser seguido ou não, além de oferecer know how que viria nortear as ações. Diante disso, Habermas (1987, p.103) descreve com muita propriedade:

A modernidade já não pode emprestar seus padrões de orientação, de modelos de outras épocas. Ela encontra-se completamente abandonada a si mesma, tem de extrair de si mesma sua normatividade. Daqui em diante, a atualidade autêntica é o LUGAR onde se entrelaçam a continuação da tradição e da inovação.

A par disso, faz-se necessário, cada vez mais, aprofundar as diagnoses dos espaços geográficos, bem como dos lugares onde os fatos acontecem, para a promoção do desenvolvimento local, utilizando os recursos existentes, potencializando-os para que o

processo seja desencadeado de forma endógena, e a população seja parte integrante dessa história, dessa caminhada promissora, rumo ao futuro, com o objetivo de coletivamente a comunidade encontrar os próprios caminhos, na busca de garantia de dias melhores para as gerações futuras.

Se, daqui para frente, o lugar é que passa a determinar a vertente principal dos rumos que a comunidade passa a ter como bússola a seguir, isso exige clareza sobre questões que envolvem o assunto como: espaço, território, comunidade e identidade, haja vista que não é possível concatenar o desenvolvimento local, desconsiderando conceitos tão relevantes que embasam e validam as ações como verdadeiramente locais em todos os seus aspectos, em especial quando o foco é a endogeneização. Nessa esteira, para definir espaço, Ávila et al. (2000, p.28) fizeram a associação de dois conceitos, um do “novo dicionário Aurélio” e outro de Santos (1996, p.51) que expressa claramente espaço, sob o enfoque do desenvolvimento local:

Lugar mais ou menos delimitado [...]”,”[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como o quadro no qual a história se dá [...].

De outro modo, pensar em espaço, território, comunidade parece tão estranho diante dos discursos do momento, que muitas vezes se tem a sensação de estar como no dito popular, “remando contra a maré”, uma vez que, para a maioria, com uma noção banalizada e equivocada, parece ter havido uma ampliação de mundo, com o advento da globalização e, agora, como que retoricamente, passamos a discutir sobre pequenos ou grandes locais que têm vidas e “coisas”. Seguindo nesse pensamento, território na perspectiva em questão contrasta com espaço, como se pode observar na contextualização de Santos (1996, p.51):

[...] A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. [...] A configuração territorial; ou configuração geográfica tem, pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.

Nessa visão, Ávila et al. (2000, p.30) concluem que em uma observação ampliada há uma complementaridade entre espaço e território:

Território e espaço se completam em um todo bidimensional, o primeiro como base de sustentação e delimitação para que o segundo emerja e flua com configurações próprias de dinamismos fenomenológicos, inclusive vitais, nos limites do primeiro.

Falar em desenvolvimento a partir da globalização é muito genérico, pois é no local que muito se pode fazer, para trilhar nesse caminho, buscando o equilíbrio econômico e social; basta que a menor célula da federação, que é o município ou até mesmo uma pequena comunidade, organize-se e proponha-se a pesquisar e planejar para que, juntos, encontrem soluções locais para problemas locais, sem perder de vista os acontecimentos globais, uma vez que é impossível ignorar a influência do mundo no lugar e tal atitude leva sempre em consideração os recursos disponíveis no local, tais como, matéria-prima e mão-de-obra.

Vale asseverar que a adoção de políticas e estratégias locais tendem a aumentar as possibilidades de manter o equilíbrio de um determinado espaço geográfico, ao passo que, em um processo global, é necessário considerar a questão do local, estar ou não estruturado para receber as influências externas; do contrário, corre-se o risco de estrangulamento nas estruturas existentes, daí a grande importância e necessidade de planejamento, principalmente quando se trata de regiões urbanas, que não é de responsabilidade apenas do poder público, mas também de cada indivíduo que dele depende ou desfruta, como se pode observar na afirmação de Lopes (1990, p.202):

Pensar que o Estado pode, através de agressiva e multifacetada atuação, substituir o esforço e o trabalho concentrado da sociedade, consiste em engano deplorável.

O crescimento material tem um preço que é implacavelmente cobrado. A sociedade que se conscientiza desse fato atinge mais rapidamente seus objetivos.

Mais adiante esse mesmo autor reforça a necessidade da participação social que vem ao encontro do apregoado pelo desenvolvimento local:

Aos olhos dos pessimistas, na procura de soluções que possam vir a moldar o futuro de maneira a conduzir a situação política, econômica e socialmente aceitáveis, um Estado forte e o processo de Planejamento podem ser eficientes respostas aos desafios enfrentados pelo mundo contemporâneo.

Em contrapartida, existe uma vigorosa corrente dos progressistas que critica os controles excessivos e o Estado onipresente.

São essas visões, otimistas ou pessimistas, que moldam o Estado, alimentam-no ou o restringem.

O século XX tem sido rico em eventos e visões que superdimensionam o Poder Público, com consequências desfavoráveis. E são essas ou outras visões que venham do futuro a predominar, que definirão a missão, as funções e o tamanho do Estado nas próximas décadas (LOPES, 1990, p. 202).

Definindo-se espaço geográfico como sistema de objetos e ações estabelecido por regras, e considerando-se que o processo de globalização chegou intensamente para o mercado e não para as pessoas, tais fatos nos revelam uma sobreposição espaço-tempo em que a produção não se globalizou. Sob a ótica do desenvolvimento local, pode-se acreditar na possibilidade de contornar tais situações, sem que ocorra prejuízo irremediável. Porém, para se desenvolver é preciso considerar que a população local, vista sob a ótica de comunidade local, assuma uma postura ativa e passe a adentrar no mundo da política, do exercício da cidadania e não de se acomode como platéia que espera o final do espetáculo para aplaudir ou vaiar sem nenhuma responsabilidade sobre o ocorrido no palco.

Diante disso, não é prematuro afirmar que a comunidade pode ser agente de seu próprio desenvolvimento e exercer sua cidadania utilizando-se de recursos latentes no próprio espaço geográfico para que, com isso, seja lastreada de características endógenas que firmam a identidade do processo local e todas as suas variáveis instigando, ainda, a solidariedade. Dessa forma, acredita-se que o índice de assertividade e efetividade quanto à melhoria da qualidade de vida da população em questão tendem a elevar-se significativamente, uma vez que é nas comunidades que ocorrem os primeiros relacionamentos evoluindo posteriormente para sociedade, como lecionam Ávila et al. (2000, p. 31-32):

Comunidade se configura por um grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem através de ‘relacionamentos primários’ e a sociedade também se constitui de grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem só que, ao inverso da comunidade, por ‘relacionamentos secundários’.

Evidentemente, para que a comunidade se desenvolva sob o prisma do desenvolvimento local, é importante considerar o meio que permeará o processo, as suas condições naturais, estruturais e fundamentalmente a vocação do espaço geográfico frente aos objetivos comunitários.

Embora em análise preliminar possa parecer simples, se o meio é que dita as regras, então basta como em expressão popular, “deixar o vento tocar o barco”, que se chega

ao objetivo final mas, há que se considerar que, mesmo que o lugar tenha a grande vocação para se desvelar em um seguimento importante da economia mundial, dificilmente se atingem patamares satisfatórios para o grupo sem a técnica.

É com base nesse pensamento que surgem os chamados atores de desenvolvimento ou como sugerem Ávila et al, (2000, p.66) há preferência e acredita-se ser mais consentâneo o emprego do termo agente, pois são estes indivíduos que funcionam como propulsores do processo, pode-se caracterizar como sendo a liderança local, registrando apenas que o termo não deve ser confundido como líderes político-partidários e sim pessoas que atuam como formadores de opinião, cujas idéias são ouvidas e respeitadas no espaço geográfico onde vivem. Esta é outra característica importante, residir onde atua, ser parte integrante do processo, do contrário, não é agente do desenvolvimento, pode ser, quando muito, ator de ato. Ávila et al (2000, p.66) confirmam isso, descrevendo esse indivíduo:

Agente é aquele que efetivamente age simultaneamente agenciando, ou seja, é aquele cujo agir envolve intrinsecamente sempre algum tipo de intermediação entre pessoas e pessoas, realidades e realidades, potencialidades e condições de dentro e de fora da comunidade, que possam contribuir fundamentalmente no sentido de a comunidade, ela mesma, se tornar processualmente agente – agenciadora de seu próprio desenvolvimento.

Ao analisar desenvolvimento, há que se considerar a liberdade dos indivíduos como elemento constitutivo básico. Nessa visão, as políticas públicas devem observar, valorizar e estimular os indivíduos a serem agentes ativos de mudanças promovendo a ampliação de suas capacidades individuais, respeitando seus valores e objetivos e favorecendo a oportunidade para a comunidade obter resultados coletivos e valiosos com eficácia social, ratificando assim, a capacidade de construção de uma sociedade por meio da participação.

Nesse pensamento Sen (2000, p.33) analisa que na liberdade reside algo maior que a simples avaliação de êxito e fracasso, mas principalmente a iniciativa individual e a eficácia social, para tanto, traçam um perfil desses indivíduos livres que se comportam como agentes do contexto como um todo, contextualizando e definindo agente como “alguém que age e ocasiona a mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo”.

Tanto Ávila (2000) quanto Sen (2000) têm no agente uma das condições importantes na ocorrência do desenvolvimento participativo, uma vez que os próprios indivíduos que habitam o espaço onde vivem, trabalham e se relacionam é que também desenham o processo, embora Ávila (2000) avance um pouco mais nessa afirmação, elegendo o agente como concatenador das idéias e iniciativas oriundas dos demais indivíduos que, quase paradoxalmente, também poderiam ser denominados de agentes, em pequena escala em seu cotidiano, contagiando pessoas com suas ações pró-ativas.

É certo que, para se atingir o objetivo central do desenvolvimento local endógeno em uma comunidade na lógica conceitual, o agente possui responsabilidades, sem as quais não há ocorrência próspera da evolução dos fatos. Para tanto, a capacitação desse personagem é fato concreto, pois dele advém o engajamento de todo o grupo na busca de apoio e no desabrochamento de ações efetivas e, consequentemente, o alcance de resultados efetivamente prósperos, como analisa Nóvoa (1992, p.30)

[...] para que a mobilização dos recursos e potencialidades locais seja efectiva, levando à promoção de actividades criadoras de empregos, importa dotar as comunidades locais ou as regiões com meios de apoio institucional (público ou privado) ao desenvolvimento. Os agentes de desenvolvimento constituem um dos meios ao dispor das colectividades tanto mais eficazes quanto mais consistente e específica for a sua formação para o desenvolvimento.

Apesar de atribuir-se ao agente (indivíduos livres) o papel principal do desenvolvimento local, cada membro comunitário tem importância relevante, pois a solidariedade entre os integrantes do grande grupo é inevitável, validando-se o dito popular que “a união faz a força”. Força essa que só será conhecida ao ser experimentada e, após isso, não há retorno, haja vista que os problemas coletivos passam a ser enfrentados e, como dificilmente podem ser solucionados de forma individualizada, prova-se o “néctar” da integração, da interrelacionariedade, da solidariedade.

Uma sociedade com característica solidária, em que apóia o outro, auxiliando mutuamente, possui grande potencial e dinamismo para alavancar e gerir seu desenvolvimento, porém, é necessário contar com agentes treinados para convergir ações e contagiar os demais integrantes por meio de motivação, com vistas a expansão da autoconsciência propiciando que pessoas ajudem e despertem para a formação de uma

comunidade justa e batalhadora em busca dos seus sonhos, utilizando como ferramenta para atingir seus ideais as próprias potencialidades latentes em suas veias e no universo que as rodeiam e que, sem dúvida, conspiram para o desabrochamento do desenvolvimento.

Parece um paradoxo afirmar que para se desenvolver é preciso antes se envolver, pois nada acontece quando não se abraça uma causa e lute por ela independentemente dos obstáculos advindos pelo caminho.

1.2 QUE É DESENVOLVIMENTO LOCAL

Considerando que o local é parte integrante de um todo, numa visão ampliada poderíamos, utilizando o imaginário, vê-lo como o núcleo de uma grande célula, constituída de várias camadas, sendo a primeira delas com a característica de envolver o local, a microrregião, que é composta por um grupo de locais que constituem parte do Estado, seguida da regional ou sub-regional, que agrupa alguns estados, depois mais uma “membrana”, chamada de nacional que numa visão macro envolve políticas de equilíbrios globais, e por fim, a última camada chamada de suprarregional, agrupando vários países, várias nações. Essas “camadas ilustradas” representam cinco níveis de desenvolvimento que interagem entre si e compõem o chamado desenvolvimento espacial, territorial nacional. Nesse contexto o nível regional possui papel de vital importância por atuar como ponte para o trâmite entre os níveis.

Assumir a postura de buscar articulação nas diversas escalas, concepções e práticas do desenvolvimento local, bem como o enfrentamento das perspectivas que orientam o mundo globalizado e a reestruturação produtiva implica em discutir e posicionar politicamente a dimensão do desenvolvimento local, pois mesmo com muito dinamismo, este precisa interagir com os demais níveis com vistas a garantir seu espaço por meio das transações comerciais, intercâmbio tecnológico, entre outros.

Embora não seja possível o desenrolar de um processo desenvolvimentista departamentalizado e sim integral, como se pode observar na conceituação de Pereira (1983, p.19), mesmo assim, ainda há equívocos nos planejamentos e ações que visam ao desenvolvimento. Essa prática vem ao longo do tempo sobrepondo-se à teoria e, talvez até

pelo próprio desdobramento na conceituação, acaba por reforçar uma ação também segmentada:

[...] é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem continuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser para fins de exposição didática [...] O desenvolvimento, portanto é um processo de transformação global.

A tônica conceitual, o referencial teórico, a literatura, bem como a história sobre a concepção do desenvolvimento, na maioria das vezes, visa ao desenvolvimento local, porém trabalha com variáveis exógenas, sem a preocupação com as peculiaridades que o caracterizam como endógeno envolvendo a participação comunitária e proporcionando o exercício da cidadania em cada indivíduo que se envolve no processo.

Pode-se observar nos diversos planos econômicos do governo federal brasileiro, o quanto essa visão panorâmica, com tomada de decisão global, tendo como princípio a eqüidade, exemplifica a forma como a questão desenvolvimentista vem sendo tratada até agora, visto que, assim como acontece no âmbito da união, como cascata tem-se repetido nos projetos estaduais, onde se pretende combater problemas como pobreza, fome, analfabetismo, entre outros, desconsiderando-se as desigualdades regionais e adotando-se ações únicas.

Na verdade, muitas vezes trata-se do assunto não com a simplicidade que o requer, mas com destaque simplista na conceituação que envolve a participação comunitária, acarretando com isso, a não-participação que compromete todo o processo, uma vez que suas bases fundamentam-se no efetivo envolvimento pessoal para o também efetivo desenvolvimento da comunidade como um todo no tocante ao desenvolvimento local, haja vista que equivocadamente não se faz diferenciação entre local e para o local, embora seja significativa e necessária essa diferenciação, como explicam Ávila et al. (2000, p.72-73):

[...] há diferença fundamental entre os significados de ‘desenvolvimento local’ e ‘desenvolvimento no local’, mesmo que com a ‘participação da comunidade’. Diria até que se trata de conceitos contrários (não contraditórios): desenvolvimento no local: quaisquer agentes externos se dirigem à ‘comunidade localizada’ para promover as melhorias de suas condições e qualidade de vida, com a ‘participação ativa’ da mesma; desenvolvimento local: a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, ‘metabolizando’ comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos.

No primeiro caso, os agentes externos são os promotores de desenvolvimento e a comunidade apenas se envolve participando. No segundo, a própria comunidade assume o agenciamento do seu desenvolvimento e os externos são os que se envolvem participando [...].

No conceito de desenvolvimento local está contido o já estudado, pesquisado e debatido enfoque sobre desenvolvimento de forma ampla e global, o que dá o novo tom que tende a energizar os acontecimentos é a adição ao contexto de variáveis até então consideradas sim, porém, mais como passivas que como ativas, como estabelece o pré-requisito do desenvolvimento local. São elas: comunidade, identidade, participação social, solidariedade, territorialidade, potencialidade e liderança. Para tanto, Ávila et al. (2000, p.68-69), ao acrescerem a sua própria conceituação publicada anteriormente no mesmo ano Ávila (2000, p.68) conforme apresentada de forma sublinhada na citação do texto abaixo, traduz essa amplitude conceitual e passa a nortear os rumos do desenvolvimento local e as variáveis que o envolvem.

[...] O ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento –a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em ...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernido e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade-, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza , que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Muito se fala em sustentabilidade do desenvolvimento, mas não há como discutir a separadamente de local, pois é neste que se acredita ter garantido a questão da liberdade de

escolha sobre os rumos a seguir diante da efetiva participação da comunidade em todos os desdobramentos dos acontecimentos. A oportunidade que as pessoas têm de decidir sobre seus próprios destinos por meio de influência nas decisões públicas interfere na sua qualidade de vida e, assim, garante-se a participação no processo e desenham-se maiores oportunidades de sustentabilidade, visto que Ioschpe (1997, p.131) acredita na existência de condições para que um processo de desenvolvimento sustentável se instale, para tanto, enumera quatro necessidades básicas.

1) a participação de cada cidadão é essencial; 2) esta participação exige a conformação de organizações sociais que são responsáveis e receptiva a seus membros; 3) a variedade de interesses e necessidades de cada sociedade, ou de cada comunidade, exige uma variedade de organizações; e 4) uma forma particular de colaboração entre essas organizações é necessária para o processo de desenvolvimento, e isto dependerá da experiência local específica, das tarefas a serem realizadas e do meio ambiente político-administrativo-econômico.

Isso tudo reforça ainda mais o pensamento de que o local, considerado o espaço geográfico onde tudo acontece, é verdadeiramente o agenciador de seu próprio desenvolvimento com liberdade e sustentabilidade, bem como sua intensidade, visto que a determinante para a garantia e ocorrência ou não da melhoria na qualidade de vida da população que o habita é a capacidade que a própria população tem de desenvolver e descobrir seus próprios potenciais, sem se esquecer da vocação natural do lugar; para tanto, a organização social passa a desempenhar um papel de primordial importância e cada ser componente desse grande grupo precisa adquirir ou até absorver essa característica, pois sozinho não chegará a nenhum lugar; unidos, as chances de uma coalizão entre todos os setores da sociedade despontam para uma governança não-paralela ao poder público, mas adicionante a este, capaz de contribuir e dar suporte a ações com interesses e objetivos comuns evidencia-se maiores oportunidades de alcance de melhoria e extensão nos níveis que determinam a qualidade de vida. Daí a importância do papel do agente de desenvolvimento, para motivar com grande atenção, dedicação e responsabilidade social, com vistas a manter viva a chama do interesse de todos, para tanto, a ética e a imparcialidade são condicionantes a serem consideradas.

Organizacionalmente o município é o menor local formalmente e legalmente criado, entretanto é formado pelos distritos, bairros, enfim grupos comunitários de diversos tamanhos e diferentes características. Diante desse fato, a conceituação do local de forma

paradoxal confere a cada grupo comunitário uma autonomia que propicia por si mesmo a busca para trilhar os caminhos do futuro com melhor qualidade de vida da pequena coletividade e que, somadas, poderão resultar na ampliação desse indicador para uma comunidade maior, como o município, estado ou nação.

Com esse conceito ampliado da autonomia populacional, aliado ao respeito e aproveitamento da: cultura, estrutura física, ecológica, política, social e econômica, visão empreendedora, capacidade de investimento, enfim observando o potencial comunitário, bem como a estimulação, geralmente por meio dos agentes de desenvolvimento, para o despertar de um auto-desenvolver que venha possibilitar ao grupo a superação de seus próprios limites. Com isso, passa-se a desenhar os primeiros traços do desenvolvimento local endógeno.

Quanto mais se estuda o desenvolvimento, mais evidente fica a notoriedade do local como garantia de êxito e sustentabilidade, visto que a tônica da participação social é condição que não se pode mais negar, vislumbrando que o estado nessa visão já não é mais o senhor dos ideais comunitários e sim a própria comunidade ativa e envolvida atuando, agindo e interagindo com os demais setores, pois, como afirma Kisil apud Ioschpe org. (1997, p.145) “O envolvimento de diferentes participantes sociais, com seus recursos e capacidades específicas, é um ponto central para a sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento no nível local, e o passo inicial para a sua expansão”.

Evoluindo nas questões relacionadas ao desenvolvimento local endógeno, faz-se constante a preocupação com o todo. Nessa linha, Sachs (2000, p.31) deixa três perguntas para reflexão, que exprimem tal responsabilidade, ao mesmo tempo em que contribuíram para a investigação:

As políticas de desenvolvimento devem administrar as dissonâncias entre estas diferentes eficiências enfrentando, ao mesmo tempo, três desafios:
 . Como harmonizar o social, o ecológico e o econômico?
 . Como articular os espaços de desenvolvimento que vão desde o local até o transnacional?
 . Como construir novas parcerias entre os atores sociais do desenvolvimento?

Pairá sobre a análise de desenvolvimento, o impacto proporcionado ao ser desencadeado, principalmente nas questões ambientais, uma vez que, ao dissociar e focar para

pequenas comunidades passa a experimentar importância e *status* nunca vividos anteriormente e se não estudo e planejado corretamente, o desenvolvimento pode trazer consequências até mais graves que o não despertar, como ocorre com o advento do turismo ecológico, muitas vezes visto como impulsionador desse desenvolvimento e por falta de direcionamento acaba levando a consequências da exploração ecológica não programada, a insucessos desastrosos e que ao medir os resultados podem não serem satisfatórios nem economicamente, tampouco social e ambientalmente. O mesmo ocorre em outros setores da economia, por isso a importância de ter um olho no desenvolvimento com todas as variáveis que o sustentam e o outro nas políticas públicas que o circundam, para não sofrer influências negativas a ponto de comprometer o sucesso.

Considerar a natureza, as políticas globalizadas que formam o cenário nacional e internacional em que o local está inserido, promover e motivar agentes que mantenham viva a chama do fazer proporcionando melhoria nos indicadores sociais, ambientais e econômicos, são ações que verdadeiramente proporcionam o desenvolvimento fincado na sustentabilidade.

Com isso, fica reforçada a necessidade de ação local com aproveitamento das potencialidades latentes e uma visão de futuro, para onde se quer chegar globalizada, ampliada, fincada na sustentabilidade, como ressalta Cavalcante (1991, p.39):

O novo paradigma econômico do planejamento do desenvolvimento com sustentabilidade implica necessariamente em se considerar os limites da natureza estabelecidos pela biosfera. Isso implica em processos econômicos dentro dos parâmetros do equilíbrio termodinâmico do planeta.

Para que haja sustentabilidade da atividade torna-se indispensável a conservação ou ao aumento do capital natural, o que permite a continuidade do desempenho de sua função de complementaridade.

Há, portanto, uma estreita e direita relação entre capital natural e sustentabilidade do desenvolvimento.

1.3 QUE SÃO POTENCIALIDADES EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

A pequena importância destinada ao local, sobre as questões desenvolvimentistas, ao grande questionamento sobre a possibilidade de analisar se a comunidade pode, quer ou possui algo latente capaz de promover e/ou desencadear o processo de desenvolvimento, a isso chamamos potencialidade, como discorre Ávila et al. (2000, p62):

O autêntico conceito de desenvolvimento local implica necessariamente a detecção e explicitação tanto das estritas potencialidades locais de desenvolvimento quanto de condições ou meios, endógenos e exógenos à dimensão local, evidentemente também com potencialidades de subsidiarem contínuo processo de evolução das aludidas potencialidades locais de desenvolvimento do estado de latência para o de ser em ato da respectiva localidade, aqui entendida como ente coletivo, mas efetivamente constituída por entes particulares, como pessoas, animais, componentes ambientais, etc., ou seja, a localidade é uma entidade piramidal com base formada por entes particulares e vértice por ente coletivizado em torno de sentimentos, objetivos, problemas, características, necessidades, conveniências e/ou aspirações comuns.

Realmente são as potencialidades locais condicionantes do desabrochamento e do ritmo do desenvolvimento local, afinal os fatos acontecem apenas quando cada um desempenha seu papel, como agentes de seu próprio desenvolvimento, considerando todas as variáveis que o envolvem, como se observa na afirmação de Ávila et al. (2000, p.63):

O autêntico desenvolvimento local só se efetivará se, no âmbito da respectiva localidade, a evolução das potencialidades-condições (concernentes a meios e recursos, naturais ou artificiais) se posicionar estratégicamente como subsídio mediador-reactor da evolução das potencialidades de desenvolvimento da comunidade localizada como alvo e razão de ser centrais, dado que transformações de potenciais naturais (ou artificiais) em pontos turísticos, fontes de energia, etc., não significam em si mesmos desenvolvimento local: o conceito de local implica o de comunidade localizada, a qual, em verdade, é que deve assumir progressivamente os rumos, as rédeas, os compromissos e as responsabilidades concernentes ao desenvolvimento de toda a localidade, com a ajuda de condições-meios tanto internas quanto externas, aí incluídos os chamados agentes de desenvolvimento.

Como se pode notar, a valorização do “local” é apenas um dos quesitos necessários para avançar em processos de desenvolvimento local, talvez o mais importante; entretanto, é preciso também articular esforços entre agentes estatais e privados, internos e externos, dispostos a levar adiante projetos coletivos de desenvolvimento integral que surjam da negociação de interesses, considerando as possíveis divergências e conflitos, inevitáveis no convívio societário. A lógica desse processo é pautada na capacidade de iniciativa e proposta socioeconômica para capitalizar as potencialidades locais, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população e o surgimento com fortalecimento de agentes promotores dessa ação, erradicados no próprio lugar que se pretende promover.

Entendido o desenvolvimento local como um processo desconectado de modelos conceituais fechados, e conectado com o desafio da aprendizagem constante onde os envolvidos tenham como preocupação central a investigação das variáveis e as consequências sociais a cada passo dado ou deixado de dar, o aproveitamento de potencialidades, aparentemente, parece óbvio e muito fácil, haja vista que se trata da vocação do espaço geográfico em análise e da comunidade com a qual interage. Porém, é nesse momento que as dificuldades vão aparecendo, uma vez que é na lida diária que diversas outras variáveis apresentam-se e exigem ações e decisões consensuadas no grupo que o habita.

Nessa perspectiva, há que se considerar o planejamento participativo como ferramenta capaz de conquistar maior assertividade, porém a garantia de sucesso vem não só da elaboração conjunta mas, também, da avaliação constante, alimentando-o, retroalimentando-o, corrigindo-o reformulando-o e tudo o mais que a ferramenta permite, sempre que necessário para garantir êxito na ação. Como nos confirma Montana (1998, p. 101 e 102) em sua conceituação de planejamento, envolvimento e importância:

Planejamento – processo de determinar os objetivos e metas organizacionais e como realizá-los. [...] O planejamento envolve (1) escolher um destino, (2) avaliar os caminhos alternativos e (3) decidir sobre o rumo específico para alcançar o destino escolhido. O planejamento é um elemento extremamente importante [...]. O custo de um erro resultante do velho método de tomada de decisão ‘empurrando com a barriga’ é alto demais na economia complexa de hoje.

Nessa vereda, é necessário planejar-se com vistas à garantia do equilíbrio, como afirma Cavalcante (1999, p. 40):

O desenvolvimento com sustentabilidade requer necessariamente a reversibilidade da degradação ambiental do capital natural. Isso requer também a implementação de políticas de planejamento do desenvolvimento que garanta o equilíbrio do fluxo consumo e do estoque do capital natural com vistas ao equilíbrio termodinâmico do Planeta.

Embora o agente de desenvolvimento local seja um indivíduo de primordial importância no processo, não se pode negar nem desprezar a atuação do poder público com líderes escolhidos pelo desejo popular, infra-estrutura disponível para o exercício das ações em prol do povo que os elegeram. Muito já foi dito da junção dos três setores: primeiro o governo; segundo o mercado e o terceiro e mais novo que é público, porém privado

(composto pela junção de ambos mais voluntários - pessoas físicas e jurídicas em prol do desenvolvimento de um determinado grupo) e muito se pode efetivamente fazer ao somar forças, entretanto o apoio público, bem como a própria iniciativa oriunda da sensibilidade desse seguimento, não só corrobora o êxito, como amplia demasiadamente a abrangência dada às características que o envolvem. Para tanto, a conscientização e a sensibilidade em conhecer as potencialidades e necessidades do local é essencial, como sugere Ávila (1999, p.107) em três pontos básicos, para que se organize de maneira envolvente e dinâmica:

a) Conscientização dos dirigentes municipais de que a estratégia fundamental consiste na tomada de decisões operacionais a partir de subsídios cujo fluxo de convergência se oriente no sentido periferia – centro, ou seja, as soluções para os problemas locais podem ou devem ser encontradas com a participação das respectivas populações beneficiárias, de maneira organizada e permanente.

Adoção do princípio de que *ideal*, em planejamento, significa *o quê* produz melhores e maiores resultados com menor sofisticação e custo, de um lado, e, de outro, maior participação e realização pessoal e social. Em termos práticos, isso quer dizer:

Por quê construir uma ponte onde os habitantes necessitam, ainda por algum tempo, de pinguela?

Por quê partir para o asfaltamento de uma estrada, quando persiste a necessidade de leito que possibilite o trânsito de charretes e carroças?

Por quê azulejar instalações onde sequer existem salas de aula?

Por quê contratar uma firma para construir uma instalação quando o recurso aí dispendido seria suficiente para construir várias com a participação das comunidades locais? [...]

Participação das bases e das forças ativas (de sensibilização, de manutenção e de penetração) no processo da gestão integral.[...]

A facilidade (ou dificuldade) desse trabalho de efetivo envolvimento dependerá exclusivamente da postura que os dirigentes municipais [...] adotarem e assumirem para organizar e implementar o processo no município. Se desenvolverem a prática da liderança, da coordenação e da condução de grupos com a participação heterogênea, o trabalho será consideravelmente facilitado.

Assim, mesmo que o agente tenha um papel importante nesse contexto, por ser o motivador, o aglutinador, enfim o responsável em dirigir o grupo em busca do ideal almejado, não permitindo o desvio da rota, registra-se a importância da comunidade em aceitar essa liderança, e sentir-se motivada por ela, pois nada se conquista sozinho quando o assunto é o grupo e o lugar onde tudo acontece. Com esse pensamento, devem-se considerar as capacidades de cada indivíduo componente do grupo, suas capacidades e limitações, porque não dizer as suas potencialidades, pois não se analisa somente a natural, as físicas, as biológicas ou temporais, mas também as humanas, respeitando todas as diferenças e limitações existentes, como observa Chiavenato (1998, p.70):

O homem é um animal social com uma irreprimível tendência à vida em sociedade. Vive em organizações e em ambientes cada vez mais complexos e dinâmicos. [...] Contudo, a variabilidade humana é enorme, cada pessoa é um fenômeno multidimensional, sujeito às influências de um enorimidade de variáveis. O raio de diferenças em aptidões é grande e os padrões de comportamento aprendidos são diversos. [...] As diferenças individuais fazem com que cada pessoa tenha suas próprias características de personalidade, suas aspirações, seus valores, suas atitudes, suas motivações, suas aptidões etc. Cada pessoa é um fenômeno multidimensional sujeito às influências de uma enorimidade de variáveis.

1.4 EMPREGO E TRABALHO

O ser humano aprendeu, desde as primeiras eras, que se defenderia por meio de seu próprio esforço, tanto dos abalos da natureza, quanto da fúria dos animais selvagens. Embora destituído de uma estrutura física que lhe permitisse sobressair aos demais habitantes da selva, aprendeu cedo a lição que poderia contar consigo mesmo e com os da mesma espécie. Com isso, abrigou-se, alimentou-se e criou armas que lhe permitissem ser predador de espécies teoricamente mais forte .

Pouco a pouco, foi transformando o meio em que vivia e, com isso, sua qualidade de vida, construindo moradias melhores, domesticando alguns animais, melhorando o cultivo entre outras. Em síntese, segundo o Ministério do Trabalho - BRASIL (1987, p.15) trabalho é:

[...] transformação do meio, através de uma atividade consciente e social, em função das próprias necessidades, visando uma melhoria de vida, é o que chamamos trabalho.

O trabalho humano, diferente das outras espécies animais (que apenas repetem a mesma atividade desde que o mundo é mundo), é eminentemente criador. E de tal modo é assim, que o homem, com o objetivo de diminuir o seu esforço físico, fabricou instrumentos e dominou técnicas que lhe permitam progressos consideráveis.

No contexto do mundo do trabalho e do ambiente capitalista que se desvela, há muito para observar. Neste capítulo, os conceitos de trabalho, considerando trabalhadores, empregos e o ambiente onde se propaga não serão aprofundados, visto que nosso objetivo central é o desenvolvimento local endógeno, por meio do aproveitamento das potencialidades internas e latentes que poderiam proporcionar o desabrochamento das questões que envolvem o trabalho, em especial o emprego.

Nessa linha de pensamento, a primeira potencialidade a ser observada é a força intelectual que os trabalhadores possuem e que disponibilizam no mercado para ser absorvida. Praticamente, todos os setores da economia estão ávidos por trabalhadores, cujos valores advêm daquilo que sabem e conhecem e não apenas da força física. Donde, pode-se concluir que, a demanda por trabalho de conhecimento é uma realidade e portanto um outro lado desse mercado, conhecido por capital humano está ansioso por investimento, uma vez que é notórios nos dias de hoje que trabalhadores bem preparados, que investiram na formação profissional gozam de posição vantajosa na busca pelo emprego, pois denotam dispor de uma característica conhecida por empregabilidade que traduz a habilidade do trabalhador quanto a polivalência no desempenho de suas atividades.

Portanto, embora seja comum atribuir a responsabilidade do emprego às políticas públicas de geração de vagas por meio da atração de investimentos, aparece então uma outra variável a ser adicionada que, se trata da qualidade do capital humano disponível nesse mesmo campo mercadológico. Nesse contexto, vale lembrar que, capital humano com elevado índice de empregabilidade passou no mínimo pela escola regular, embora seja de bom grado que tenha também passado pela qualificação e aperfeiçoamento profissional, haja vista que a velocidade imposta às empresas hoje, não há espaço para treinamentos a partir do nada, embora a formação seja a estratégia de construção do capital humano como retrata Davenport (2001, p. 177):

A aprendizagem em sala de aula tem lugar na maioria das estratégias de criação do capital humano. É um catalisador de grupos práticos, um facilitador de transmissão de conhecimento, um centro de irradiação das melhores práticas, e ao estão os papéis que os departamentos de treinamento deveriam assumir. Aqueles que foram capazes de renovar-se segundo essas diretrizes poderão contribuir para a acumulação de capital humano.

Para que o trabalhador seja ocupado e tire seu sustento com dignidade do resultado dessa atividade, é necessário que ele se esforce e adquira sua formação para o trabalho, acumulando conhecimento e contribuindo para melhoria de sua qualidade de vida e consequentemente da coletividade que o circunda.

Emprego, trabalho, na ótica do desenvolvimento local pode não caracterizar na forma que se costuma conhecer, uma vez que, a ocupação capaz de gerar renda e proporcionar cidadania, muitas vezes é a vertente principal e importante para a comunidade dentro do

contexto econômico que permite ao indivíduo o ingresso no mercado formal, resgata seu papel na sociedade, proporciona melhoria na estrutura familiar, e como o conhecido “efeito dominó”, atinge outros segmentos da economia e da sociedade. Portanto, a ocupação experimenta nesse contexto lugar de destaque, por resgatar direitos e indicadores já não possíveis pela estrutura que acostumou-se a velar, porém, a de se respeitar as potencialidades individuais e do meio, para que, o estar ocupado não seja inócuo e não conquiste elevação de indicadores negativos que venham a provocar o desestímulo desse trabalhador.

1.4.1 Que é emprego

Nas reflexões sobre trabalho, diversas formas de realizá-lo apresentam-se, entretanto, considerando o modelo econômico capitalista, a relação trabalho, trabalhador e capital tem sido a tônica das reflexões contemporâneas e, por isso mesmo, também desta pesquisa, uma vez que, dada às mutações do trabalho, são impactantes as alterações provocadas no emprego, tanto em seus índices cada vez mais escassos, quanto no perfil do trabalhador empregado que o capital espera e exige. Esse perfil, com a velocidade das informações vinculadas ao processo de globalização, impõe ao trabalhador uma amplitude de conhecimento e agilidade, para que desempenhe atividades polivalentes ou a exclusão desse meio.

Neste lanço, é importante relembrar que:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. [...] O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. [...] Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho (MARX, 2002, p.211).

Como se depreende, no contexto do emprego há outras variáveis amplamente discutidas, reivindicadas por categorias inteiras, como é o caso da remuneração pelo desempenho do trabalho realizado. É dessa fonte de renda que subsistem famílias inteiras,

constroem seus sonhos e desempenham seu modo de vida. É também essa variável que impõe ao indivíduo o seu lugar na sociedade.

Indubitavelmente, não é possível criar forças para o trabalho, sem as garantias de sua subsistência como fruto desse esforço, entretanto, comumente vemos trabalhadores oferecerem ao mercado toda a sua força produtiva e não garantir a conquista de uma mesa farta.

Conceber a capacidade de trabalho como algo separado dos meios de subsistência dos trabalhadores durante o processo de produção é formular um conceito ilusório. Quem diz trabalho, quem diz capacidade de trabalho, diz, ao mesmo tempo, trabalhadores e meios de subsistência, obreiros e salários (ROSSI apud MARX, 2002, p. 203)

O capital, acrescido do fenômeno da globalização, impõe uma pressão nos preços dos produtos e serviços e forçam-nos para baixo, com isso, as empresas precisam trabalhar com um quadro de pessoal muito enxuto e com um perfil profissional pautado na polivalência, para que atuem eficazmente em diversos postos de trabalho e conheçam a empresa como um todo, ou seja com uma visão ampla, por isso, é necessário que trabalhador possua competências e habilidades que vão além do seu campo de atuação. Portanto, para que haja a possibilidade de garantia de empregabilidade é necessário que o candidato ao emprego esteja preparado para atuar neste mercado tão competitivo e exigente, sem, contudo, obter a garantia de estabilidade empregatícia, uma vez que as vagas disponíveis são suscetíveis às variáveis econômicas e estruturais do mercado.

1.4.2 Que é trabalho

A origem do trabalho é contada praticamente de forma simultânea à procedência da vida e da história do homem, embora o trabalho não tenha sido apresentado ao homem como um prêmio, um prazer, mas sim, como uma punição, um castigo à desobediência e partir daí, como uma necessidade básica de seu sustento, conforme retrata o livro de Gênesis da Bíblia Sagrada (3,19): “No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes a terra [...]. Entretanto mais adiante, tempos depois, a própria bíblia cita o trabalho como um prazer e recompensa como se pode observar em Eclesiastes (9:9): “Goza a vida com a mulher que amas, todos os dias da tua vida: os quais Deus te deu debaixo do sol, porque esta é a tua porção nesta vida e do teu trabalho que fizeste debaixo do sol”.

Embora muitas vezes associado à dor ao sofrimento e à penúria, com o passar dos anos, foram-se agregando novos conceitos à palavra trabalho, e, a cada tempo, tarefas e ideais, passaram a definir a atividade, que não se configura mais como sendo simplesmente o labor de onde se tira o próprio sustento, mas sim se esperam conseguir também prazer, reconhecimento, utilidade social, permanência, e a recompensa de esforço traduzida em remuneração.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. [...] Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. [...] Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, afim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1985, p.149)

Com isso, o trabalho apresenta-se como uma das formas de aproveitamento das potencialidades humanas, que por sua vez também podem ser consideradas potencialidades de desenvolvimento, não só do homem, mas também do próprio meio em que habita.

Continuando na observação do pensamento de Marx, op. cit., percebe-se que suas afirmações são de significativa importância, se relacionadas com as nuances da teoria do desenvolvimento local, uma vez que afirma que o trabalho coloca em movimento as forças naturais do homem e desenvolve potencialidade adormecidas, haja vista que, o centro da teoria paira no aproveitamento das capacidades endógenas como um dos principais vetores capazes de proporcionar o desenvolvimento de determinada comunidade:

[...], o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeças e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a

seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no inicio deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente.

Várias mãos, hoje, escrevem sobre os fenômenos do trabalho e do ambiente onde este se desvela, entretanto, milhares de outras mãos desenham e desempenham o papel que lhe cabe nesse mercado delineado pelo modelo capitalista. Em suas diversas conceituações, pode-se conhecer o trabalho observando alguns estudos sobre o assunto, embora, aqui, não ocupará o tema central, mas subsidiará as reflexões sobre emprego e as potencialidades de desenvolvimento no município de São Gabriel do Oeste.

Começando pela definição de trabalho, conforme tem-se:

Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim: O trabalho permite ao homem certo domínio sobre a natureza; divide bem o tempo entre o trabalho e o lazer. [...] Atividade humana realizada ou não com o auxílio de máquinas e destinada à produção de bens e serviços. (Ferreira, 1995, p. 642)

[...] uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas. (ALBORNOZ, 1986, p. 8).

Embora seja importante contextualizar o trabalho sob diversos ângulos, por infinitos autores, o que tem incomodado os trabalhadores hoje, é a ausência dele, uma vez que toda a evolução historiada em livros, contos, poesias, musicais, etc., tem-se esvaidido pelos dedos como popularmente se costuma dizer, pois não há abundância de trabalho na forma que se habituou ver, que era a relação Emprego e Empregador.

O mercado de trabalho, com baixa oferta de vagas como se apresenta, denuncia a necessidade de trabalhadores empreendedores que sejam capazes de gerar seus próprios

empregos, embora as escolas, ainda não estivessem preparadas para essa alteração em sua formação, daí a instauração do conflito e a necessidade de investimento no capital humano.

Por todo esse conflito, acredita-se estar escrevendo mais um capítulo da história do trabalho, ou seja mais uma evolução como as observadas por Albornoz (1986, p. 14, 39 e 41):

[...] a história da palavra trabalho se refere à passagem pré-histórica da cultura da caça e da pesca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio [...] já a significação que hoje é dada ao trabalho se refere à passagem moderna da cultura agrária para a industrial. Entre um e outro desses momentos surgiram as distinções clássicas descritas com palavras diversas, como ocupar-se, produzir, fazer, agir, praticar.

[...] No mundo industrial falta o vínculo entre o trabalho e o resto da vida. Para agir livremente deixa-se o tempo que sobra do trabalho. Assim se separa totalmente trabalho de lazer, de prazer, de cultura, de renovação das forças anímicas, que deverão ser buscadas no tempo que sobrar do trabalho.

[...] O Equilíbrio entre capital e trabalho tem-se feito por meio de um tripé de poder em que a pressão dos sindicatos obreiristas se opõe à força constrangedora do capital, tendo como terceiro termo um Estado não inteiramente autônomo, mas não inteiramente confundido com a classe dona da terra e das fábricas. Em países como o Brasil, esse Estado – a lei, o governo e sua burocracia – não se distingue suficientemente dos interesses capitalistas; o Estado se apresenta como instrumento quase perfeito dos interesses do capital, e os operários se encontram como única força o poder oposto coeso.

Atualmente, cruzam-se questões relacionadas a novos e antigos processos no mundo do trabalho. Elemento de um sistema mercadológico rotulado de novo se confronta com heranças de um velho sistema, por isso, o desemprego, o subemprego, a exclusão social agora vêm somar a escassez da oferta de vagas e a nova proporção da exclusão social com origem na globalização e na reestruturação produtiva do capitalismo.

Com raízes fortes, ainda fincadas no modelo antigo o que se vê é desalento e pavor de uma classe trabalhadora que luta mas não consegue se desvincilar de uma visão histórica do trabalho como a descrita por Sandroni (1989, p. 313)

O trabalho é uma condição específica do homem e desde suas formas mais elementares está associado a certo nível de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho (grau de aperfeiçoamento das forças produtivas) e da divisão da atividade produtiva entre os diversos membros de um agrupamento social. Assim, o trabalho assumiu formas particulares nos diversos modos de produção que surgiram ao longo da história da humanidade. [...] O trabalho assalariado é típico do modo de produção

capitalista, no qual o trabalhador, para sobreviver, vende ao empresário sua força de trabalho em troca de um salário.

Para Oliveira (1991, p.5) “trabalho é a atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, para produzir riqueza. São as condições históricas que lhe dão validade e estabelece o seu limite”. E para Albornoz (1986, p.47):

O trabalho propriamente dito, aquele que traduz a palavra grega *poiesis*, o fazer, a fabricação, criação de um produto pela arte, é a obra da mão humana que maneja instrumentos que a imitam. Este fazer humano tem a qualidade da permanência; deve poder superar no tempo o próprio trabalhador.

O modelo é agora o do escultor, o do artista que molda a estátua, usando a espátula sobre o gesso ou a pedra. Quando milhares de anos após a morte do escultor alguém encontrar a estátua no fundo da caverna em que o indígena primitivo esculpiu uma forma humana, esse alguém saberá da existência de um homem naquele lugar e naquele tempo.

Nesse contexto, o trabalhador apresenta-se como um ator, que desempenha seu papel no seu tempo, mas sua obra, seu exemplo pode perpetuar por períodos inimagináveis, reafirmando assim a importância de sua atuação na sociedade. Marx apud Oliveira, (1991, p.5) em sua análise nos confirma:

As categorias que exprimem suas condições e a compreensão de suas estruturas, permitem, ao mesmo tempo, compreender a estrutura e as relações de produção de todos os tipos de sociedade desaparecidos sob as ruínas e os elementos com os quais ela é edificada e dos quais certos vestígios, não ainda superados, continuam a se arrastar nela, e nos quais certas virtualidades são plenamente desabrochadas [...]

Quando falamos em trabalho e suas relações, torna-se quase impossível não citar o sistema econômico e social impresso na maioria dos países industrializados ou em fase de industrialização, conhecido como capitalismo. Dada às características impostas, a forma de relacionamento do trabalho mais comum, abundantemente discutida, avaliada e questionada no mercado atual é o emprego, pois, segundo Sandroni (1989, p.37) é nesse modelo que:

[...] a economia se baseia na separação entre trabalhadores juridicamente livres, que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário, e capitalistas, que são proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias (bens dirigidos para o mercado) visando à obtenção de lucro.

Com efeito, trabalho e trabalhador sofrem transformação ao se relacionarem independentemente de todas as formas de sociedade, faz parte na necessidade natural na

interrelacionaridade homem e natureza e que um existe enquanto existir também o outro. Nesse contexto Lukács (1979, p.16) diz que por meio do trabalho:

tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; desenvolve as potências ocultas e subordina as forças da natureza ao seu próprio poder. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha utiliza as propriedades mecânicas, físicas, e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade.

Paulatinamente o ritmo imposto pelo cotidiano contextualiza e reforça as transformações pessoais e coletivas que a atividade proporciona na vida das pessoas; como se vê em Fajardo (1998, p.120 e 121): “o trabalho é coletivo, partilhado, solidário, transformador. [...] O importante não é chegar ao fim, mas curtir o processo. [...] o trabalho transformador acontece quando a gente divide com outras pessoas aquilo que o universo dividiu com a gente”.

Embora seja reconcidamente fato concreto o poder transformador de pessoas e do universo do trabalho, o próprio Fajardo (1998, p.6 e 7) coloca-nos frente ao paradoxo que a atividade nos apresenta quanto à construção da identidade do homem:

O trabalho move o mundo, ou, pelo menos, o mundo dos seres humanos. Afinal, se não houvesse trabalho, não haveria alimentos, roupas, casas, estradas, cultura. [...] O ato de trabalhar define o homem. [...] A partir do momento em que se supõe que algumas pessoas devam realizar tarefas para que outras não o façam, o trabalho perde a possibilidade de construir a identidade do homem.

No dito popular, ouve-se com muita freqüência que “o trabalho significa o homem”; entretanto, o trabalhador tem-se posicionado no mercado como uma mercadoria, cuja finalidade é produzir outras mercadorias e, nem sempre, apresenta-se como uma forma humanizadora na realização do homem, mas como a forma de subsistência encontrada, conforme observa Antunes (2002, p.125 e126):

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranhado. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a

sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência.

1.5 QUE SÃO POTENCIALIDADES DE EMPREGO NA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Obter um currículo competitivo para o mercado de trabalho é uma das formas de manutenção do emprego; entretanto, uma das dificuldades é o baixo nível de escolaridade da grande maioria da massa trabalhadora, aliado ao despreparo profissional, como discorre Invernizzi apud Boletim Técnico do Senac (2002, p.35):

A baixa qualificação e os baixos salários da grande maioria da força de trabalho foram se constituindo como características estruturais do mercado de trabalho, derivadas da oferta praticamente ilimitada de mão-de-obra pouco especializada e pouco organizada. Na década de 60, no bojo do acelerado processo de industrialização, deu-se no meio urbano em crescimento do assalariamento e da formalização das relações contratuais. Porém, ao mesmo tempo, ampliaram-se inúmeras formas de inserção precária: os autônomos e trabalhadores “sem carteira assinada”. A própria dinâmica da acumulação capitalista foi criando espaços para que essa população excedente pudesse inserir-se, na maioria das vezes, de maneira informal. Isso ocorreu com uma parte importante do setor de serviços, que começa a se desenvolver como alternativa de ocupação no setor informal, especialmente nos serviços de distribuição (sobretudo pequenas atividades mercantis) e nos serviços pessoais e domésticos. Quando, a partir dos anos 80, o país ingressa na onda de transformações conhecida como reestruturação produtiva, assistimos a uma acentuação das disparidades já marcantes no uso do trabalho. O aprofundamento desse processo na década de 90 traz à tona, de maneira definitiva, um violento ajuste quantitativo do mercado de trabalho formal associado a novas exigências no perfil da força de trabalho. Barreiras mais altas se alçam para entrar no mercado de trabalho formal, com a consequente exclusão de milhares de trabalhadores, que foram alimentar tanto as filas do desemprego quanto o setor informal.

A elevação do nível de escolaridade, bem como da qualificação profissional é, sem dúvida, a contribuição do trabalhador para a conquista da empregabilidade e o habilita a concorrer a uma vaga no mercado de trabalho. Porém, o mercado de trabalho também possui um papel a ser desempenhado neste cenário, que pode ser fomentado por políticas públicas, organização social e aproveitamento das capacidades locais internas de produzir suas próprias vagas.

É bem verdade que hoje se busca e se fala muito em trabalho, formulam-se políticas com a promessa de gerar empregos, mas, quando ocorre a oferta, nem todas as vagas são preenchidas, em razão da escassez de formação do candidato ao trabalho, uma vez que sempre se fez uma separação entre o mundo do saber e do fazer, como contextualiza Santos apud SENAC.DN (1997, p.28): “Quem pertencia ao primeiro estava dispensado do segundo; quem pertencia ao segundo estava excluído do primeiro”, e ainda complementa Santos apud SENAC.DN (1997: p.29):

Com o desenvolvimento do capitalismo, a educação deixa de ser vista apenas como transmissão da alta cultura e preparo dos ‘condutores’ da sociedade para incluir o ensino de conhecimentos utilitários e de aptidões técnicas especializadas, voltados para a produção. É assim que surge a idéia da educação para o trabalho. [...]

Compreender criticamente a educação implica reconhecê-la como uma prática inscrita e determinada pela sociedade e entender que, embora condicionada, a educação pode contribuir para a transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos um ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

A concepção crítica da educação tem seus desdobramentos no âmbito da compreensão da relação educação-trabalho. Ao contrário do enfoque economicista, há nessa abordagem a percepção clara de que a educação não é fator determinante do desenvolvimento, embora constitua uma prática capaz de mediar transformações na esfera das relações socioeconômicas.

A idéia de que uma formação sólida e abrangente provoca alteração qualitativa na compreensão da prática social e cria maiores possibilidades de intervenção, mesmo determinada por fatores de ordem econômica, pode contribuir para a modificação das relações que permeiam o mundo do trabalho.

Nesse contexto, pode-se afirmar que nasce um novo conceito que o mercado espera e deseja conhecido como empregabilidade, em que o trabalhador posiciona-se frente ao mundo do trabalho, tornando-o capaz de exercer diversas funções em relação à sua formação de origem; para tanto, esta condição é conquistada por atualizações constantes de informações, aprofundamento em conhecimento e tarefas específicas.

Discorrendo sobre o assunto, Dowbor apud Bava org. (1996, p.7) propõem que aconteça no município, comunidade onde habita a força produtiva, o aproveitamento das oportunidades oferecidas pela urbanização e as novas tecnologias. Agora não mais como sempre foi realizada, mas de forma renovada e interligada com os diversos seguimentos da sociedade:

A problemática do emprego é determinada por dinâmicas complexas de nível nacional e mundial. Está diretamente relacionada com o processo de urbanização e as transformações tecnológicas que varrem o planeta. No entanto, cada vez mais constata-se que, em algum grau os municípios podem inverter determinadas tendências negativas, apropriar-se de forma renovada das mesmas tecnologias, aproveitar as novas oportunidades que a urbanização oferece, articular as visões de empresários, sindicatos, organizações comunitárias, instituições científicas e organizações não governamentais na construção de novos caminhos.

Outro aspecto merece destaque: aprender a empreender é também uma das potencialidades do trabalhador que precisa ser aprendida e adotada, pois, para integrar o mercado de trabalho formal, é preciso ser persistente, ter garra e arrojo, fatores antes exigidos apenas para os empresários, detentores do capital. O trabalhador também pode ser considerado um detentor do capital produtivo e, por isso, ser capaz de gestar sua própria carreira profissional, seja com vínculo empregatício ou como autônomo.

A comunidade local, pode contribuir na formação desse capital intelectual adotando estratégias de formação e implementação da formação profissional, propiciando o apoio e o acesso por meio de parcerias e incentivo aos participantes e colaboradores.

Na ótica do desenvolvimento local, a oferta de emprego pode não estar apenas no fomento da economia para que proporcione o crescimento econômico e por sua vez a oferta de vagas no mercado capaz de absorver a mão-de-obra disponível, como se trata de desenvolvimento de um determinado espaço geográfico com aproveitamento de suas potencialidades endógenas, o simples fato de esgotar a oferta não caracteriza o desenvolvimento pautado em dimensões bem mais amplas que simplesmente as questões empregatícias, por isso a dimensão formadora que investe no trabalhador e o habilita para não só garantir seu sustento e o de sua família, mas também o torne capaz de contribuir na promoção do bem-estar dos demais integrantes da comunidade, como nos esclarecem Dawbor apud Bava org. (1996, p.33):

[...] a dimensão formadora, ou seja, como é que se investe em homem, trabalhador e cidadão. Muitas vezes, o perfil da mão-de-obra local a impede de acessar postos de trabalho que exijam maior qualificação, ou a limita como agente ativo e de iniciativa própria. Nesses casos o investimento no homem é fundamental.

Oferecer um conjunto coerente de Cursos práticos que permita aos cidadãos excluídos assumirem uma ocupação que lhes garanta um modo de vida digno é uma iniciativa que, se adequada às potencialidades locais, pode ser bastante eficaz. Entretanto, em grande parte dos casos precisa ser acompanhada de iniciativas de formação básica, que podem ser de dois

tipos: as voltadas à aquisição de habilidades que condicionam o desempenho profissional, as que facilitam iniciativas comunitárias e permitem um maior acesso aos direitos políticos e sociais.

Mesmo diante das dificuldades e perspectivas encontradas no processo da empregabilidade, ao analisá-la sob a ótica do desenvolvimento local endógeno, é importante lembrar que, mesmo precisando da formação para o trabalho, esta não deve se configurar em uma “camisa de força”, um “gesso” ou um “pacote pronto”, como se está acostumado. As necessidades precisam ser diagnosticadas sob o ângulo das potencialidades de aproveitamento da formação e da força de trabalho local, pois como evidenciam Ávila et al. (2000, p.77 e 78), o processo é ao mesmo tempo democrático e democratizante; portanto, uma das primeiras formações a ser adquirida é o da definição de cidadania e o benefício e responsabilidade do seu exercício:

O processo de desenvolvimento local é democrático por natureza e sua implementação forma e exercita continuamente a comunidade localizada para a democracia. [...] dentre as propriedades essenciais desse processo diz respeito ao fato de a comunidade local se tornar sujeito, e não mero objeto, de seu próprio desenvolvimento, envolvendo sua ativa e construtiva relação ecossistêmica com tudo o que compõe a localidade, aí já se embutiram as idéias de que:

- primeiro, a comunidade se capacita – inclusive com a ajuda de agentes externos – para a busca de sua auto-explicitação (detectando e conhecendo de fato o que ela é em termos de forças sociais, dinamismos ambientais, aspirações comuns, problemas prioritários, bem como condições, dificuldades e resistências manifestas e/ou latentes, tanto as concernentes à localidade quanto as de fora que nela influenciem) e formulação dos rumos e trajetórias intencionais do desenvolvimento que de fato e mais apropriadamente lhe convêm, em conjunto ou setorializadamente;
- segundo, simultaneamente ou ato-contínuo, a comunidade tem(terá) de investir (capacitar-se) e agir (exercitar habilidades) nos campos da automobilização, da auto-organização funcional e da articulada atuação de suas lideranças, visando o integrado, somativo, cooperativo e co-responsável trabalho de todos os seus membros, a fim de que a comunidade mesma consiga paulatina mas constantemente edificar e sempre mais aperfeiçoar a(s) ponte(s) que lhe permita(m) transpor-se de suas virtuais intenções às reais conquistas do desenvolvimento local.

Considera-se, portanto, que potencialidade de emprego, na ótica do desenvolvimento local, pressupõe não somente a capacidade do trabalhador em empregar-se, mas em saber aproveitar a sua vocação em especial e de tudo o mais que o rodeia, percebendo dimensões culturais, ambientais, sociais entre outras e ocupar-se de forma a gerar sua ocupação, ousadamente a de outros que possuam vocações que possam somar para dela

tirarem sustento e promover o bem-estar do trabalhador e da coletividade e, desta forma, contribuir na elevação da qualidade de vida da comunidade.

A ocupação laboral, nesse contexto é muito mais do que o trabalho inerente à vida do homem, como expressão de vida, criação, transformação, ação do indivíduo sobre a natureza e a sociedade. É a própria perspectiva de desenvolvimento do indivíduo em seu potencial disponível, a ser integralmente estimulado, usado e posto em ação, em benefício de si mesmo, do outro e da sociedade, numa interação dinâmica e envolvente com a comunidade que o cerca.

CAPÍTULO 2

MATO GROSSO DO SUL E O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

2.1 MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul, por ter sido área de expansão das fronteiras agrícolas do sul e sudeste do País, teve, nos últimos 40 anos, um crescimento demográfico significativo, porém, o crescimento econômico e a distribuição espacial da população não se deram de forma homogênea, resultando um desenvolvimento concentrador de renda e de riquezas.

O crescimento demográfico acelerado deu-se, basicamente, no eixo norte-sul do Estado. Por ser área de tráfego de migrantes à procura de melhores oportunidades de emprego e terras férteis, acredita-se que este é um dos fatores que proporcionou a fixação desses transeuntes.

Enquanto nas regiões norte-sul do Estado caminhava-se para um crescimento populacional cada vez maior, conforme suas características geográficas proporcionavam, as regiões leste-oeste, por possuírem difícil acesso e aspectos geográficos acidentados, tiveram um crescimento populacional mais lento, pois, além do acesso dificultado, nestas regiões predominam grande concentração fundiária com atividades incapazes de absorver a mão-de-obra, ocasionando assim grandes barreiras para a consolidação do crescimento econômico.

Por seu turno, a dinâmica populacional do Estado vem crescendo gradativamente, sempre com sua economia embasada no setor primário. Após a divisão do Estado de Mato Grosso, em outubro de 1977, Mato Grosso do Sul sofreu um impulso em seu crescimento demográfico ganhando um incremento maior nos índices imigratórios. Tal fato propiciou uma

evolução na economia estadual, dando-se maior importância às atividades industriais, não se esquecendo das atividades agropecuárias, as quais proporcionaram o processo de colonização e, hoje, são fatores que embasam e dão sustento às atividades econômicas.

O governo do Estado vem contribuindo ao longo do tempo para esta evolução populacional, implementando planos de política econômica que incentivam a fixação e o desenvolvimento do homem na terra, com o intuito de controlar ou pelo menos acompanhar a movimentação populacional, para que não haja uma explosão demográfica na área urbana, nem uma evacuação da área rural, mas, sim, um melhor aproveitamento das áreas produtivas. Nas áreas urbanas, essa responsabilidade é dividida com as prefeituras municipais, visando equacionar e melhor distribuir o processo de urbanização, permitindo, assim, que os pólos industriais cresçam e estabilizem-se, incentivando outras atividades econômicas capazes de gerar divisas aos próprios municípios, porém, nem sempre os acontecimentos obedecem aos planos traçados em gabinetes.

Não podemos considerar a população do Estado como bem distribuída, pois somente o eixo norte-sul congrega mais de 70% da população e, não se pode esquecer, de que as características demográficas são vistas como possíveis de influírem no bem-estar e nas instituições sociais, porque elas têm base em aspectos culturais, econômicos e sociopolíticos. O conhecimento dessas características pode servir de orientação à administração pública e ao setor privado com vistas a um planejamento mais eficiente e eficaz.

Convém ressaltar que o tamanho, o crescimento, a composição etária e a distribuição espacial da população são dados de importância fundamental para o planejamento, desde o primeiro diagnóstico preliminar até a última avaliação dos planos já executados. Em razão de seu poder de qualificação, a análise demográfica e os estudos populacionais, além de enriquecerem as análises dos planejadores, fornecem elementos e critérios para o balizamento do processo nos seus diversos estágios.

As informações produzidas pelos estudos populacionais conferem maior dinamismo e objetividade aos modelos utilizados, contribuindo para aumentar as possibilidades de simulação prospectiva e sistematização das decisões. Isto não se aplica apenas aos planos globais de curto, médio ou longo prazo, mas também aos programas

regionais e/ou setoriais, e até aos simples projetos isolados. Todos têm na população, ou numa de suas vertentes, o seu ponto de partida e de chegada.

Diante disso, a análise de potencialidades realizada no município de São Gabriel do Oeste não foge à regra, ao propor como ponto de partida o estudo populacional, suas movimentações e características, para que se possa estabelecer um perfil dos residentes, e iniciar as pesquisas e análises.

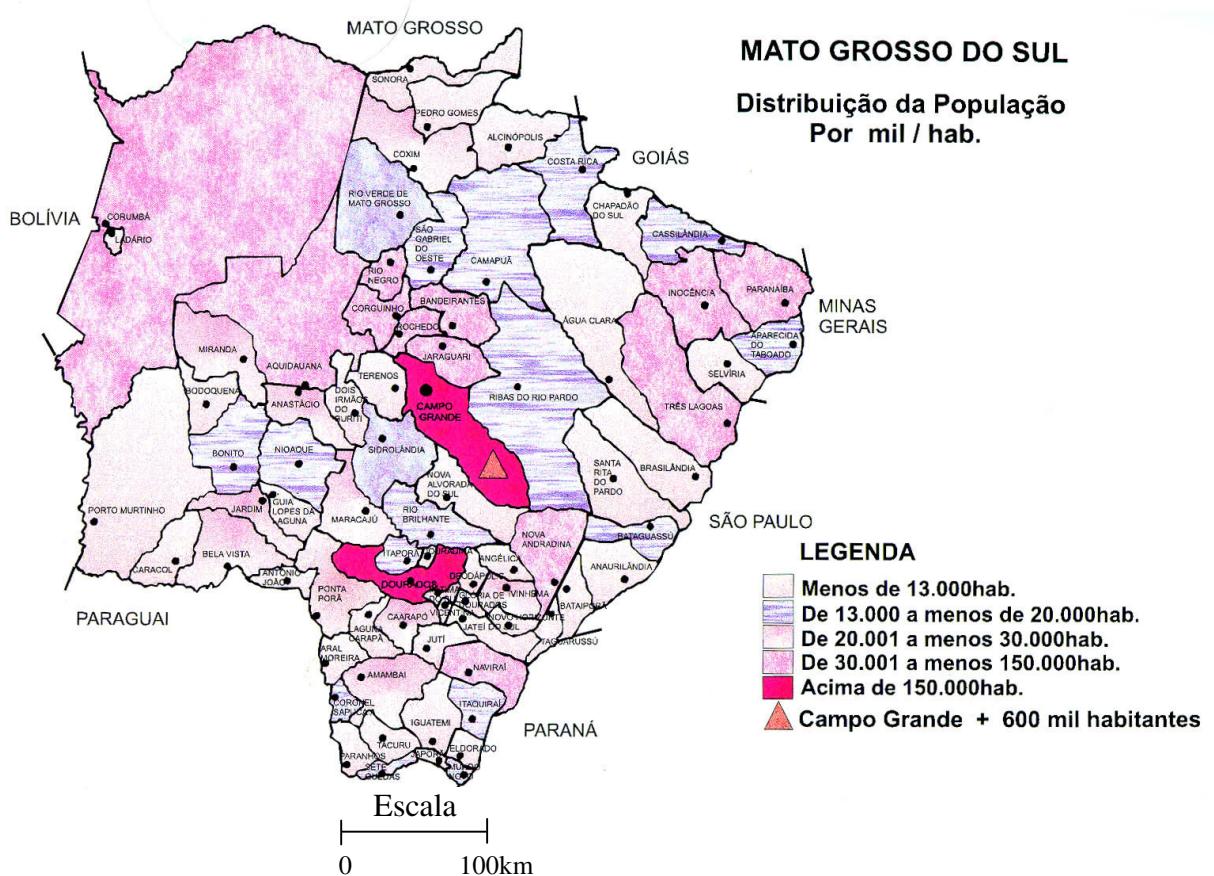


FIGURA 1 – Distribuição da população por mil/hab.

Fonte: Instituto de Estudos e Planejamento.

2.1.1 População residente

O Estado obteve um significativo crescimento da população residente ao longo das últimas cinco décadas, principalmente no que se refere à população urbana que em 2000 foi responsável por 84,08 % da composição total, em contrapartida, se observarmos a população rural no mesmo período, vem decrescendo acentuadamente registrando 15,92%.

Nas décadas de 1950/60 e 1960/70, observou-se um crescimento mais acentuado, influenciado pelo movimento migratório, registrando taxas de crescimento no período de 6,65% a.a. e 5,51% a.a. respectivamente, em 2000 a taxa de crescimento demográfico é de 1,73%.

Na estrutura etária, se colocada graficamente, observa-se uma pirâmide que tem como base a população jovem - 41,12 % (Censo 2000) do contingente populacional tem menos de 20 anos, reflexo das altas taxas de natalidade e das migrações diferenciais.

Sendo a população em sua maioria jovem e estando fixada na área urbana, evidencia um desenvolvimento econômico da região voltada aos setores secundários e terciária onde a indústria passa a ocupar espaço significativo no mercado, não nos esquecendo obviamente dos incentivos ao setor primário, o qual alicerça a economia sul-mato-grossense e permite um maior campo de atuação na transformação da matéria-prima.

Quanto à população migrante, que já foi responsável por metade da população total do Estado, concentra-se na área urbana, seguindo uma tendência histórica, iniciada com a Revolução Industrial, quando o processo de modernização e capitalização dos meios de produção na área rural ocasionou a saída da população, na maioria das vezes, deixando um vazio demográfico que dificilmente será preenchido, pois a oferta de emprego é mínima, caracterizada principalmente por um mercado de trabalho mal organizado, com oportunidades de emprego sazonais, dispersas e instáveis. Desde a década de 60, constata-se um declínio das taxas médias geométricas de incremento anual da população rural, tal fato é caracterizado pelas melhores oportunidades de emprego oferecido ilusoriamente pela zona urbana e pela mecanização da agricultura, fundamentado nos princípios da “agricultura comercial”, onde não há grandes espaços para o homem do campo.

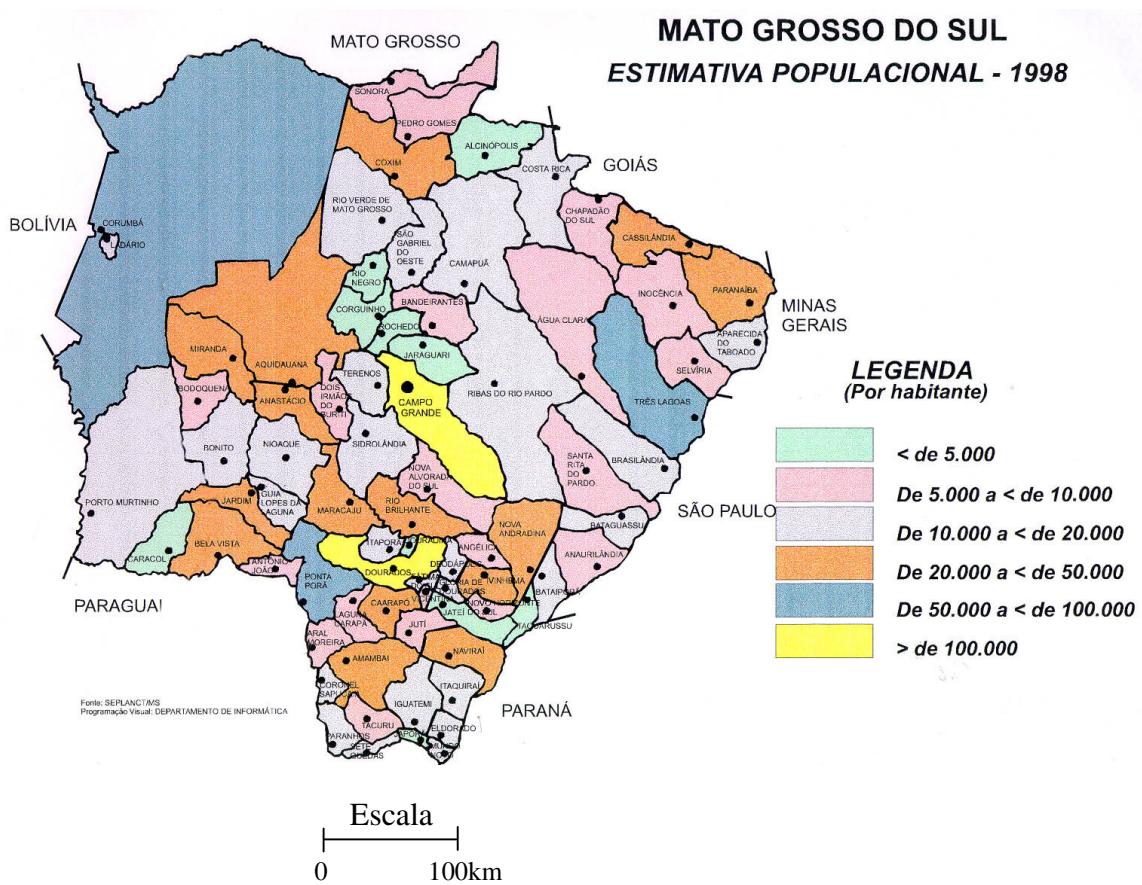


FIGURA 2 – Estimativa populacional – 1998.

Fonte: Instituto de Estudos e Planejamento.

2.1.2 Crescimento da população

O crescimento da população foi influenciado, principalmente, pelo movimento migratório, fator relevante no processo de ocupação do território sul-mato-grossense.

A taxa migratória do fluxo acumulado (menos de 1 ano a mais de 10 anos de residência) até 1980, constatou que mais de 50% da população era constituída por pessoas não naturais do município onde residiam, portanto, além das migrações interestaduais, temos também em números significativos as migrações intra-estaduais, destacando-se as das zonas rurais para as urbanas.

Comparando-se o crescimento das populações, observa-se que o crescimento das populações urbanas foi maior do que o crescimento das populações rurais, pois até 1960, a população rural tenha mostrado crescimento positivo, que vinha ocorrendo num ritmo menos

acelerado quando comparado ao crescimento da população urbana, agravando-se a partir de 1980, quando atingiu índices de crescimento rural negativo.

Taxas médias geométricas anuais, calculadas para o Estado de Mato Grosso do Sul, em relação à população natural e não natural do Estado, mostram que a população não natural cresceu a taxas maiores do que a população natural, no período 1970-1980. Conclui-se, portanto, que o processo migratório foi o que mais contribuiu para o crescimento populacional deste Estado.

No período de 1950-60, registrou-se uma taxa geométrica de crescimento populacional com um índice de 6,65% a.a., 1980-91 de 2,41% , passando em 1991-2000 para 1,73% a.a., denotando um refreamento no crescimento populacional. Essa situação, em razão de o estado sofrer uma reversão no fluxo migratório, decresceu a migração a partir da década de 1990.

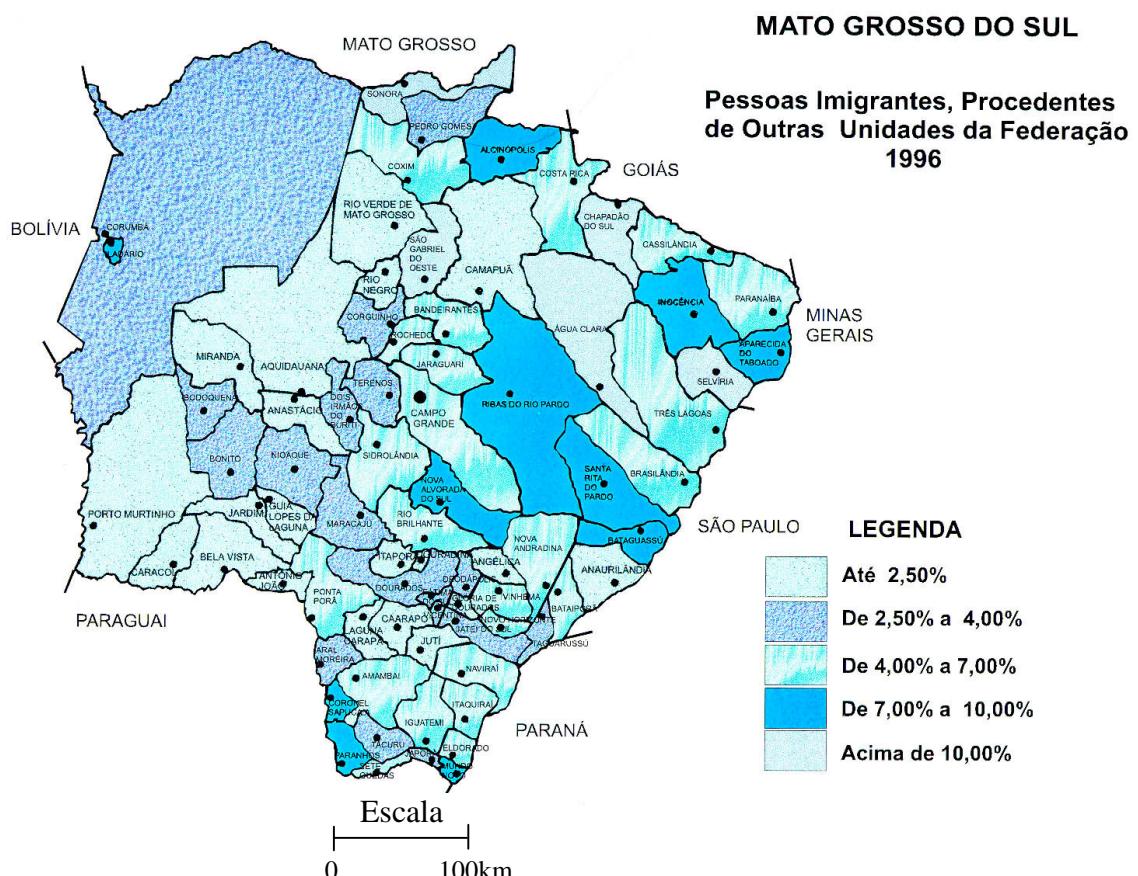


FIGURA 3 – Pessoas imigrantes, procedentes de outras unidades da Federação – 1996.

Fonte: Instituto de Estudos e Planejamento.

2.1.3 Urbanização

Mato Grosso do Sul, considerado um Estado eminentemente de atividades agropecuárias, cuja indústria ainda é incipiente, chama a atenção pelo fato de ter atraído imigrantes para a zona urbana.

No Brasil, o setor da indústria que melhor absorve mão-de-obra não qualificada e de alta rotatividade é o setor de construção civil, sendo este o primeiro setor de trabalho do migrante rural recém chegado à zona urbana. Mato Grosso do Sul, confirma essa tendência.

Nesse sentido, a aglomeração de população estimula a indústria da construção com o suprimento não apenas de moradias como também de instalações comerciais nos centros em expansão e, embora a indústria de construção seja considerada grande atrativo às migrações no Estado, há também outras atividades que também incrementam este movimento, bem como, as empresas de prestação de serviços, com o surgimento de hidrelétricas, rodovias, construção e implantação da universidade, faculdade e as obras governamentais.

Em que pese a urbanização, compreendida como um processo de concentração da população nas zonas urbanas, ter ocorrido constantemente a partir de 1940, observa-se que, nas últimas cinco décadas, as taxas de urbanização estadual comprovam uma elevação gradativa do aumento populacional na área urbana, passando de 36,90%, em 1950, para 84,08%, em 2000; enquanto a população rural passou de 63,10% para 15,92%, no mesmo período.

Entre 1940 e 1950, todas as regiões do Estado apresentavam taxas de urbanização inferiores a 50%. A partir de 1960 verifica-se uma intensificação do processo de urbanização em todas as regiões.

Em 1980, apenas a região norte do Estado apresentou taxa de urbanização inferior a 50%, enquanto que a região que apresentou maior elevação urbana foi a centro-leste.

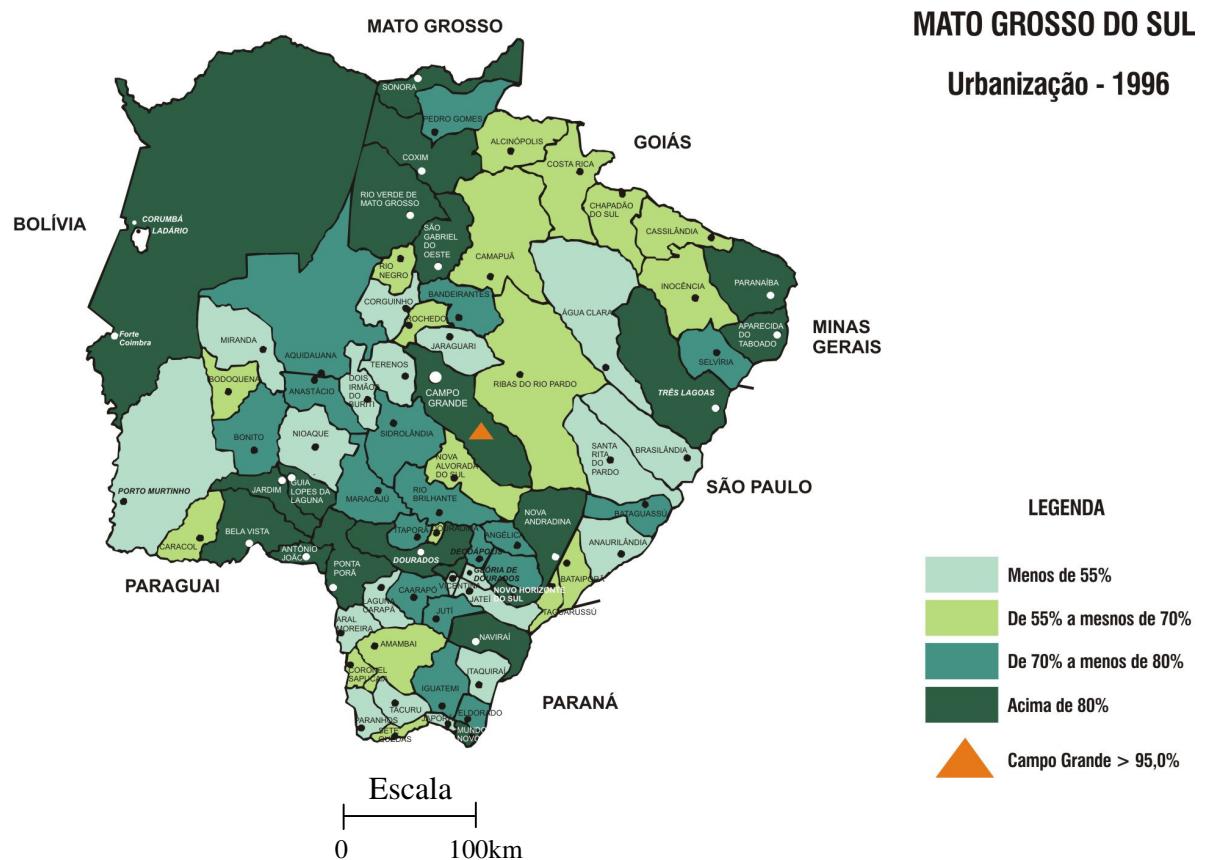


FIGURA 4 – Urbanização – 1996.

Fonte: Instituto de Estudos e Planejamento.

A natalidade, a mortalidade e a migração são os três fatores determinantes do crescimento populacional, embora o fator migração seja o maior responsável pelo crescimento demográfico estadual. A partir da década de 70, também os fatores natalidade e a mortalidade contribuíram nesta evolução, sendo o primeiro responsável pelo número de pessoas que diariamente ingressa no contingente populacional, enquanto o outro, pelo número de pessoas que se ausenta desse mesmo contingente.

A taxa bruta de natalidade total do Estado, segundo o Instituto de Estudo e Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul – IPLAN/MS – tem apresentado declínio, registrando 24,87% em 1991 e 21,92 %, em 1996, e apontando uma estimativa para 2000 de 20,99%.

De um modo geral, aumenta paulatinamente a participação das mulheres mais jovens, na fecundidade, fenômeno coerente inclusive com a diminuição da idade média da

fecundidade, que vem se registrando no período. Daí a necessidade da ação governamental, juntamente com as diversas entidades ligadas a questão, para que juntos possam promover uma política social capaz de satisfazer os anseios e necessidades da população.

2.2 SÃO GABRIEL DO OESTE

São Gabriel do Oeste, um município pequeno, próximo da capital, bem poderia viver à sombra desta, mas, muito pelo contrário, destaca-se no cenário econômico do Estado pelo crescimento do setor primário. Grande parte do contingente populacional é migrante do Sul do País ou descendente destes e traz consigo um pouco dessa cultura. Porém, tudo isso não o exclui do quadro de tensão entre o global e o local que se tem vivido nesse processo de reestruturação econômica. Diante disso, é cada vez mais indispensável que os “pequenos locais” assumam nova posição: mais austera, moderna, inovadora e, principalmente, empreendedora, buscando o envolvimento de todos na busca do tão almejado desenvolvimento sustentado.

Distante 140km da capital do Estado, o município de São Gabriel do Oeste, pertence à microrregião Alto Taquari e mesorregião Centro-Norte de Mato Grosso do Sul, com uma área total de 3.854,4 km² e 16.821 habitantes, destes, 81,04% concentram-se na zona urbana e os 18,96% restantes habitam a zona rural.

O município limita-se com cinco outros: Coxim (Norte); Camapuã (Nordeste, Leste e Sudeste); Bandeirantes (Sul); Corguinho (Sudoeste); Rio Verde de Mato Grosso (Oeste e Noroeste).

O município possui dois distritos - Areado e Ponte Vermelha, distantes da sede 44 e 37 km, respectivamente.

São Gabriel, como é conhecido no cotidiano, pertence à Bacia do Rio Paraguai, sub-bacias dos rios Miranda, Aquidauana, Rio Negro e Taquari. Dentro do município nascem os rios Coxim e Aquidauana e os córregos Brejão, Baixadão e Bonito.

O Rio Aquidauana serve de divisa municipal com Corguinho; o Rio Novo e o Rio Coxim, com Rio Verde de Mato Grosso; o Rio Jauru; com o município de Coxim e o Rio Coxim, com o município de Camapuã.



FIGURA 5 – Estado de Mato Grosso do Sul - São Gabriel do Oeste - Localização

Fonte: Instituto de Estudos e Planejamento.

2.2.1 Breve histórico

Por volta de 1885, acreditava-se que a região era propícia apenas à criação de gado, em pastos nativos e posteriormente em pastos cultivados com capins colonião e jaraguá.

Em 1937, Balduíno Mafissoni e outros adquiriram a Fazenda Rosada. Como a propriedade encontrava-se à margem da rodovia, Campo Grande – Cuiabá, que na ocasião estava em estágio bastante adiantado, resolveram implantar um novo povoado, que, em 1976,

foi elevado à categoria de distrito e mais tarde, em maio de 1980, emancipou-se politicamente com a criação do município de São Gabriel do Oeste, através da Lei nº 74, de 12/05/1980.

Até a década de 70, não ocorreram grandes modificações no modo de exploração da terra. No início dos anos setenta, foram implantadas as primeiras lavouras de café, incentivadas pelo Instituto Brasileiro de Café, que buscava a recuperação da cafeicultura nacional.

Em 1973, a região já contava com cerca de 30 milhões de pés de café. Paralelamente, os produtores passam a cultivar o arroz de sequeiro, como forma de reduzir os custos de produção de café.

Em 1975, ocorreram geadas que dizimaram todos os cafezais, fazendo com que grande parte dessas áreas tornassem novamente pastagens. A partir dessa época, iniciaram-se as primeiras lavouras de soja que, após a introdução de técnicas modernas de produção, tais como mecanização, correção de solo, uso de sementes melhoradas etc., tornaram o município uma das principais regiões produtoras de soja do Estado.

A prosperidade da região é atribuída, sem dúvida, ao cultivo de lavouras de soja por agricultores provenientes do sul do País, que proporcionaram um elevado crescimento populacional no município, na década de 80, quando recebeu sua emancipação política, tornando-se município.

Nessa época foi instalada a infra-estrutura de armazenamento público e privado, através dos investimentos de empresas como: Ceval, Sadia e cooperativas de produtores.

Após longos anos de crise generalizada na agricultura brasileira, os produtores do município iniciaram um processo de diversificação, passando a investir também na suinocultura comercial.

A instalação das granjas atraiu investimento da Cooperativa Central Oeste Catarinense, que adquiriu um frigorífico em funcionamento no município viabilizando com isso a industrialização de suínos.

2.2.2 População

A população total de São Gabriel do Oeste, para o ano de 2000 é de 16.821 habitantes, contra um total de 12.034 habitantes, em 1991, segundo o Censo Demográfico (Tabela 1). Neste levantamento, do total da população cerca de 52,63% dos habitantes são do sexo masculino e 47,37% do sexo feminino, passando em 2000 para 51,48% e 48,52% respectivamente.

Tabela 1 - População residente por sexo em São Gabriel do Oeste.

População/sexo	População/1991	%	População/2000	%
Total	12.034	100,00	16.821	100,00
Masculino	6.334	52,63	8.660	51,48
Feminino	5.700	47,37	8.161	48,52

Fonte: IBGE, 2001.

Analizando-se os últimos dados do levantamento populacional realizado pelo IBGE no município, verifica-se que a taxa média de crescimento da população está desacelerando, porém, continua elevada, em comparação com o padrão de crescimento do Estado e do Brasil. Segundo levantamento do último Censo Demográfico, a atual taxa de crescimento é de 3,79% ao ano (1991/2000).

O município de São Gabriel do Oeste, a exemplo do que ocorre no Estado e no Brasil, apresenta um elevado grau de urbanização. Em 1991, a taxa apresentada foi de 73,63% e em 2000 de 81,04% (Tabela 2). Isto demonstra a aceleração do processo de urbanização. Na década de 80, na época da emancipação política, esta taxa era de apenas 43%. Esta mudança no grau de urbanização está diretamente relacionada com o sistema de exploração comercial da agricultura implantado na região.

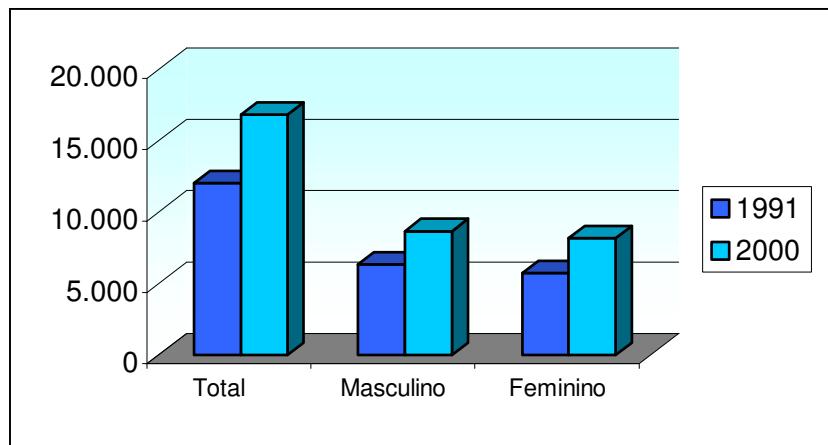


GRÁFICO 1 - População residente por sexo em São Gabriel do Oeste – 1991 e 2000.

Tabela 2 - População residente por situação de domicílio em São Gabriel do Oeste.

População/domicílio	1980	%	1991	%	2000	%
Total	3.346	100,00	12.034	100,00	16.821	100,00
Urbana	1.435	42,88	8.861	73,63	13.631	81,04
Rural	1.911	57,11	3.173	26,37	3.190	18,96

Fonte: IBGE, 2001.

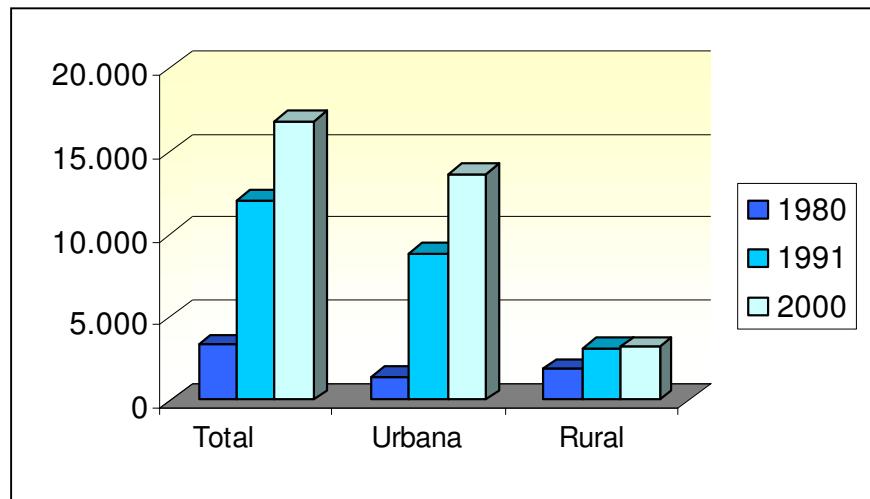


GRÁFICO 2 - População residente por situação de domicilio em São Gabriel do Oeste – 1980, 1991 e 2000.

2.2.3 Economia municipal

2.2.3.1 Setor primário

Predomina no município a produção de soja, cultura responsável pelo franco desenvolvimento da região vivido na década de 80. Ainda em 2001, a soja é o principal produto do setor rural, com destaque na produção estadual.

As atividades rurais no município concentram-se, segundo Censo Agropecuário realizado pelo IBGE para os anos de 1995/96, nas propriedades de 100 a menos de 1000 hectares, com 59,70% do número de estabelecimentos e 34,25% da área total. Enquanto as propriedades de 1000 a menos de 10.000 hectares representam cerca de 21,46 % do total dos estabelecimentos e 61,67% da área.

Tabela 3 - Estabelecimentos agropecuários por grupos de área – 1995/96 em São Gabriel do Oeste.

Especificação	Estabelecimentos	%	ÁREA (ha)	%
Menos de 10 ha	25	4,66	109	0,03
10 a menos de 100 ha	75	13,99	3.877	1,04
100 a menos de 1000 ha	320	59,70	127.295	34,25
1000 a menos de 10.000 ha	115	21,46	229.244	61,67
10.000 e mais	1	0,19	11.200	3,01
TOTAL	536	100,00	371724	100,00

Fonte: IBGE, 1997.

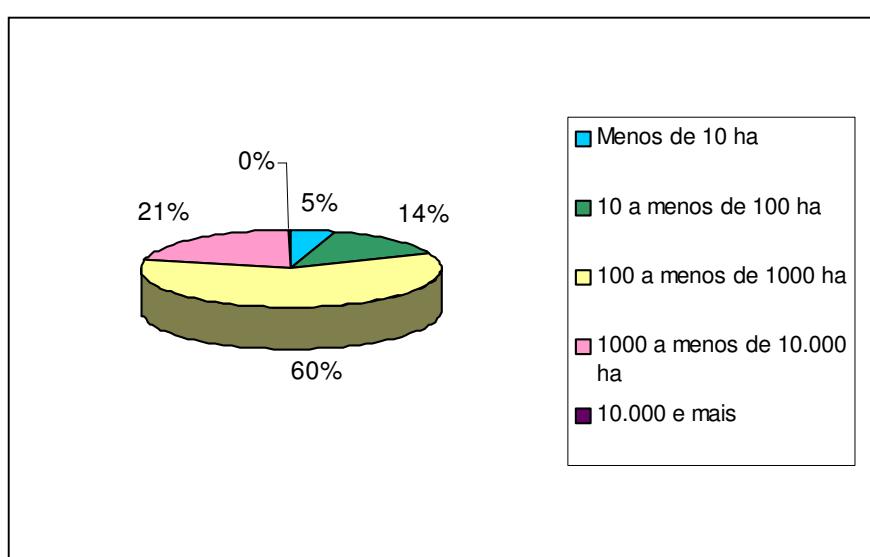


GRÁFICO 3 - Estabelecimentos agropecuários por grupos de área – 1995/96 em São Gabriel do Oeste.

No segmento da pecuária, uma das atividades que está despontando nos últimos anos é a suinocultura comercial, atualmente com 28 granjas⁽¹⁾ e mais de 5.000 matrizes instaladas. Existem expectativas de novos investimentos na região, tendo em vista a entrada em operação do Frigorífico Aurora, com capacidade de abate de 500 suínos/dia. Atualmente, opera com capacidade ociosa, aguardando a maturação dos projetos em andamento.

Por outro lado, além da atividade suinícola, desenvolve-se também a pecuária de corte e de leite com rebanho significativo – maior número. Segundo a Delegacia Federal da Agricultura – DFA e o IAGRO, o município possui duas usinas de beneficiamento e uma de resfriamento de leite, produzindo, em 2001, 9.296 mil litro de leite.

Dados de 2001 indicam um rebanho de 216 mil cabeças de bovinos e 68 mil suínos evidenciando os principais rebanhos do município, conforme Tabela 4.

O principal produto de origem animal é o leite, que apresenta uma produtividade de 2 litros/dia/vaca ordenhada, registrando produção de 9.296.000 litros no ano de 2001. Além do leite, o município produz mel, ovos, lã, dentre outros. No ano de 2001 a produção de mel registrou 754 kg, contra 654 kg em 1989. Quanto a produção de ovos, houve crescimento significativo passando de 320 mil dúzias em 1994, para 654 em 2001. Outro produto significativo a registrar é a produção de lã que registrou 510 kg em 1994, evoluindo para 840 kg em 2001.

Tabela 4 – Efetivos da pecuária e de aves em São Gabriel do Oeste, em 1994 e 2001.

Especificação	Efetivo em (cabeças) - 1994	Efetivo em (cabeças) – 2001
Asininos	35	45
Bovinos	208.038	216.475
Caprinos	112	385
Eqüinos	4.435	3.325
Galinhas	55.236	51.236
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	74.239	57.746
Muares	211	372
Ovinos	1.350	5.381
Suínos	26.924	68.083

Fonte: IBGE, 2002.

(1) a) Construção fechada na qual se abrigam colheitas, animais, etc.
b) Pequena propriedade rural em que se explora uma atividade agrícola e/ou pecuária em escala pequena.

Em função da necessidade de diversificação da produção, alguns empresários buscam outras alternativas, tais como a criação de jacarés e de aves para corte e postura, registrando em 2001, 51.236 galinhas para produção de ovos e 57.746 para corte.

Na agricultura, conforme dados de 2001 do IBGE – Produção Agrícola Municipal, a produção da soja se destaca, com um total 309.000 toneladas, numa área de 103.000 hectares (Tabela 5). Outra cultura importante é o milho, ocupando na safra um total de 32.000 hectares, com uma produção de quase 131 mil toneladas. A soja representa 10 % da produção estadual e o milho cerca de 6%, do total produzido no Estado.

Estas duas culturas são as principais componentes de ração para a suinocultura, o que certamente contribui para a competitividade da produção de suínos e tem atraído a atenção de empresários para novos investimentos em agroindústrias.

Tabela 5 – Produção agrícola municipal em São Gabriel do Oeste.

Produtos	Área colhida Em (Ha) 1996	Quantidade produzida em Tonelada – 1996	Área colhida em (Ha) – 2001	Quantidade produzida Em Tonelada
Arroz (em casca)	300	360	20	48
Feijão (em grão)	1.800	2.205	430	837
Milho	14.500	69.600	32.000	131.400
Soja	115.000	241.500	103.000	309.000
Sorgo (em grão)	1.000	2.520	25.000	37.500
Trigo	1.000	1.380	2.200	3.960

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2002.

2.2.3.2 Setor secundário

Em levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Fazenda, existiam 30 estabelecimentos industriais, no ano de 2001, conforme Tabela 6. Os segmentos industriais com maior número de empresas é a Indústria de Produtos Alimentícios, com oito empresas, seguido da Metalúrgica com seis.

Dentre as empresas existentes atualmente, pode-se destacar a Coopercentral, instalada em 1996, que tem impulsionado a suinocultura comercial e por estar localizada num

dos principais pólos produtores de grãos do estado. Atualmente, a Coopercentral opera em capacidade ociosa, abatendo 300 cabeças/suíno/dia. O potencial existente é de 500 cabeças dia e projeta-se uma expansão, a médio prazo, para 1000 cabeças.

A oferta de grãos, a perspectiva de investimentos em novas granjas, que venham a suprir as necessidade de suínos para abate por parte da Coopercentral e outras agroindústrias do Estado têm estimulado alguns setores da sociedade a buscar de investimentos em novas agroindústrias na região, tais como fábrica de ração e uma unidade esmagadora de soja.

O município possui uma lei de incentivos fiscais para instalação de indústrias, que compreendem isenções do ICMS, vinculado à Lei de Incentivos Fiscais do Estado de Mato Grosso do Sul e também isenção do ISS e do IPTU.

Tabela 6 – Indústrias por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste, 1995 e 2001.

Ramo de Atividade	Quantidade 1995	Participação %	Quantidade 2001	Participação %
Minerais não Metálicos	2	5,89	2	6,67
Metalúrgica	4	11,76	6	20,0
Madeira	2	5,89	-	-
Mobiliário	4	11,76	3	10,0
Perfumaria, Sabões e Velas	1	2,94	-	-
Papel e Papelão	-		1	3,33
Borracha	-		1	3,33
Prod. Farmac. e Veterinário	-		1	3,33
Têxtil	-		1	3,33
Vest. Calc. Artef. Tecidos	8	23,53	2	6,67
Produtos Alimentícios	8	23,53	8	26,67
Editorial e Gráfica	1	2,94	1	3,33
Diversas	4	11,76	4	13,34
Total	34	100,00	30	100,00

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda, 2002.

2.2.3.3 Setor terciário

Levantamentos realizados em 2001, segundo informações da Secretaria Estadual de Fazenda, indicam um total de 274 empresas atuando no município, dentre estabelecimentos comerciais atacadistas, varejistas, de prestação de serviços e estabelecimentos bancários.

Tabela 7 – Comércio atacadista por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste.

Ramo de Atividade	Quantidade 1995	Participação %	Quantidade 2001	Participação %
Produtos Alimentícios em Geral.	5	22,74	7	28,00
Produtos Extrat. De Origem Mineral	1	4,54	-	
Maq.Apar./Equip. Ind., com Agr.	1	4,54	1	4,00
Veículos e Acessórios	-		1	4,00
Prod.Quimicos, Farmac. Perfume	1	4,54	-	
Comb., Lubrif.Orig.Veg – Mineral	1	4,54	2	8,00
Art.de Vestuários, Armar. Calc.	1	4,54	1	4,00
Bebidas e Fumo	3	13,64	6	24,00
Artigos diversos	9	40,92	7	28,00
Total	22	100,00	25	100,00

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda, 2002.

No segmento de comércio atacadista (Tabela 7) eram 25 estabelecimentos, atuando em diversos ramos, principalmente na comercialização de alimentos (7) e bebidas e fumo, com 6 unidades, Combustíveis, Lubrificantes com 2 unidades e artigos diversos com 7 estabelecimentos.

Tabela 8 – Comércio varejista por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste, 1995 e 2001.

Ramo de Atividade	Quantidade 1995	Participação %	Quantidade 2001	Participação %
Total	213	100,00	248	100,00
Alimentação:	64	30,05	49	19,76
Vest., Objetos e Art. Uso Diversos	42	19,72	42	16,93
Mobiliário, Aparelhos, Objetos	8	3,76	17	6,85
Equipamentos, Máquinas para Comércio	4	1,88	9	3,63
Produtos Químicos e Farmacêuticos	7	3,29	15	6,05
Artigos Para Recreação e Desporto	4	1,88	3	1,21
Materiais Para Construção	15	7,04	15	6,05
Veículos, Implementos, Pecas e	45	21,12	44	17,74
Produtos Para Lavoura e Pecuária	19	8,92	37	14,92
Artigos Para Livraria e Produc.	5	2,34	6	2,42
Combustíveis e Lubrificantes	-	-	11	4,44

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda, 2002.

No comércio varejista, com um total de 248 empresas, ofertando produtos nos diversos segmentos das necessidades de consumo da população, o maior número de empresas concentra-se no ramo de alimentação, veículos, implementos e peças, vestuário, objetos e artigos de usos diversos e estabelecimentos voltados para o atendimento do setor rural, lavoura e pecuária (Tabela 8).

Dentre os prestadores de serviços, o maior número de empresas está no setor de transporte, com 21 estabelecimentos e no de armazenagem, com 9 empresas, num total de 89 empresas do segmento. Em serviços bancários, estão em atividades, atualmente uma Agência do Banco do Brasil, do Bradesco e do HSBC (tabelas 9 e 10).

Tabela 9 – Estabelecimentos de serviços por atividade em São Gabriel do Oeste, 1995 e 2001.

Especificação	Quantidade 1995	Participação %	Quantidade 2001	Participação %
Total	49	100,00	89	100,00
Saúde	2	4,09	2	2,25
Construção Civil	4	8,16	-	-
Transporte	18	36,73	21	23,59
Armazenagem	7	14,28	7	7,87
Manut. Instal. Maq. e Equipamentos	9	18,37	2	2,25
Diversos	8	16,33	6	6,74
Não especificado	1	2,04	51	57,30

Fonte: Secretaria Estadual de Fazenda, 2002.

Tabela 10 – Serviços bancários - agências existentes em São Gabriel do Oeste em 2001.

Especificação	Número
Total	3
Banco do Brasil	1
Caixa Econômica Federal	-
Bancos Comerciais	2

Fonte: Instituto de Estudos e Planejamento (IPLAN), 2002.

2.2.3.4 Finanças municipais

As receitas municipais provêm de diversas fontes, dentre as geradas e arrecadadas no próprio município e outras decorrentes de transferências, tais como o Fundo de Participação dos municípios (FPM) e o ICMS-Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Analizando-se os anos de 1995 e 1996, verificou-se que a arrecadação direta ou própria é reduzida, com participação nestes anos no montante de 16,44% e 12,35%, respectivamente. Por outro lado, reduzindo-se a geração de recursos próprios, eleva-se a participação do valor das transferências correntes, como é o caso do FPM que representou em 1996, 19,09% da receita e do ICMS que no mesmo ano representou quase 55,75% do total arrecadado no município. Na média, cerca de 75% das receitas totais do município são oriundas destas duas importantes fontes. Isto é a realidade da maioria das municípios brasileiros, que necessitam de ações com vistas à elevação da arrecadação própria e à redução de dependência de transferências de outras esferas governamentais.

Os recursos do ICMS provêm, principalmente, da agricultura (30,80%) e do comércio (45,43%). A pecuária participa com 3,49% do total arrecadado no município. Isto evidencia a importância do setor primário na economia municipal (Tabela 11).

Em 1997, o índice de participação do ICMS é de 1,57%. Este indicador determina o valor que o município irá receber em determinado período sobre o total da arrecadação estadual. Na década de 80, São Gabriel do Oeste participou com um índice superior a 3,00%.

Tabela 11 – Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica 1995/2001- São Gabriel do Oeste .

Setor de Atividade	1995	%	2001	%
Comercio	516 297,74	42,60	2.422.560,09	45,43
Industria	68 986,10	5,69	973.301,62	18,25
Pecuária	93 389,33	7,71	186.032,88	3,49
Agricultura	429 714,29	35,45	1.642.516,38	30,80
Serviços	28 522,79	2,35	75.877,98	1,42
Eventuais	75 105,85	6,20	32.760,62	0,61
Total	1.212. 016,10	100	5.333.049,57	100,00

FONTE: Secretaria Estadual de Fazenda, 2002.

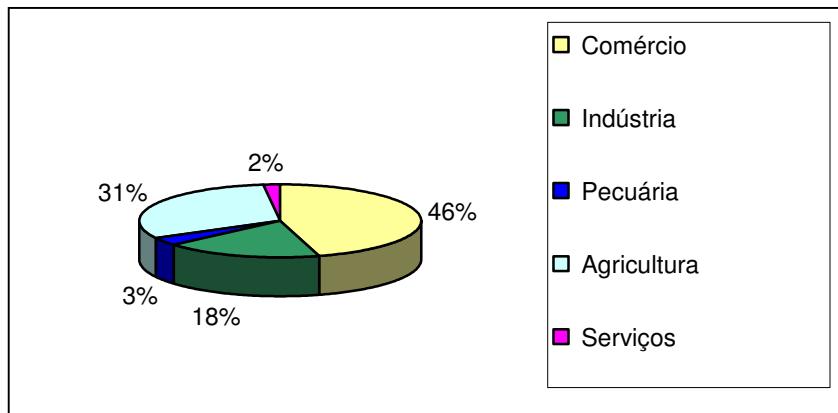


GRÁFICO 4 - Arrecadação de ICMS por setor de atividade econômica 2001- São Gabriel do Oeste.

Com relação às despesas municipais, grande parte dos custos está alocada no custeio da administração pública, ou seja, em pessoal (41,30% em 1996) e outros serviços e encargos (23,34% em 1995). Vale salientar que a participação relativa das despesas de custeio, no total das despesas, tem se reduzido, favorecendo os gastos em obras e instalações, que passou de 10% em 1995 para 23,5% do total dos gastos em 1996. Observando que este foi um ano eleitoral, quando normalmente são realizados investimentos para serem pagos em exercícios seguintes.

Confrontando-se receitas contra despesas totais, verifica-se que o município passou de um relativo equilíbrio em 1995 a um descompasso elevado em 1996. A arrecadação total no período obteve um crescimento, porém em menor proporção ao crescimento dos gastos.

Uma reestruturação dos gastos e por outro lado um incremento nas receitas seria bem vindo, principalmente naquelas em que depende diretamente de uma ação mais rígida da administração municipal, tais como o ISS, IPTU etc.

A significativa taxa de urbanização do município exige investimentos contínuos na melhoria da infra-estrutura existente e também na qualidade dos serviços públicos prestados, para tanto, atenção na receita e despesas do município é de primordial importância,

uma vez que do desenvolvimento de projetos municipais pode estar o fomento da economia e consequentemente a oferta de emprego, ou a geração dele.

2.2.4 Infra-estrutura e aspectos sociais

2.2.4.1 *Transporte*

O município localiza-se na parte centro-norte do Estado, sendo servido pela Rodovia BR 163, distante cerca de 137km de Campo Grande. Esta rodovia está sendo recuperada e duplicada em vários trechos, tornando-a mais segura e permitindo um maior fluxo de veículos e caminhões.

Apesar da existência de rodovias federal, estadual e vicinais na região, são consideradas precárias para o escoamento da produção agrícola, o que torna o produtor mais vulnerável à ação de intermediários.

No que se refere ao transporte coletivo no perímetro urbano, é realizado por uma empresa privada, que atende cerca de 80% da cidade.

No transporte intermunicipal, o município dispõe de dois Terminais Rodoviários, com linhas regulares para as principais localidades da Região Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul do país.

Por via aérea, podem ser utilizados quatro pequenos campos de pouso, destinados a pequenos aviões particulares.

2.2.4.2 *Energia elétrica*

A energia elétrica do município é fornecida pela ENERSUL, por interligação com o sistema pela linha de transmissão Campo Grande - São Gabriel do Oeste.

Segundo informações da ENERSUL (2000), o consumo residencial representa cerca de 28,19% do total da energia elétrica disponível para o município. Em segundo lugar,

aparece o setor comercial com 22,80% e, posteriormente, o consumo em estabelecimentos industriais com 20,90%.

Tabela 12 – Consumo de energia elétrica por classe - São Gabriel do Oeste – 1995 e 2000.

Especificação	Consumo em Mwh/1995	Participação %	Consumo em Mwh/2000	Participação %
Total	19.756	100,00	29.283	100,00
Residencial	6.111	30,94	8.256	28,20
Industrial	1.484	7,51	6.120	20,90
Comercial	3.955	20,02	6.677	22,80
Rural	6.089	30,82	6.030	20,59
Poder Público	578	2,93	814	2,78
Iluminação Pública	1.203	6,09	887	3,03
Serviço Público	251	1,27	422	1,44
Próprio	84	0,42	76	0,26

Fonte: Enersul, 2001.

Informações obtidas no município indicam que cerca de 95% da área urbana é atendida pela rede elétrica. No setor rural, este índice está abaixo de 50%, em função da distância da sede municipal.

2.2.4.3 Comunicação

Em 2000 existia no município um total de 3.544 terminais telefônicos instalados e 2.281 terminais em serviços. Além disso, existem telefones públicos e postos de serviços distribuídos no município e nos distritos. Recentemente, foram disponibilizadas 300 linhas de telefones celulares.

Tabela 13 – Telefonia – Serviços anuais – TELEMS/2000 - São Gabriel do Oeste.

Especificação	Serviços anuais
Terminais Instalados	3.544
Terminais em Serviço	2.281

Fonte: Telem, 2001.

Em 2000 o município contava com um jornal local, recebendo também diariamente os principais diários que circulam no Estado, principalmente os de Campo Grande, e outros jornais regionais.

Na radiodifusão atua uma emissora AM (1999), denominada Radio Difusora Nortestado Ltda. Com relação às emissoras de TV, o município recebe imagens das emissoras SBT, Manchete, Globo, Bandeirantes, Record, etc.

2.2.4.4 Saneamento básico

De acordo com informações da empresa que realiza esse serviço no município, estão registradas para 2001, 4.482 ligações de água, com uma rede de 91.760 metros. O serviço de abastecimento de água e esgoto é realizado de forma autônoma por uma autarquia municipal, com autonomia orçamentária, financeira e patrimonial. Atualmente, 91% da população do município é abastecida por este serviço.

Com relação ao esgotamento sanitário, foram implantadas 343 economias⁽²⁾, com uma rede de 11.567 metros.

A Prefeitura Municipal responsável pela coleta de lixo coletiva realizada no município, com deposição em aterro sanitário, a céu aberto, informa orgulhosamente que atende em média 90% da cidade. A coleta é realizada diariamente, de segunda a sábado. Entretanto, em algumas regiões, a coleta é realizada em dias alternados. No caso do lixo hospitalar, este é depositado no mesmo aterro e queimado.

Está implantada no município uma unidade de separação de lixo, com coleta seletiva, que proporciona uma melhor qualidade de vida à população que antes sobrevivia da atividade de catar lixo, hoje, trabalha na pequena empresa que seleciona o lixo. O projeto fez parte de convênio entre a Fundação Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal.

Com relação ao lixo tóxico proveniente de embalagens de produtos utilizados na agricultura, que já mereceu destaque na imprensa estadual, a solução encontrada foi a construção de galpões, onde o material recolhido nas propriedades rurais são preparados para serem transportados para uma central localizada no município de Dourados - MS, onde é recolhido para o reaproveitamento do material.

(2) Terminologia usada por empresas de saneamento básico para identificar o número de residências atendidas.

2.2.4.5 Saúde

Segundo dados colhidos na Secretaria de Saúde do Estado, atualmente, o município conta com 3 hospitais, quais sejam, o Hospital São Francisco, o Hospital Maternidade São Gabriel e o Hospital Municipal. O número de leitos é de 68, sendo que disponíveis para o Sistema Único de Saúde (SUS) estão 41 leitos.

Além dos hospitais, existem 8 unidades ambulatoriais: um Centro de Saúde, 2 postos de saúde e 5 consultórios odontológicos em escolas.

O número de profissionais na área médica são: 5 clínicos gerais, 2 ginecologista, 1 médico pediatra e 14 dentistas na área odontológica.

Existem 2 laboratórios de análises clínicas particulares e 1 laboratório municipal.

Abaixo listam-se as ações e programas de saúde desenvolvidos pelo município:

- Tuberculose
- Hanseníase
- DST/AIDS
- Imunização
- Planejamento Familiar
- Diabetes
- Hipertensão
- Programa de Assistência Integral a Saúde da Criança e do Adolescente
- Saúde da Mulher
- Sistema de Vigilância Alimentar
- Programa de Controle do Aedes Aegypt (Dengue)
- Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Está constituído um Conselho Municipal de Saúde, que atua na formulação da política de saúde do município e na fiscalização dos serviços prestados à comunidade.

Deverá ser implantado um Programa de Qualidade Total no município, iniciando-se pela Secretaria de Saúde, visando corrigir distorções e melhorar o atendimento no serviço público.

2.2.4.6 Educação

O indicador de alfabetização do município é de 83,10% do total da população residente, acima de 5 anos de idade. Na área urbana, este indicador sobe para 85,55% e na área rural é de 76,02%, mais próximo da taxa de alfabetização do total da população estadual, que é de 79,19%.

Tabela 14 – Taxa de alfabetização da população residente de 5 anos ou mais de idade - São Gabriel do Oeste, 1991 e 2000.

Especificação	1991	2000
Alfabetizada	83,10	88,22
Não alfabetizada	16,90	11,78
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991/2000

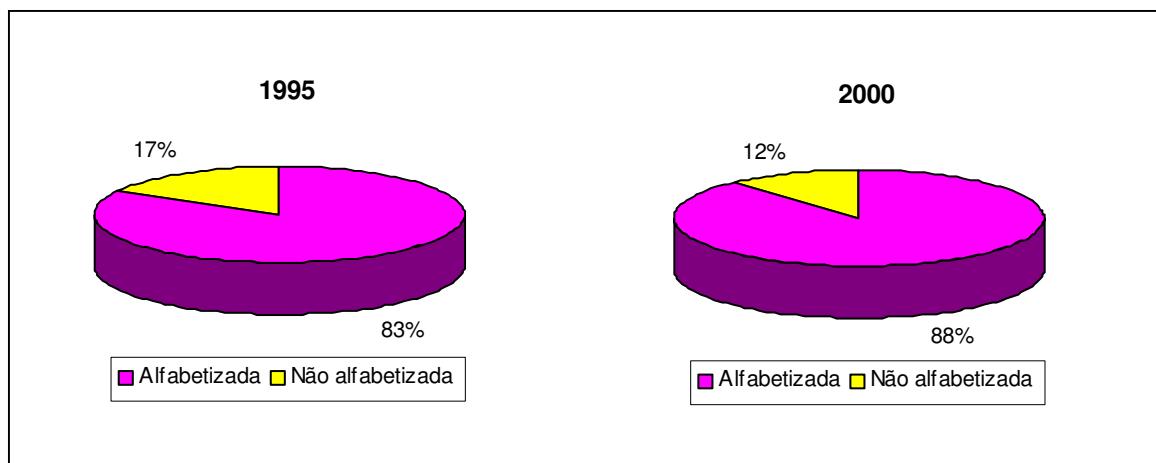


GRÁFICO 5 – Taxa de alfabetização da população residente de 5 anos ou mais de idade – São Gabriel do Oeste – 1995 e 2000.

Considerando a população residente de 5 anos ou mais de idade, constata-se que para o ano de 2001, 88,00% é alfabetizada e destes, em sua maioria, 81,70% compõem a área urbana e os 18,30% restantes a área rural.

Em 2000 foram matriculados um total de 5240 alunos, 5035 somente na zona urbana e 205 na zona rural. Todas as escolas localizadas na zona rural são administradas pela prefeitura. Na zona urbana existem 7 escolas particulares, 2 estaduais e 10 municipais. Estas

escolas possuem um total de 147 salas de aulas, 133 estão disponível na zona urbana e 14 salas na zona rural.

Tabela 15 – Matrícula inicial, por grau e zona - São Gabriel do Oeste, 1996 e 2000.

Especificação	1996			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Pré-Escola	345	05	350	728	-	728
Ensino Fundamental	3211	188	3399	3,610	178	3.788
Ensino Médio	545	17	562	697	27	724
Total	4.101	210	4311	5.035	205	5.240

Fonte: Secretaria Estadual de Educação, 2001.

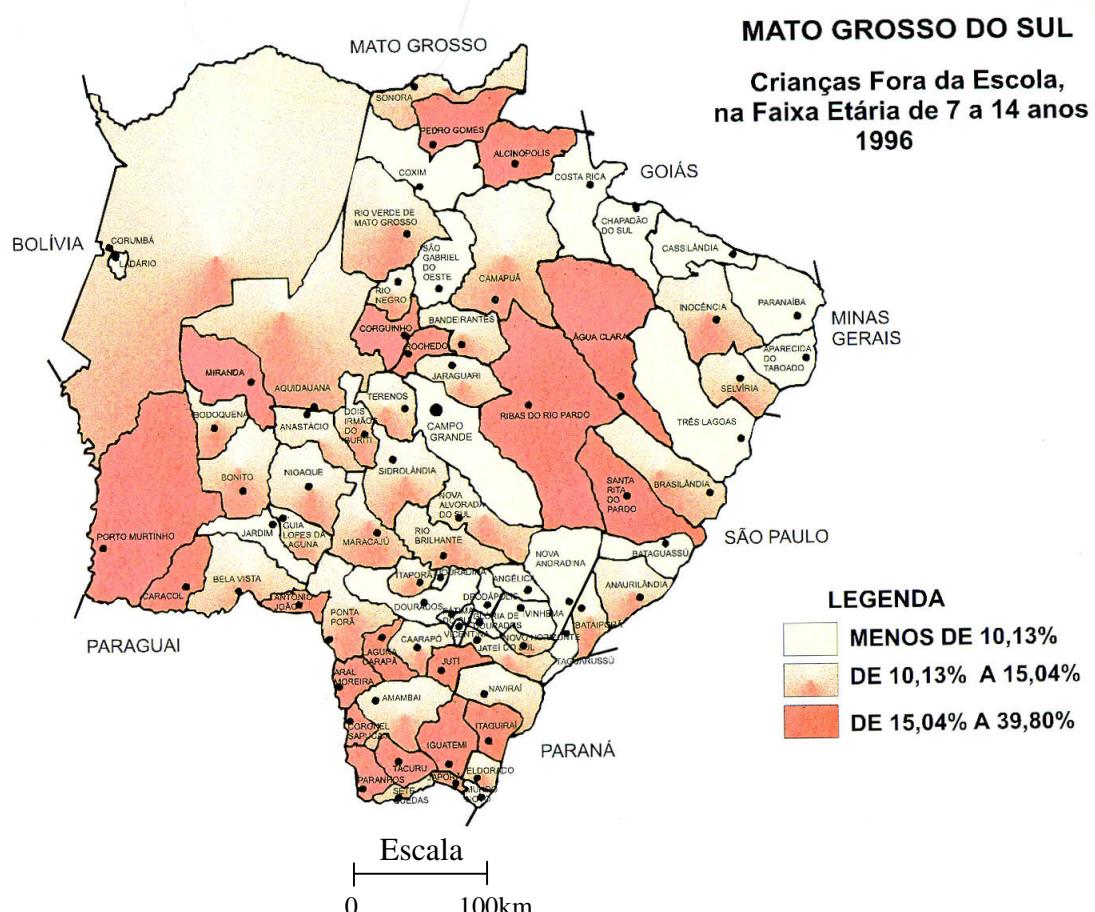


FIGURA 6 – Crianças fora da escola, na faixa etária de 7 a 14 anos – 1996.

Fonte: Instituto de Estudos e Planejamento.

O mapeamento do número de crianças fora da escola, permite uma visão clara da situação no Estado, pela característica ilustrativa, porém o Instituto de Estudos e Planejamento, que realiza essa tarefa, não possui essas figuras atualizadas, há projeto para isso em 2003.

Tabela 16 – Número de salas de aula utilizadas, segundo dependência administrativa - São Gabriel do Oeste, 1996 e 2000.

Especificação	1996			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Federal	-	-	-	-	-	-
Estadual	22	-	22	25	-	25
Municipal	31	17	48	63	14	77
Particular	33	-	33	45	-	45
Total	86	17	103	133	14	147

Fonte: Secretaria Estadual de Educação, 2001.

São Gabriel do Oeste apresenta significativo acréscimo no número de salas de aula disponível à utilização, registrando em quatro anos (1996 a 2000), 44 salas a mais. Destas o poder municipal foi o que mais contribuiu, disponibilizando 29 salas a mais, enquanto a rede particular participou com 12 e a estadual com apenas 3 salas de aula.

O investimento do município no acréscimo da disponibilização de salas de aula, apresenta-se inverso à quantidade de escolas, em face da reestruturação ocorrida, permitindo que se amplie a oferta em regiões de maior procura e reduza nas de menor. Com essa atitude, as escolas foram redimensionadas resultando que nove foram extintas e as demais reavaliadas, algumas até ampliadas para proporcionar melhor e maior atendimento.

Não há no município escolas da administração federal. Há apenas duas escolas estaduais que, no período de 1996 a 2000 ofertaram mais três salas de aula à população. A rede particular de ensino cresceu de três escolas em 1996 para sete em 2000, entretanto esse significativo aumento não é proporcional ao crescimento no número de salas de aula que foram de apenas doze, evidenciando, assim, o surgimento de pequenas escolas com baixa disponibilidade de salas de aula por estabelecimento.

Tabela 17 – Número de escolas, segundo dependência administrativa - São Gabriel do Oeste, 1996 e 2000.

Especificação	1996			2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Federal	-	-	-	-	-	-
Estadual	2	-	2	2	-	2
Municipal	5	14	19	7	3	10
Particular	3	-	3	7	-	7
Total	10	14	24	16	3	19

Fonte: Secretaria Estadual de Educação, 2001.

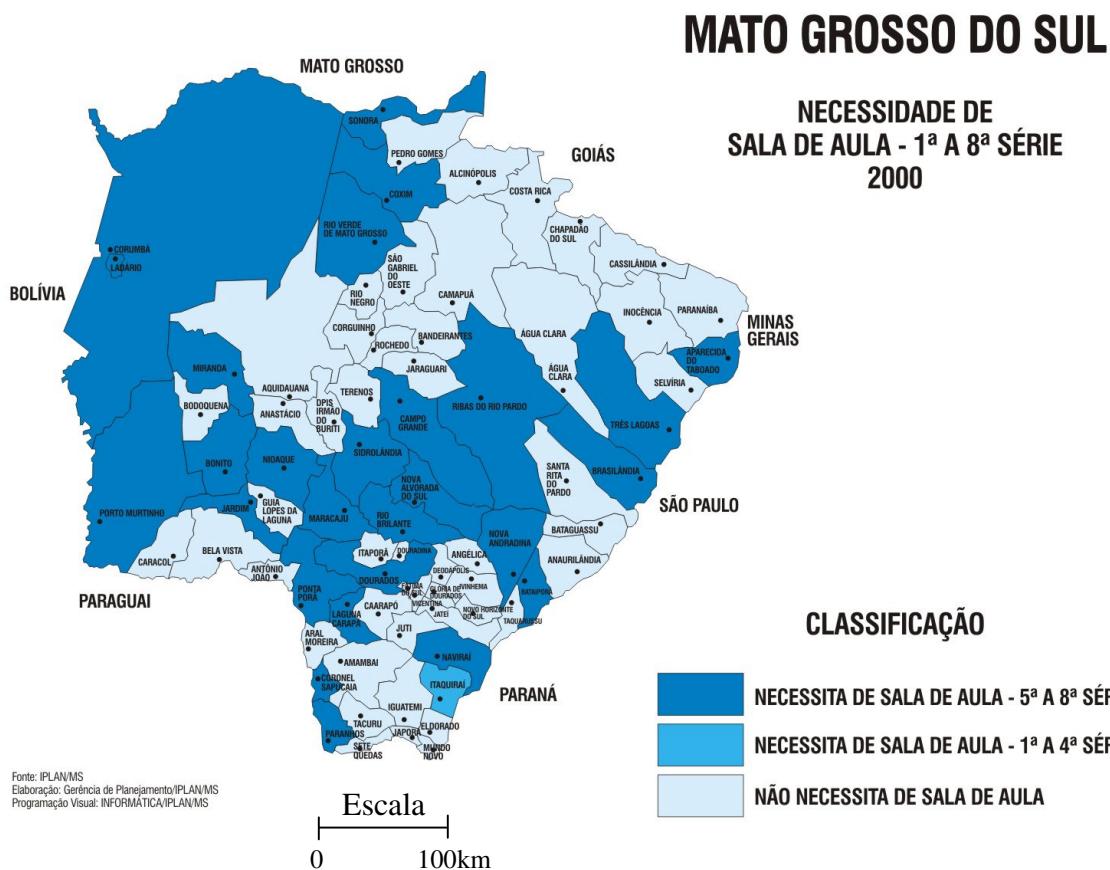


FIGURA 7 – Necessidade de sala de aula – 1^a a 8^a série – 2000.

Fonte: Instituto de Estudos e Planejamento.

Para o atendimento desta demanda, a comunidade conta com 343 professores, 26 atuando na zona rural e 317 na zona urbana, sendo a maioria lotada na rede municipal, responsável pelo ensino fundamental. O município demonstra que não necessita de salas de aulas, pois possui uma média de alunos por turma, abaixo do ideal tolerado, ficando o número médio de alunos para a 1^a a 4^a série com 18, 5^a a 8^a com 26,0 e o Ensino Médio com uma

média de 25 alunos por turma enquanto que a Secretaria Estadual de Educação tem como limite o número de 30 alunos por professor.

Tabela 18 – Número de professores, segundo dependência administrativa - São Gabriel do Oeste – 2000.

Especificação	Urbana	Rural	Total
Federal	-	-	-
Estadual	90	-	90
Municipal	106	26	132
Particular	121	-	121
TOTAL	317	26	343

Fonte: Prefeitura Municipal, 2001.

Diversas ações e projetos são desenvolvidos no município, com o objetivo de suprir as demandas locais, além da escola técnica de 2º grau profissionalizante, com 60 vagas anuais para formação de Técnicos Agrícolas:

- Telecurso 2000 - 1º e 2º Graus
- Livro Didático
- Merenda Escolar
- Alfabetização de Jovens e Adultos
- Pré-Escola
- Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries
- Programa TV Escola
- Videoteca
- Biblioteca do Professor

2.2.4.7 Cultura, lazer e organização social

Com a finalidade de preservar o patrimônio histórico, cultural e artístico de São Gabriel foi criada a Fundação de Cultura de São Gabriel do Oeste, em 1991. Esta entidade promove a integração entre o setor público municipal e a comunidade, entidades, clubes culturais e esportivos.

Um dos principais eventos que ocorrem no município, refere-se à época de comemoração do aniversário da cidade, quando são programadas diversas atividades

tradicionais. Nesse evento, procuram-se evidenciar os pontos fortes da economia local bem como da cultura da população. Assim, durante a primeira quinzena do mês de maio tem-se as seguintes atividades:

- Festa do Leitão no Rólete
- Noite Cultural Italiana
- Noite Cultural Alemã e Gaúcha
- Noite Cultural Sul-mato-grossense

A população da cidade tem diversas opções de lazer, diversão e entretenimento oferecidas pelos clubes e associações locais. Tem-se ginásio esportivo, clube de bocha, clube do laço, dentre outros.

No aspecto social, atuam no município diversas entidades assistenciais, grupos organizados, associações profissionais, sindicatos, conforme relação abaixo:

- Lions Clube
- Rotary Clube
- Leo Clube
- Interacty
- Casa Kolping
- Grupos Jovens da Igreja Católica
- Sindicato Rural de São Gabriel Do Oeste
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Sociedade Amiga do Bem Estar Social
- GEAR - Casa da Sopa
- Associação dos Moradores do Jardim Gramado
- Associação Comercial e Industrial de São Gabriel do Oeste
- Associação dos Engenheiros Agrônomos
- Associação dos Técnicos Agrícolas
- Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste
- Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de São Gabriel do Oeste
- Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais - APAE

CAPÍTULO 3

CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO E RENDA EM SÃO GABRIEL DO OESTE

A população economicamente ativa – PEA do município de São Gabriel do Oeste, a qual compreende todas as pessoas de 10 anos⁽³⁾ e mais que estejam exercendo ou procurando exercer alguma atividade remunerada, representou em 1991 75% da população total, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulga tais dados em nível de município somente nos anos censitários⁽⁴⁾, o município ainda não era emancipado politicamente no censo anterior e do último censo ainda não foram divulgados os resultados finais.

Os anos oitenta e noventa foram marcados pela chamada urbanização rural brasileira. A modernização do campo e da gestão levou a uma liberação da mão-de-obra familiar para ser alocada em outras atividades rurais ou ainda em atividades econômicas urbanas.

(3) Segundo o IBGE a Condição de Atividade considera: a população de 10 anos ou mais de idade foi classificada, quanto à condição de atividade, em população economicamente ativa e população não-economicamente ativa. Compõem a população economicamente ativa as pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data do Censo (01.09.1990 a 31.08.1991) ou parte deles, exercem trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, etc., e as sem remuneração que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando a pessoa com quem residiam ou a instituição de caridade, benfeitor ou cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não trabalharam nos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, mas que nos últimos dois meses em relação a esta data tomaram alguma providência para encontrar trabalho.

Foram incluídas na população não-economicamente ativa as pessoas que, durante todos os 12 meses anteriores à data de referência do Censo, somente tinham uma ou mais das seguintes situações: exerciam afazeres domésticos no próprio lar; estudavam; viviam de rendimentos de aposentadoria, pensão ou de aplicação de capital; estavam detidas cumprindo sentença; eram doentes ou inválidas sem serem licenciadas do trabalho; e sem ocupação, ou seja, não desejavam trabalhar ou, desejando, deixaram de procurar trabalho porque não encontravam ou não se enquadravam em qualquer das categorias anteriores.

(4) Ano censitário: Ano em que se realiza o Censo demográfico.

A mão-de-obra absorvida no campo caracteriza-se rotuladamente, pela baixa qualificação, por isso, a modernização deste meio, com o advento da tecnologia e com vista na produtividade, requer uma profissionalização urgente do trabalhador rural, e esse é um dos fatores que proporcionou a migração da área rural para a urbana, e, daí, a utilização do termo conhecido por urbanização rural, pois não havendo espaço para o “homem” no campo, restou-lhe a migração para a zona urbana, não que essa pudesse acolhê-lo assim tão despreparado profissionalmente, mas permite que sobreviva, marginalizado ou não, excluído ou não dos padrões impostos pela sociedade.

Empregar-se, hoje, requer a observação de uma infinidade de variáveis que circundam o mundo do trabalho e as ocupações por ele ofertadas. Em São Gabriel do Oeste a situação não é diferente, entretanto, possui o agravante de ser uma comunidade pequena onde a oferta não se dá de forma abundante e diversificada e, por isso, mesmo a adoção de estratégias que permitam a melhoria nos níveis de acesso do trabalhador ao conhecimento e à tecnologia, aliada a políticas públicas que viabilizem a implementação da oferta de emprego são fundamentais, como reforça Dawbor apud Bava (1996, p. 18, 20 e 21):

[...] a tendência atual em termos de emprego aponta para o fato de que o setor de ponta, ou mais moderno, da economia, não poderá absorver nem o aumento vegetativo da força de trabalho, nem o desemprego acumulado, exigindo portanto medidas de outro nível. Por outro lado, emprego situa-se hoje em diversos subsistemas que necessitam de dinâmicas diversificadas de intervenção. [...]

Se pensarmos um pouco, constatamos que é absurdo que nos vejamos ameaçados pela tecnologia, que nos permite assegurar as nossas necessidades com menos trabalho. Não é a tecnologia que é uma ameaça, e sim o atraso das instituições, das formas de organização social capazes de transformar os avanços técnicos em qualidade de vida, em maior lazer, em vida social e culturalmente mais rica. [...]

[...] Os processos relativos ao desemprego ou à mudança da estrutura do emprego pertencem portanto fundamentalmente a um espaço econômico e político mais amplo do que o município.

Por outro lado, [...] sobre políticas locais de emprego. Muito pode ser feito quando um governo municipal decide arregaçar as mangas e, junto com os diversos atores sociais locais, melhorar a situação dos seus habitantes.

A análise neste capítulo é bastante dificultada em face de escassez de dados de levantamento do perfil da mão-de-obra ao nível de município. Para São Gabriel do Oeste, não é possível se comparar períodos, uma vez que participou apenas de dois recenseamentos, o de 1991 e o de 2000, sendo que este último ainda não foi publicado, portanto, não se tem acesso

aos dados gerais. O pouco que se obteve referente ao censo de mão-de-obra foi direto na fonte onde se tabulam as informações.

Verifica-se que o município possui uma população ocupada, caracterizada por possuir um equilíbrio entre homens e mulheres que se incorporam, ano a ano, no contingente economicamente ativo em busca de emprego, bem como inferem também as consequências da realidade econômica do País, onde a reprodução da força de trabalho é influenciada pela pressão econômica, fazendo com que um maior número de pessoas ingressem no mercado de trabalho, como forma de garantir, a subsistência dentro do padrão normal de vida da classe trabalhadora.

Do total de 5.283 pessoas ocupadas no município, 73,4% são homens e os 26,6% restantes são mulheres.

Esses dados possibilitam perceber as alterações que vêm ocorrendo no quadro econômico-social da comunidade, que se reflete na estrutura do emprego, em que se evidencia o deslocamento da população economicamente ativa (PEA) das atividades rurais para as atividades urbanas, não se reduzindo, entretanto, a importância das atividades do setor primário.

Tabela 19 – Pessoas de 10 anos e mais de idade, por classe de rendimento nominal médio mensal por sexo - São Gabriel do Oeste – 1991.

Salário Mínimo (S.M.)	Total	Homens	Mulheres
até 2	3.613	2.437	1.176
2 a 3	628	488	140
3 a 5	536	435	101
5 a 10	348	285	63
10 a 15	147	139	08
15 a 20	35	33	02
Mais de 20	120	109	11
Subtotal	5.427	3.926	1.501
Sem rendimento	3.580	825	2.755
Sem declarar	15	13	02
Total	9.022	4.764	4.258

Fonte: IBGE, 1992.

Quanto ao rendimento médio das pessoas de 10 anos ou mais de idade que possuem rendimento, constata-se que 66,57% recebem até dois salários mínimos registrados em 1991, enquanto apenas 5,56% encontram-se na faixa acima de 10 salários mínimos; e ainda que 40% não recebem rendimentos.

Os homens mostram-se detentores dos maiores salários, das 302 pessoas que recebem acima de 10 salários mínimos, apenas 21 são mulheres as 281 restantes são homens. Quanto à categoria que não recebe rendimento, das 3.580 pessoas, as mulheres lideram com uma fatia de 76,96%, enquanto que os homens participam com apenas os 23,04% restantes.

3.1 OCUPAÇÃO PRINCIPAL

Considerando a atividade econômica desempenhada pelas pessoas ocupadas na faixa etária de 10 anos e mais de idade, segundo o Censo Demográfico de mão-de-obra – 1991, São Gabriel do Oeste registrou que 36,72% das pessoas de 10 anos a mais estão ocupadas⁽⁵⁾ na atividade agropecuária, seguida de atividade de prestação de serviços com 18,78%. Embora sem os dados para o ano de 2000, há grande probabilidade de confirmação desse panorama, aumentando somente o percentual de participação da população.

Sob vários ângulos de análise, o município mostra que uma de suas características básicas se firma no setor agropecuário, acentuando a força do setor primário.

(5) O IBGE Considerou Condição de Ocupação para Levantamento:

As pessoas que trabalharam durante todos os 12 meses anteriores à data de referência do Censo, ou parte deles, com indagações a respeito da ocupação habitual.

Na **Condição de Ocupação**, como **ocupada** a população economicamente ativa, excluindo-se a parcela que não trabalhou nos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, mas que nos últimos dois meses tomou alguma providência para encontrar trabalho. Esta parcela foi considerada como **desocupada**.

Como **ocupação habitual** entende-se o emprego, cargo, função, profissão, etc., exercida durante a maior parte dos 12 meses anteriores à data de referência do Censo ou, excepcionalmente, a ocupação exercida na data de referência do Censo, quando adotada com ânimo definitivo, incluindo-se neste caso a mudança de designação devido à promoção ou mudança de carreira.

Quando exercidas simultaneamente ocupações diferentes, o registro foi da **ocupação principal** considerada como tal aquela em que a pessoa se ocupava em maior número de horas semanalmente ou, em caso de igualdade, a que proporcionava maior rendimento.

Para as pessoas que exerciam uma ocupação habitual, foram indagados: setor ou ramo de atividade; relação de trabalho ou posição na ocupação; posse de carteira de trabalho (para os empregados); quantidade de pessoas que trabalham no estabelecimento, negócio, instituição, etc.; local de trabalho; contribuição para a Previdência Pública; horas habitualmente trabalhadas por semana ocupação; horas habitualmente trabalhadas por semana em outra(s) ocupação(ões); rendimento bruto do mês de agosto de 1991 da ocupação; e rendimento bruto do mês de agosto de 1991 de outra(s) ocupação(ões).

Tabela 20 – Pessoas de 10 anos e mais de idade, quanto a posição na ocupação principal - São Gabriel do Oeste – 1991.

Posição da ocupação	Pessoas ocupadas	%
Setor privado	3.217	60,00
Setor público	615	12,00
Conta própria	984	19,00
Empregador	439	8,00
Não remunerado	29	1,00
Total	5.284	100,00

Fonte: IBGE, 1992.

O setor privado e trabalhadores por conta próprias, são as principais ocupações no município, juntos são responsáveis por 79,00% das pessoas ocupadas no município, seguida do setor público com 12,00%.

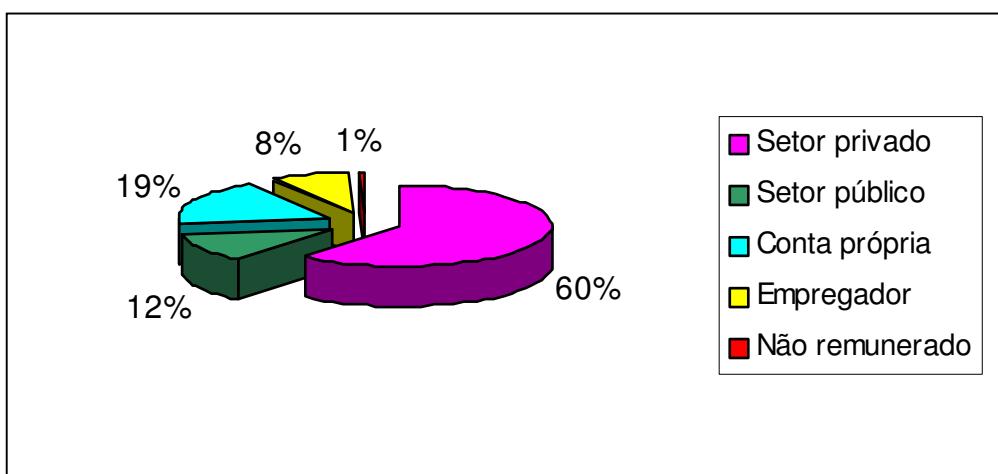


GRÁFICO 6 – Pessoas de 10 anos e mais de idade, quanto a posição na ocupação principal - São Gabriel do Oeste – 1991.

Das 5.283 pessoas ocupadas na faixa etária de 10 anos acima, inclusive em São Gabriel do Oeste, 1940 estão lotadas na atividade agropecuária com percentual de 36,72%, seguida da prestação de serviço que participa com 18,78% e do comércio de mercadorias com 12,32%, estes três juntos absolvem 67,82% da população ocupada. As demais atividades econômicas correspondem por 32,18% divididos entre si.

Tabela 21 – Pessoas ocupadas de 10 anos e mais de idade - São Gabriel do Oeste – 1991.

Atividade Econômica	Número Absoluto	%
Atividade Agropecuária	1.940	36,72
Indústria de Transformação	226	4,28
Indústria da Construção	407	7,70
Outras Atividade Industriais	56	1,06
Comércio de Mercadorias	651	12,32
Transportes e Comunicações	121	2,99
Serviços Auxiliares	182	3,44
Prestação de Serviços	992	18,78
Atividades Sociais	378	7,16
Administração Pública	282	5,34
Outras Atividades	48	0,91
Procurando Trabalho	-	-
Condições Inativas	-	-
Total	5.283	100

Fonte: IBGE, 1992.

3.2 ESTRUTURA ETÁRIA DAS PESSOAS OCUPADAS

Não foi possível conhecer a pirâmide etária da população municipal, tampouco da população ocupada, por meio de informações de órgãos oficiais. Entretanto, nas entrevistas realizadas, bem como nas oficinas para elaboração do plano de desenvolvimento, foi possível ouvir da comunidade que São Gabriel do Oeste, possui uma população economicamente ativa jovem.

3.3 POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO

As pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade, atuam em seus ramos de atividades, conforme vocação ou grau de instrução pertinente, ou ainda, conforme escolha feita forçadamente, como é o caso de inúmeras pessoas que trabalham em uma determinada atividade, por esta não exigir mão-de-obra especializada, facilitando, assim a inserção do indivíduo no mercado, considerando que a escolha forçada não é aquela escolhida, desejada, e sim a condição a qual o trabalhador se submete por não visualizar outra alternativa seja por acomodação e/ou despreparo profissional.

A análise da situação ocupacional⁽⁶⁾ do município, leva a um aparente paradoxo: o de identificar nas cifras estatísticas globais a existência de um amplo excedente de mão-de-obra junto com queixas abertas de líderes empresariais e associações patronais pela “falta” de mão-de-obra, pois o modelo profissional que a economia urbana requer, entretanto, não é o mesmo que é expulso da zona rural. Nesse contexto, é urgente a necessidade de acesso desse trabalhador em potencial em programas de qualificação profissional em diversos seguimentos e muitas vezes o acesso também à escola regular para alfabetização.

Registra-se, portanto, um problema realmente sério na questão. De um lado, posiciona-se o sistema econômico “moderno” na comunidade – apesar de oferecer certo dinamismo na geração de emprego – não é capaz de absorver de forma cumulativa todo o fluxo de trabalhadores lançados na cidade. De outro lado, fixam-se baixíssimos níveis salariais pagos à mão-de-obra não-qualificada, fazendo com que não se cumpra uma condição que ajudaria a “transformação” dos hábitos da mão-de-obra: a percepção da idéia de satisfação de necessidade de consumo e de progresso econômico individual por meio do trabalho regular e assalariado.

Cabe destacar que o desemprego disfarçado ou o subemprego, ainda mais que o desemprego aberto⁽⁷⁾, tem sido cada vez mais apontado como sintoma do desenvolvimento inadequado na maioria dos países do terceiro mundo e sua cronicidade tem resistido mesmo aos períodos de expansão econômica.

(6) Posição na Ocupação:

Classificam-se as pessoas de 10 anos ou mais de idade quanto à posição na ocupação habitual exercida em :

Empregado – a que tem trabalho, prestando serviço a um empregador, remunerada em dinheiro e/ou mercadoria. Incluem-se neste item os trabalhadores agrícolas volantes, os parceiros ou meeiros empregados, os trabalhadores domésticos empregados, os empregados do setor privado e os empregados do setor público;

Conta-Própria – a que exerce uma atividade individualmente ou com ajuda de pessoa não-remunerada moradora no domicílio. Incluem-se neste item os parceiros ou meeiros conta-própria e os trabalhadores domésticos conta-própria;

Empregador – a que explora uma atividade econômica com auxílio de um ou mais empregados. Incluem-se neste item os parceiros ou meeiros empregadores. Não se considerou **empregador** a pessoa que só tinha empregado doméstico; e

Não-Remunerado – a que exerce uma atividade econômica sem remuneração, trabalhando pelo menos 15 horas por semana, em ajuda ao membro do domicílio ou, ainda, em ajuda à instituição religiosa, de caridade ou benficiante.

Os sacerdotes, ministros de igreja, pastores, rabinos, frades e freiras foram classificados como “empregados” quando remunerados em dinheiro. Os que recebiam somente em benefícios foram classificados **como não-remunerados**.

(7) Desemprego aberto – Pessoas que tenham tomado nos últimos meses da data do inquérito, alguma providência concreta para conseguir ocupação, sem resultado.

Desemprego e subemprego em São Gabriel do Oeste no ano de 1991 permite constatar a dimensão do problema, quanto à urbanização acelerada; torna visível o que antes estava oculto no mundo rural, portanto, enfrentar o problema do emprego, com medidas parciais independentes da estratégia global do desenvolvimento, dificilmente resolve. Daí a necessidade de diagnosticar as características do emprego no município.

3.4 O SUBEMPREGO

O grau de instrução dos trabalhadores possui estreitas relações com os fatores originários da subocupação, pois quando não se possui nenhum tipo de formação, e/ou instrução, bem como, quando a procura é superior a oferta e falta alternativas no mercado o indivíduo se sujeita a trabalhar mais e ganhar menos. Entretanto, ao se tratar de mão-de-obra especializada, também encontram-se tais problemas no emprego, haja vista que a criação acelerada de novas técnicas de produção e de novos produtos, a rápida mudança de prioridades naqueles ramos cuja demanda é função da estratégia governamental, deixaria uma parte da mão-de-obra despreparada e eliminada pela readaptação da mão-de-obra à nova tecnologia. Porém, não é este último o problema do município, pois a mão-de-obra vigente é caracterizada pela desqualificação.

Na relação de emprego⁽⁸⁾, há ocorrência de pessoas subocupadas, pois se ocupam por períodos⁽⁹⁾ inferiores aos estabelecidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), caracterizando assim o subemprego. Entretanto, nem a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios nem o IBGE, traz esse dado por município, ambos possuem somente o total do Estado.

(8) Relação de Emprego

Considerou-se como **Empregado do Setor Privado** a pessoa que prestasse serviços a uma empresa, firma, negócio, instituição, etc., de caráter privado em sociedade limitada, anônima, de cotas, capital aberto, etc., e **Empregado do Setor Público** a pessoa que prestasse serviços a órgão ou empresa da Administração Direta, Autarquia, Fundação e Empresa Pública ou de Economia Mista em que o Governo é o único ou o principal acionista.

Como **Trabalhador Agrícola Volante** considerou-se a pessoa sem trabalho fixo, que prestasse serviço em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dia ou hora, que oferecesse seus serviços diretamente ao responsável pelo estabelecimento, dele recebendo o pagamento, ou quando contratada ou arregimentada por intermediário, de quem recebia o pagamento.

(9) Artigo 58 da Consolidação das Leis Trabalhistas – A duração normal de trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá a 8 horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

3.5 MERCADO DE TRABALHO ORGANIZADO

Tabela 22 – Número de estabelecimentos e vínculos por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste – 1997, 1999 e 2001.

Ramo de atividade	1997		1999		2001	
	Estab.	Vínculos	Estab.	Vínculos	Estab.	Vínculos
Extrativismo mineral	0	0	0	0	0	0
Indústria de produtos minerais não metálicos	2	7	1	1	2	6
Indústria metalúrgica	3	7	3	14	3	8
Indústria mecânica	0	0	0	0	0	0
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0	0	0	0	0
Indústria do material de transporte	2	9	0	0	1	6
Indústria da madeira e do mobiliário	4	12	3	12	4	12
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1	5	2	5	1	3
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1	7	1	1	2	6
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1	2		2	1	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	8	264	8	600	8	480
Serviços industriais de utilidade pública	1	15	3	28	3	22
Construção civil	5	12	4	60	5	32
Comércio varejista	79	251	133	481	111	349
Comércio atacadista	8	38	14	49	11	38
Instituições de crédito, seguros e capitalização	5	33	4	35	4	31
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	19	35	21	54	16	35
Transportes e comunicações	11	27	21	68	15	50
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, ...	24	58	36	129	25	109
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	7	18	12	34	10	433
Ensino	3	24	5	56	6	56
Administração pública direta e autárquica	3	351	2	408	2	11
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	263	689	306	867	271	726
Outros / ignorado	0	0	0	0	0	0
Total	450	1.864	581	2.910	501	2.413

Fonte: IBGE, 2002.

Tomando-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS –, o município, no ano de 2001, contou com 581 estabelecimentos distribuídos nas atividades econômicas ativas no município, resultando em 2.910 registros de emprego.

A agricultura mais uma vez sobressai, ocupando 29,79% da mão-de-obra, fazendo constar 306 estabelecimentos constituídos e 867 empregos. Embora o número de estabelecimentos tenha representado 52,67% do total existente no período, emprega apenas 29,79% do total registrado, donde se conclui que a atividade primária, apesar de dominante no município, não gera necessidade de mão-de-obra.

Depois do setor primário, a segunda maior participação é do comércio varejista, porém muito tímida, registrou em 2001 133 estabelecimentos para 481 vínculos.

Uma informação que chama atenção é a atividade voltada para a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico que ao registrar apenas 8 estabelecimentos em 2001, empregou 600 pessoas, bem mais que o comércio e proporcionalmente mais que a própria atividade primária.

A administração pública direta e autarquia são uma atividade que registra indicadores significativos à economia municipal, registrado em 2001, último ano em análise 2 estabelecimentos, para 408 trabalhadores vinculados.

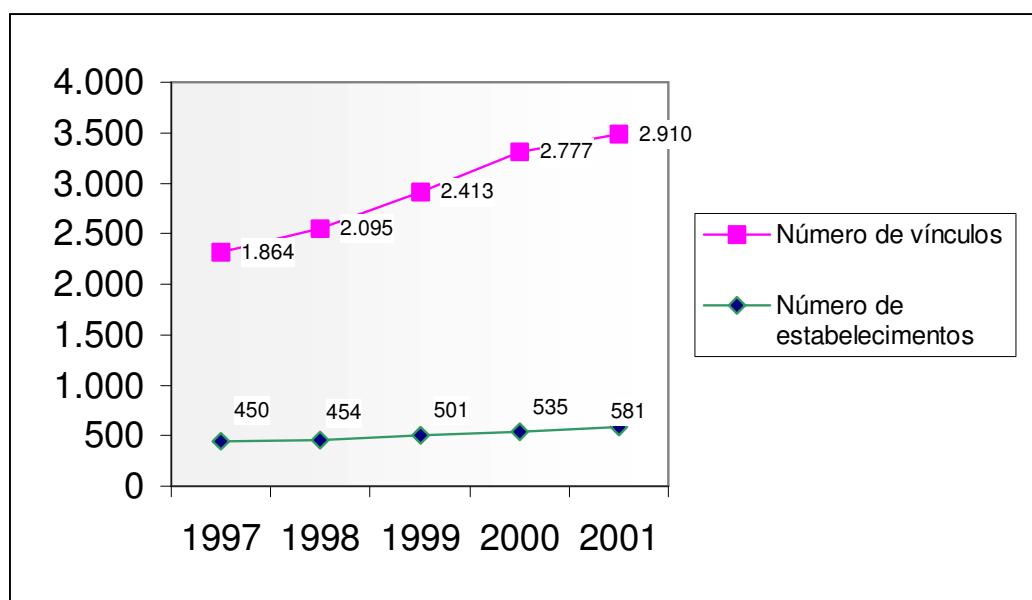


GRÁFICO 7 – Número de estabelecimentos de vínculos por ramo de atividade em São Gabriel do Oeste - 1997 a 2001.

3.6 DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

O fato de um indivíduo ser um “empregado” não significa, necessariamente, que ele esteja em melhor situação. Apesar de a legislação brasileira regulamentar a contratação dos trabalhadores, assegurando-lhes uma série de benefícios tais como previdência social, folgas, férias etc., nem todos os estabelecimentos empregatícios seguem os preceitos legais. A existência de empregados sem carteira assinada reflete, por um lado, a falta de controle e fiscalização por parte dos órgãos competentes e, por outro, a incapacidade dos trabalhadores em exigir o respeito à lei, em consequência da inoperância dos sindicatos.

É preciso ainda dizer que o não cumprimento das Leis Trabalhistas agrava ainda mais a condição de vida e de trabalho, colocando os trabalhadores e seus dependentes à margem de qualquer garantia social, visto que grande parte desses trabalhadores, ou seja, segundo o censo de mão-de-obra do IBGE (1991 – p. 299), 1.332 trabalhadores recebem menos de um salário mínimo⁽¹⁰⁾, o que significa dizer que 14,76% da PEA municipal não possui seus direitos garantidos. Uma outra análise possível é a de que, dos 3.613 trabalhadores que recebem até dois salários mínimos de remuneração, 36,87% recebem até um salário mínimo, representando 14,76% da população total.

Tabela 23 – Número de pessoas beneficiadas pelo seguro desemprego – São Gabriel do Oeste - 1999 a 2001.

Ano	Pessoas beneficiadas
1999	75
2000	215
2001	352

Fonte: Serviço de Informação Nacional de Emprego (SINE), 2002.

O pagamento do seguro desemprego é um direito que assiste ao trabalhador, tendo como função principal, aliviar o sofrimento dos que perdem seu emprego, temporariamente, e de forma involuntária, interrompendo assim o seu fluxo de rendimentos. Esse benefício pago ao desempregado possui características humanísticas marcadas pela justiça social. Entretanto, poderão usufruir desse direito os indivíduos pertencentes ao setor formal do mercado de

(10) Capítulo II, Artigo 7º, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil - Garantia de Salário, nunca inferior ao mínimo.

trabalho. Esse é um dos motivos que reafirmam a necessidade de formalização cada vez mais abrangente do mercado de trabalho, pois, somente assim, pode-se garantir direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores.

A evolução tecnológica, a velocidade das informações entre outras variáveis, advém da forma mundializada de tratar o capitalismo. É um fato concreto que requer ação mitigadora no lugar da lamentação comumente praticada, e para tanto, o investimento na profissionalização da mão-de-obra, volta a ser novamente uma das alternativas a ser adotada, para que se invista na formação de um capital humano, fortalecido, motivado e eficaz, tendo desenvolvido habilidades que estejam dispostas e preparadas para o enfrentamento dos desafios oriundos desse momento histórico.

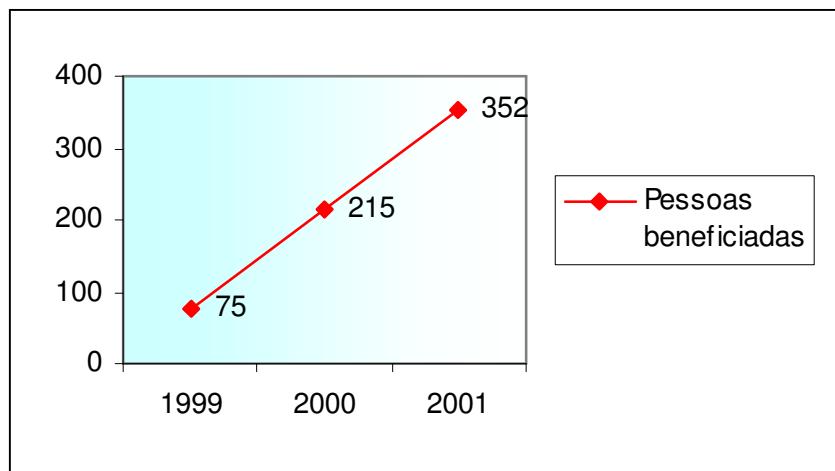


GRÁFICO 8 - Número de pessoas beneficiadas pelo seguro desemprego – São Gabriel do Oeste – 1999 a 2001.

Os dados apresentados evidenciam um crescimento significativo de perda do vínculo trabalhista nos últimos três anos. Se compararmos a evolução nos anos de 1999 para 2000, o município registrou um crescimento de 186,67% nos pagamentos de seguro desemprego, já nos exercícios de 2000 para 2001, embora em índice menor, a evolução continua significativa, registrando 63,72%.

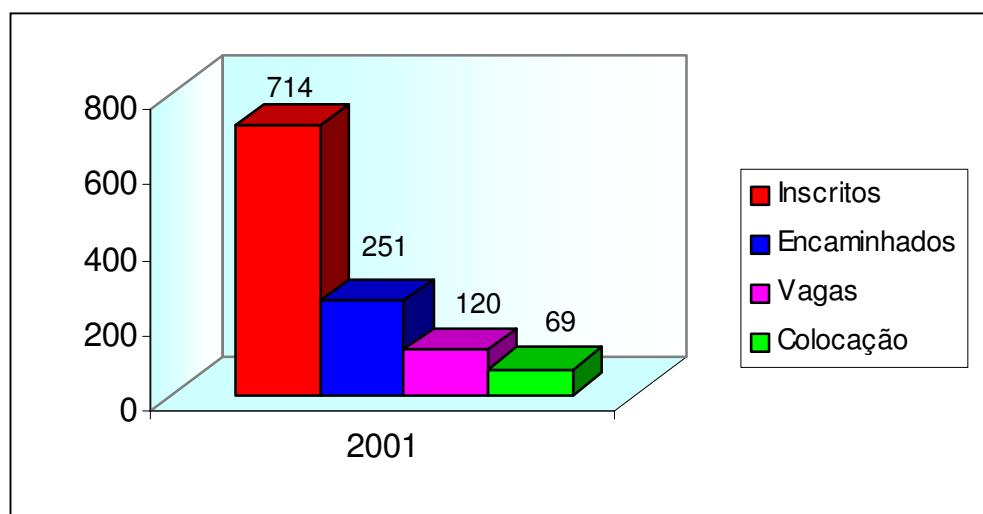
Tabela 24 – Intermediação da mão-de-obra formal – São Gabriel do Oeste -2001.

Situação	2001
Inscritos	714
Encaminhados	251
Vagas	120
Colocação	69

Fonte: Serviço de Informação Nacional de Emprego (SINE), 2002.

O Serviço de Informação Nacional de Emprego na intermediação da mão-de-obra formal encaminhou em 2001 35,15% dos inscritos e apenas 27,49% destes foram colocados, representando que foram colocados apenas 9,66% de todos que procuraram o serviço para colocação no mercado de trabalho, e 57,50% das vagas ofertadas foram ocupadas.

Embora não se registrem os motivos da não colocação dos encaminhados às vagas ofertadas, há uma constatação, do órgão que presta esse serviço, de que o despreparo profissional é o principal motivo da não absorção e que o poder público tem investido nesse sentido oferecendo cursos profissionalizantes por meio de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**GRÁFICO 9** - Intermediação da mão-de-obra formal – São Gabriel do Oeste - 2001.

3.7 ÍNDICE DE EMPREGO

Indubitável é que, nas economias subdesenvolvidas, a oferta de mão-de-obra supera, em geral, as necessidades do sistema, este fato manifesta-se num excedente populacional com padrões de vida próximos ao do nível de subsistência, ou no subemprego em suas diversas formas.

Entretanto, tal excedente não é generalizado para todos os níveis de capacitação e especialização; pelo contrário, os baixos níveis educacionais e o processo de migração do campo para a cidade determinam que a sobreoferta da força de trabalho esteja integrada, quase exclusivamente por pessoas não-qualificadas. Mais ainda: são freqüentes alguns problemas de escassez de mão-de-obra para determinados níveis de especialização.

A baixa qualificação do trabalhador se impõe como desacelerador da ocupação, pois nos trabalhos urbanos a exigência pelo conhecimento técnico e tecnológico é um fato, entretanto, a situação não é muito diferente na área rural porque além de demandar por números menores de trabalhadores, a exigência pela formação profissional é similar em vários segmentos, um exemplo clássico é a colheita de grãos em que a colheitadeira sob o comando de apenas um técnico habilitado faz o trabalho de uma propriedade inteira.

Quanto à demanda, os distintos graus de mecanização e modernização das atividades produtivas fazem com que as necessidades de mão-de-obra por setores sejam diferentes quanto ao seu grau de treinamento e especialização. Por outro lado, o grau de desenvolvimento e de integração vertical de cada setor determina o perfil e intensidade de sua demanda de mão-de-obra.

Por seu turno, a heterogeneidade, característica das estruturas de oferta e demanda de mão-de-obra das economias subdesenvolvidas gera uma organização estratificada do emprego, que se manifesta em discrepâncias salariais nos níveis inter ou intra-setoriais.

Segundo a Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul, no ano 2000 foram emitidas 10.636 novas carteiras de trabalho e em 2001, 14.093, significando um crescente número de trabalhadores que passam a compor formalmente a população

economicamente ativa do município, registrando uma evolução de 27,26% nos anos de 1999/2000 e de 32,50% de 2000/2001.

Tabela 25 – Total de Carteiras de Trabalho emitidas – São Gabriel do Oeste - 1999 a 2001.

Mês	1999	2000	2001
Janeiro	-	906	1.115
Fevereiro	-	899	807
Março	-	797	1.044
Abril	-	332	694
Maio	-	1.133	796
Junho	1.638	1.105	869
Julho	1.638	1.158	1.193
Agosto	1.757	1.164	1.671
Setembro	997	889	1.053
Outubro	641	868	1.063
Novembro	747	725	1.040
Dezembro	940	660	2.748
Total	8.358	10.636	14.093

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho, 2002.

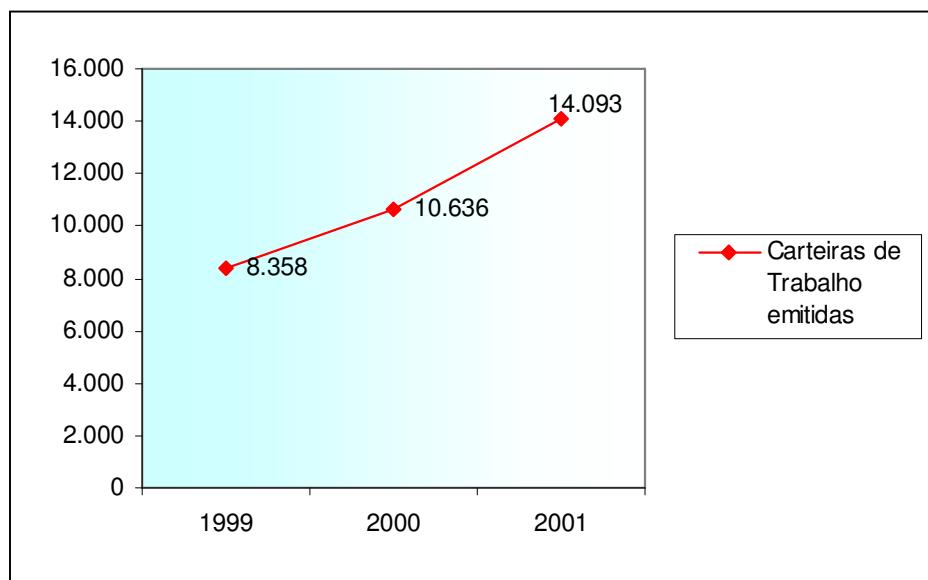


GRÁFICO 10 – Total de Carteiras de Trabalho emitidas – São Gabriel do Oeste – 1999 a 2001.

CAPÍTULO 4

DADOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA JUNTO À COMUNIDADE DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Até aqui, foi possível conhecer São Gabriel do Oeste por meio de dados estatísticos, que, embora verdadeiros, possuem a frieza dos números e, mesmo após as análises e interpretações, não os tornam mais de cunho pessoal. Sabendo disso, desde o início tinha-se a preocupação de buscar a informação também das pessoas envolvidas, daquelas que compuseram os dados dos censos, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e de tantas outras fontes que desvelam o município.

A realização de entrevistas semi-estruturadas, bem como a investigação participante, foi paulatinamente abrindo uma outra cortina e possibilitando um ângulo de visão que em muito contribuiu na complementação das análises, no entendimento da realidade e principalmente no conhecimento das potencialidades do município, para a alavancagem do desenvolvimento, e ratificando a afirmação de Bailly apud Ballesteros (1998, p.30), que podemos substituir a definição da geografia como “ciência do Espaço” por: o estudo das representações da Organização do espaço e das práticas que provém desta:

[...] conciente de su subjetividad, analiza a la vez los discursos y las prácticas espaciales, con el fin de deducir de ellos, a través de la estructura de las representaciones, coherencias y repeticiones; y esto no sólo de las representaciones de los hombres que razonan, sino también de las de aquellos que experimentan sentimientos y se apegan a sus lugares de vida. [...] El estudio de la territorialidad, a la vez real e imaginaria, se convierte en el objeto mismo del enfoque geográfico. Y en este terreno, nadie puede olvidar que la territorialidad es en sí misma una imagen del mundo, subjetiva, evolutiva.

Os estudo dos fenômenos, de forma descritiva e transcendental, indica as estruturas essenciais e mostra que a ciência certamente é possível. Na abordagem humana, emprega-se como uma crítica subjetiva, como um fenômeno constitutivo, que trata estruturas do significado social no mundo vital, como podemos confirmar observando Eyles apud Ballesteros (1998, p.34):

La fenomenología vê el tema y el objetivo como indivisibles e indica que los seres humanos son seres em, junto y hacia el mundo(...). No son algo externoal mundo. De hecho , la fenomenología desafia todas nuestras ideas de sentido comum y nuestras asunciones mediante la reflexion, la pausa o la reducción fenomenológica, que implidan suspender nuestras presunciones y reflexionar sobre las formas originales de las cosas que se revele la propia esencia (eide) del fenomeno. Asi pues, el objetivo de la fenomenología es revelar la esencia y establecer unas «ontologías regionales» que le proporcionen una base al marco temático de la ciencia. La fenomenología es pues descriptiva y trascendental, apunta a las estructuras esenciales y muestra que la ciencia sí es posible.

A adoção de entrevistas semi-estruturadas teve por objetivo deixar a conversa entre entrevistado e entrevistador mais descontraída para que se alcançasse maior aproveitamento e, com isso, o entrevistado pudesse transmitir todas as suas impressões sobre o assunto abordado. É importante ressaltar a validade das informações obtidas na entrevista; para tanto, buscou-se um agendamento prévio, no local do entrevistado, mediante o apoio da Prefeitura Municipal e do Campus da UCDB, ambas as instituições representadas pelo Professor Mestre Maucyr Gibbin. Em algumas, foi utilizada a técnica da gravação que deixou ambos mais a vontade na abordagem do assunto, sem a preocupação do entrevistador em registrar as informações por meio de anotações; porém, em outras, não foi possível gravar e, por isso, foram feitas as anotações necessárias e garantido o conteúdo abordado. Gravando ou não, durante todo o processo foi permanente a preocupação em manter a imparcialidade e, ao final, demonstrar o processo percorrido para a obtenção do resultado.

A receptividade dos entrevistados foi importante para a obtenção de informações; foram colaborativos, demonstrando satisfação em participar do processo e grande interesse pelo assunto.

Considerando-se o porte do município, procurou-se inicialmente ouvir todos os representantes de grupos representativos da comunidade. Ao final, para validar a amostra, foram agendadas outras entrevistas e foi possível perceber que as respostas começaram a ficar

repetitivas, ao insistir, foi recebida a confirmação: havia se esgotado a fonte da informação por meio das entrevistas, conforme elucida Ballesteros (1998), para quem é possível perceber o fim da investigação por meio do esgotamento do assunto, quando as respostas das entrevistas começam a se repetir, não agregando novas informações.

Ao optar pela realização da entrevista no ambiente do pesquisado, foram feitas inúmeras visitas ao município e, consequentemente, a oportunidade de presenciar e observar com a comunidade local diversos momentos do seu cotidiano e, assim, realizar a pesquisa simultaneamente as entrevistas, por meio de observação de forma participante.

A adoção da investigação participante foi com intuito de inteirar a teoria assimilada com as informações levantadas em diversos níveis e vislumbrar as respectivas interações dos fenômenos no espaço em análise. Para tanto, a conceituação da investigação participante de Bruyn (1996) comentada por Hagquette (1987, p.61) deu a tônica desta modalidade:

Observação participante representa um processo de interação entre teoria e métodos dirigidos pelo pesquisador na sua busca de conhecimento não só da ‘perspectiva humana’ como da própria sociedade. [...] o requisito cardeal de uma ciência empírica é o respeito pela natureza do objeto pesquisado. Ao invés de aplicar à vida humana esquemas importados dos procedimentos científicos, ele enfatiza a necessidade de se reconhecer em primeira instância o caráter peculiar dos seres humanos, seu comportamento e sua vida em grupo. Para isto, é necessário que a própria metodologia que se pretende adotar na busca de conhecimento sobre o homem e sua vida seja informada por uma teoria sobre a própria natureza deste homem; uma metodologia que ajude na formulação das categorias subjetivas da teoria sociológica, como ‘justiça’, ‘liberdade’ ‘confiança’, ‘comunidade’ e ‘propósito’, que são fundamentais para a natureza da sociedade e que não podem ser explicados através de categorias tais como ‘estrutura’, ‘função’, ‘ação’, ‘sistema’ e ‘expectativas de papéis’.

O governo do Estado de Mato Grosso do Sul reviu seu planejamento estratégico que se embasava em estudos de cenários que lhe permitiam projetar o Estado mediante situações hipotéticas no período de 1995 a 2015 denominado “Estudo de Cenários de Longo Prazo 1995-2015”, e o resultado disso foi o documento final denominado “Cenários e Estratégias de Longo Prazo para Mato Grosso do Sul – 2020” que comumente é chamado apenas de “MS – 2020”. Para elaborar-se esse documento, foram realizadas diversas oficinas municipais para levantamento dos problemas e oportunidade de cada município que,

concluídas todas as etapas, foram agrupadas na região a que pertencem para a realização de outras oficinas de priorização dos problemas e oportunidades, sob uma ótica mais ampla e, posteriormente, as grandes oficinas finais, para a construção do documento.

Para esse trabalho desencadeado pelo Governo Estadual, foram feitas algumas parcerias com universidades. Na região norte, onde São Gabriel do Oeste está inserido, foi possível a participação em todo o processo, procurando extrair o máximo de informações que levassem à identificação das potencialidades locais, mesmo porque nas oficinas participaram não só lideranças, mas também pessoas comuns, habitantes e atuantes no município.

Com a preocupação permanente no foco desta pesquisa, tinham-se sempre em mente os conceitos de desenvolvimento local, em especial, no que tange ao aproveitamento das potencialidades locais como meio de solução para seus problemas.

Para o melhor aproveitamento dessas potencialidades, é fundamental que a comunidade conheça e saiba olhar dentro de si mesma, para que possa aproveitar melhor seu potencial endógeno, para tanto Ávila (2000, p.70) classifica e enfatiza os fatores que caracteriza essa endogeneização:

[...] os fatores endógenos do desenvolvimento local se constituem daqueles potenciais, dinamismos e forças tanto individuais, familiares e coletivos quanto físico-ambientais presentes explícita ou implicitamente no cotidiano da comunidade localizada.[...] o fator endógeno que julgo mais fundamental, o potencial de capacidade que cada comunidade tem de se despertar, mentalizar, mobilizar, mesmo que com algum tipo de “empurrãozinho” externo, e de edificar paulatinamente o seu progresso em todas as dimensões (infra-estrutural, social, econômica, cultural, meio-ambiental,etc). Este é o “estopim” de desencadeamento do processo de desenvolvimento local.

Em suma, neste capítulo procurou-se explicitar todo o levantamento realizado no município sob o ângulo das entrevistas e da observação, esta última enriquecida com a participação nas oficinas municipais. Vale lembrar que, na transcrição, procurou-se manter o máximo de isenção possível, haja vista que o fato de interagir com os habitantes nesse período, embora a socialização seja inevitável ao relatar e analisar os fatos a luz do objetivo da pesquisa e da conceituação aprofundada, foi mantida a distância necessária à preservação da fidedignidade das informações.

4.1 ENTREVISTAS

Para a realização das entrevistas, foram observadas as técnicas adotadas, em algumas foram registradas anotações durante o ocorrido; em outras foi possível registrar não somente por anotações, mas também mediante gravações, como forma de garantir que fossem, posteriormente, transcritas uma a uma, como referência e embasamento para análise e registro neste tópico, de forma global, como segue.

Para tanto, buscou-se ter em mãos um roteiro, a ser seguido com clareza e sem nenhuma rigidez, para garantir um controle da investigação, sem o risco de, após concluída a entrevista, esquecer algo extremamente importante na análise, conforme recomenda Ballesteros (1998, p.352):

[...] entrevista sin cuestionario o no estructurada [...] no existe um cuestionario al que se tenga que ajustar estrictamente es entrevistador. A este solamente se le indica, además del objeto y fin de la investigación, los diversos puntos sobre los que interesa obtenga información de los entrevistados. Por tanto, queda en todo caso a su arbitrio el número y tipo de preguntas a realizar y el orden y modo de formularlas.

Este tipo de entrevista se emplea, sobre todo, en los estudios exploratorios, previos a investigaciones proyectadas, para obtener un conocimiento básico, del que se carece, de la población y el campo de la investigación, así como cuando la investigación se refiere a un tema difícil y escabroso o el universo es muy heterogéneo.

Ao utilizar o gravador, não foi encontrada nenhuma resistência nem observada inibição do entrevistado, fato que contribuiu para que nada fosse dispersado nos registros. Assim, seguiram-se as entrevistas obedecendo ao eixo desenhado em sua estruturação.

Os perfis dos entrevistados são variados, passam por vários níveis de escolaridade, desde o primeiro grau incompleto à formação em nível superior; alguns com mestrado. Embora com formação eclética, há em comum um ponto importante que se traduz na participação ativa nas atividades desenvolvidas pela sociedade civil organizada, diferindo apenas no ângulo de visão, pois alguns pertencem ao poder público municipal e outros à iniciativa privada urbana e rural, bem como, profissionais autônomos que prestam assessorias a seguimentos importantes da sociedade (como assentamento rural e empresas).

A maioria dos entrevistados demonstra grande conhecimento da realidade municipal, suas realizações, dificuldades, ameaças e oportunidades, alguns mais, outros menos, pois o referencial é sempre o foco de atuação, e os atuantes no setor público possuem uma visão mais ampla do município.

Como forma de organizar o material coletado nas entrevistas, foi feito um agrupamento por assunto, observando-se a ocorrência das informações, sem transcrevê-las uma a uma, por entrevistado, e sim transcrevendo na íntegra cada entrevista, agrupando-as por assunto, para a estratificação.

4.1.1 Demografia

A região do Areão, um dos dois distritos que o município possui, foi apontada como aglutinadora de grande capacidade de deslanchar através do cultivo da fruticultura e futuramente até vir a beneficiar esse produto trazendo a implantação de uma agroindústria.

4.1.2 Mão-de-obra

A falta de profissionais capacitados é uma tônica presente na fala da grande maioria dos entrevistados. Como a principal atividade do município possui sua origem no setor primário, existe um pensamento errôneo de que “aquele que não estudou vai trabalhar na roça”. Porém, hoje, até para essa atividade, existe uma exigência crescente de escolaridade, pois o campo está cada dia mais mecanizado e carecendo de trabalhadores qualificados para operar máquinas de alta tecnologia, isso com vistas à diminuição dos desperdícios, otimização na produção, melhoria da rentabilidade, entre outros fatores que justificam a elevação dos níveis de qualificação desse trabalhador no meio rural.

O meio urbano, embora não padeça do estigma de que a escolarização não é tão importante, também possui dificuldades em profissionais habilitados com currículos competitivos. As informações denunciam uma certa acomodação na formação em vias de mudanças, proporcionada talvez com a chegada da universidade e a possibilidade de continuar estudando, sem a necessidade de o jovem abandonar o lar e o seio da família para buscar conhecimento. Embora um entrevistado tivesse dito que, “existem grupos retrógrados na sociedade que ainda não aceitam a universidade em São Gabriel do Oeste”, denunciando

assim, uma resistência ao ensino superior, por parte de grupos minoritários, com interesses próprios, esse pensamento não reflete a opinião da população. Ainda segundo entrevistados, alguns políticos resistiam à chegada da universidade, sob a alegação que com ela viriam também “maconheiros” para a município.

O problema da carência de mão-de-obra qualificada em São Gabriel do Oeste dificulta muito as iniciativas de empreendimento, pois um dos entrevistados atribui a esse problema uma outra dificuldade do município: a diversificação da produção.

Em algumas falas, foi possível identificar o desejo e até a afirmação de que o município é capaz de abrigar um centro de treinamento com vistas à qualificação profissional, principalmente no que tange ao meio rural. Algumas ações são realizadas nos diversos segmentos do mercado, por intermédio de parcerias com instituições como as do Sistema “S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEBRAE, SENAR...); porém, na ótica de parte dos entrevistados, o município já comporta um centro de treinamento permanente sediado no próprio local.

4.1.3 Localização e acesso

Contrapondo com a constatação no resultado da oficina municipal, vários entrevistados apontam a proximidade que o município possui com a capital do Estado foi apontada como um fator negativo ao desenvolvimento municipal, pois acredita-se que desestimula o comércio local e estabelece uma saída dos recursos, haja vista que até compra de supermercado chega a ser feita por alguns moradores no município de Campo Grande.

A rodovia de acesso ao município possui pista única e um tráfego intenso, pois é por meio dela que vem sendo escoada toda a produção da região norte, com isso, o acesso é difícil e moroso. Também as estradas rurais possuem precário estado de conservação. Esse é um dos itens apontados como dificuldade, um verdadeiro afunilamento na comercialização da produção agrícola.

4.1.4 Questões sociais

Um dos entrevistados apontou problema com uso de drogas, violência doméstica e prostituição infantil. Como não se tem registro dessas estatísticas, afirmou que os números não são divulgados e que não basta praticar formas assistencialistas de ajuda, pois, além de serem medidas paliativas na erradicação do problema, criam dependência.

Uma importante característica apontada em diversas entrevistas é a solidariedade presente na vida comunitária, realizada de forma voluntária.

4.1.5 Lazer

Há pouca opção de lazer, principalmente para os jovens, pois a vida social e cultural no município possui pouca infra-estrutura disponível.

4.1.6 Perfil populacional

A população jovem é composta de grupo étnico variado; possui características empreendedoras e necessidade de atualização constante através de conhecimento externos aos limites do município, uma vez que valorizam a competência, possuem o sonho de construir um “eldorado”.

4.1.7 Organização social

A participação popular é organizada, com pessoas bastante politizadas, trabalhadoras e orgulhosas de pertencerem ao município e os entrevistados manifestaram-se dispostos a participar das ações necessárias à elevação nos índices de melhoria da qualidade de vida.

Há uma cooperativa de reciclados que desestrutura a atividade insalubre da população excluída que sobrevive da função de catadores de lixo, contribuindo para a manutenção da saúde da população, uma vez que separam os resíduos sólidos de forma ordenada.

Embora haja um descrédito na forma cooperativada de se trabalhar, o poder público municipal acredita ser esta uma alternativa viável e uma necessidade local. Isso fica mais evidenciado na fala do atual prefeito do município: “a má utilização das cooperativas afastou os associados, mas esta é uma necessidade local que tem proporcionado o repensar da situação entre os grandes empreendedores”.

Quanto aos pequenos produtores, estão sendo estimulados tanto por conceitos como por ações, haja vista que cinco membros do assentamento rural foram convidados para freqüentar aulas de disciplina que trata do assunto na universidade – UCDB. O próprio sindicato rural está montando uma videoteca/biblioteca para contribuir na capacitação do produtor – que é motivado a usufruir desse benefício.

Há busca por produtividade e independência econômica no assentamento rural por meio de treinamento, assessoria e financiamento.

4.1.8 Turismo

O ecoturismo e o turismo rural foram apontados por diversos entrevistados como sendo uma grande oportunidade potencial do município, dadas às belezas naturais que a região possui e à própria atividade econômica que desempenha. Em uma das falas, cabe ressaltar a afirmação de que “existe uma esperança generalizada no grande potencial turístico do município”.

4.1.9 Atividade econômica

Foi apontada a necessidade de ampliação das atividades econômicas desempenhadas pelo município, em especial a suinocultura, que vem despontando com grande pujança e evidenciando, segundo o entrevistado, grande capacidade de absorção pelo mercado.

Há entrevistados que apostam no crescimento do município com base na agroindústria, fruticultura, piscicultura, produção de ovos, hortigrangeiros e no turismo ecológico.

O frigorífico Aurora trabalha com sessenta por cento de sua capacidade instalada, pois a produção está aquém da capacidade do empreendimento.

Por outro lado, o poder público municipal afirma que a suinocultura tem gerado no município 1000 empregos diretos e sem poluição.

As atividades rurais apresentam novas alternativas de incremento à produção como o cultivo do algodão pelo Grupo Itamarati (grupo que atua em diversos segmentos empresariais com destaque na produção de alimentos pela utilização de alta tecnologia/produtividade), a fruticultura, com o implemento em 80 hectares e a produção leiteira, com inseminação artificial e melhoramento genético.

4.1.10 Poder público

Foi apontada a importância da participação do poder público estadual e federal no apoio ao desenvolvimento do município, pois faltam recursos financeiros para o incremento das atividades, como forma de promover e sustentar o crescimento da economia municipal.

O antagonismo político também ficou registrado, principalmente no tocante à fundamentação de que a educação seja foco fundamental na promoção do desenvolvimento, haja vista as dificuldades políticas encontradas para a implantação do primeiro centro universitário no município.

A modernização e a informatização da prefeitura municipal, com vistas a agilizar e melhorar a qualidade dos serviços foram apontados como um marco da administração pública ao encontro da comunidade. O número de postos de saúde existente, segundo um dos entrevistados, cobre todos os bairros do município. O município possui hospital totalmente equipado para dar acesso à saúde aos moradores.

4.2 OFICINA MUNICIPAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MS 2020)

Em 2000, o governo de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Sociedade Organizada, construiu cenários e estratégias de longo prazo, considerando o período de 2000 a 2020, que ficou conhecido como MS 2020. Essas estratégias tornaram-se referencial para os planos estratégicos regionais de desenvolvimento elaborados no Estado.

Para a realização dos planos regionais de desenvolvimento, o governo realizou parcerias com as universidades. Com isso, a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB –, assumiu a região norte do Estado em conjunto com o governo, por meio do Instituto de Estudos e Planejamento – IPLAN – e novamente contaram com a participação da sociedade em todas as instâncias, realizando oficinas de trabalho que propiciaram debates e eleição democrática dos principais problemas, potencialidades, visão de futuro, objetivos e metas, opções estratégicas, programas e projetos prioritários, bem como a criação do Conselho Regional de Desenvolvimento.

No decorrer das oficinas, houve a participação de centenas de lideranças representando partidos políticos, associação de bairros, prefeituras, sindicatos, clubes de serviço, universidades, técnicos do governo entre outros.

A região norte do Estado é composta por oito municípios, onde foram realizadas as oficinas municipais e aplicados questionários utilizando a técnica Delfos, entre eles São Gabriel do Oeste, para depois serem consolidadas e registradas no documento final que permite traçar um diagnóstico regional e perseguir o objetivo do plano estratégico MS 2020.

Nas oficinas realizadas em parceria entre o Governo do Estado e a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em São Gabriel do Oeste, foram relacionadas 23 potencialidades que (após debatidas em plenário que contou com a presença de representantes dos mais variados segmentos do município) foram consensuadas e, ao final, apontadas vinte potencialidades efetivas, conforme relacionadas abaixo:

- a) solos férteis, clima e relevo favorável para a produção agropecuária;
- b) BR 163;

- c) Assentamento Campanário;
- d) espírito empreendedor da população;
- e) população jovem;
- f) povo solidário;
- g) produção com alto índice tecnológico;
- h) capacidade para agregação de valor na cadeia produtiva;
- i) variedades de matéria-prima;
- j) entidades organizadas;
- k) variedades de culturas e festas tradicionais;
- l) proximidade da capital;
- m) Campus da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB;
- n) Escola Agropecuária;
- o) localização geográfica favorável;
- p) povo trabalhador;
- q) belezas cênicas⁽¹¹⁾ na área rural
- r) abundância de água subterrânea;
- s) recursos hídricos para irrigação e consumo humano;
- t) profissionais habilitados para ensino de educação básica.

4.3 CONSOLIDAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS PELO MÉTODO DELFOS

Para a investigação por meio da metodologia Delfos foram enviados quarenta formulários, retornando dezesseis respondidos, cujas potencialidades apontadas foram:

- a) a existência da BR 163, que embora com tráfego difícil, o município é servido de rodovia para escoamento da produção;
- b) mão-de-obra disponível e de boa qualidade;
- c) investimento em cursos profissionalizantes;
- d) turismo, visto como atividade que estimula o emprego;

(11) linguajar utilizado pelos profissionais da área de turismo para exprimir um conjunto de cenas que formam paisagens, lugares.

- e) habilidade nata a ser despertada;
- f) organização social;
- g) capacidade para industrialização dos produtos ligados ao setor primário;
- h) agropecuária, suinocultura e avicultura;
- i) cooperativismo;
- j) fontes alternativas de renda;
- k) diversificação da produção (agregar valor);
- l) localização privilegiada (Mercosul – pela proximidade das fronteiras com Bolívia e Paraguai);
- m) organização da rede hoteleira;
- n) agricultura
- o) pecuária;
- p) qualidade pedagógica e infra-estrutura educacional;
- q) recursos naturais (relevo, ecossistema, clima, solo).

Além dessas potencialidades apontadas formalmente no relatório final das oficinas realizadas no município, bem como da investigação pelo método Delfos, foi evidenciada por unanimidade a capacidade energética do município, por possuir uma estação de rebaixamento de energia.

A qualidade da força de trabalho aparece nas entrevistas como desqualificada por falta de opções, mercado, entre outras e nos questionários, diz que é boa, mas que está disponível.

Por mais contraditório que possa parecer, o município registra, por um lado, uma força de trabalho qualificada em um mercado de baixa absorção e, por outro, a necessidade de qualificação para a população mais jovem mas que também corre o mesmo risco de não ser absorvida pelo mercado, porém o registro de duas outras potencialidades apontadas (povo trabalhador e espírito empreendedor) pode ser a forma de resolver a questão da ocupação da mão-de-obra.

Para melhor obtenção das informações, por meio dos consultados pelos questionários foram encaminhadas quatro questões para reflexão, cada uma acompanhada de notas explicativas que conceituaram cada assunto pontualmente, tais como:

- Questão 1: explica o que se entende por problemas ou estrangulamentos e pede o apontamento de três principais;
- Questão 2: explica o que se entende por potencialidade e pede o apontamento das três principais;
- Questão 3: explica o que se entende por futuro desejado e pede a indicação de três componentes para construir a sociedade desejada;
- Questão 4: explica o que se entende por ações e pede a indicação de três principais que não poderiam deixar de serem feitas.

Povo solidário, organizado socialmente com habilidade no manejo da terra e condições naturais favoráveis, enfim, parece que tudo conspira a favor de um desfecho promissor ao desenvolvimento do município, basta que de fato sejam orientados tecnicamente, daí a importância no desempenho eficaz do papel de agente do desenvolvimento para que as ações não se dispersem e convertam-se em soluções adequadas para as questões cotidianas do município, que precisam ser observadas, discutidas e encaminhadas pelos próprios personagens que fazem a história municipal.

Pensar em soluções de problemas atuais requer uma visão estratégica de planejamento, para que ao contribuir hoje não destrua no amanhã, pois ao planejar ações de forma participativa, consistente e duradoura está de certa forma, proporcionando o meio para que o desenvolvimento ocorra.

CAPÍTULO 5

REAIS CAPACIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ao trabalhar com as informações do município de São Gabriel do Oeste, mesmo quando ainda se estava a manipular os dados básicos que proporcionaram o primeiro contato e, por sua vez, um perfil preliminar do município, foram-se percebendo e reservando para este capítulo as potencialidades detectadas. Paulatinamente a quantidade de informações foi aumentando e, pouco a pouco, as potencialidades que evidenciavam as oportunidades de inserção da comunidade no processo de desenvolvimento local endógeno iam se apresentando, ora de maneira explícita, clara, de fácil notoriedade, ora implícita: ainda não de domínio popular, mas perceptível nas entrelinhas das falas dos entrevistados e na observação desta pesquisadora.

Nesse contexto, cabe ressaltar o pensamento de Nóvoa (1992, p.19), que evidencia a necessidade da participação e vontade comunitária na definição dos rumos que desejam seguir, bem como a aceitação das suas características e particularidades físicas e culturais:

Os factores de arranque são em grande parte de ordem cultural: os métodos (a maneira de pensar e de agir) assumem muitas vezes um papel motor nos processos de desenvolvimento econômico local.

Antes de mais, é necessário aceitar a idéia da primazia do particular e reconhecer que cada território possui características e potencialidades próprias. A pretensão de difundir o crescimento econômico a partir de políticas centralizadas e uniformes tem vindo a demonstrar os seus limites, um pouco por todo o lado.

Por a tônica no particular e no local pressupõe uma tomada de consciência da identidade em torno da qual se define um espaço colectivo; estamos perante um processo que conduz a valorizar mais os actores do que as políticas de desenvolvimento. As estratégias centralizadas e globais de desenvolvimento, baseadas na incitação ao investimento ou em transferências compensatórias, revelam-se quase sempre contraproducentes,

uma vez que em lugar de mobilizarem os actores locais tendem a aumentar a resignação e a dependência das populações em relação aos poderes públicos. Neste sentido, é importante sublinhar que não há desenvolvimento sem que as colectividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro; a auto organização das populações implica que se estabeleçam, progressivamente, novas estruturas de debate e de representação, que promovam o diálogo e a concertação com os poderes públicos e as forças vivas locais. É importante que o desenvolvimento se exprima no quadro de um processo de democratização, entendido não só como uma transferência jurídico-institucional de poder do nível central para o nível local e regional, mas também como a emergência de novas práticas nas relações de poder.

Para a análise e apontamento dessas potencialidades de desenvolvimento local, observadas as questões relacionadas com a oferta de emprego na comunidade, há sempre a preocupação com o referencial teórico que envolve a questão. Os dados levantados nas oficinas municipais, bem como nas entrevistas realizadas, evidenciaram alto índice de desemprego e outros problemas que refletem diretamente nessa questão, são eles:

- a) baixa qualificação da mão-de-obra;
- b) baixa agregação de valores nas cadeias produtivas;
- c) êxodo rural;
- d) concentração de terras;
- e) insuficiente assistência técnica para agricultura familiar;
- f) baixa diversificação da base produtiva, falta de pluriatividades;
- g) burocracia para a implantação de novos empreendimentos, nos níveis federal, estadual e municipal;
- h) alto índice de analfabetismo.
- i) falta de exploração de sinergias complementares.

Os nove itens apontados aparentemente como causas negativas para a obtenção do emprego, sob um ponto de vista mais ampliado pode significar uma potencialidade para a ocupação laboral, donde se tem renda, uma vez que a população possui características que denunciam capacidade de desempenhar trabalhos com geração de renda, basta que se organizem para planejar as ações.

A par disso, e de que emprego não é uma potencialidade a ser desenvolvida apenas pelo setor público em São Gabriel do Oeste, mas é um desafio para toda a comunidade

que unida e organizada, podem-se estabelecer os rumos dessa questão e traçar as políticas locais para a solução desses problemas.

No que tange às perspectivas de emprego no âmbito do desenvolvimento local, estão relacionadas a seguir as potencialidades detectadas, subdivididas em explícitas e implícitas.

5.1 POTENCIALIDADES EXPLÍCITAS

5.1.1 Espírito empreendedor da população

A composição populacional do município, constituída majoritariamente por migrantes, evidencia uma característica empreendedora dos indivíduos que saíram de suas terras para buscar novas oportunidades para sua geração e garantir o futuro das gerações vindouras. Para ilustrar esse comportamento, o atual prefeito, que também é imigrante do sul do País disse: “para construir minha vida tive que largar pai, mãe, amigos e demais familiares para tentar uma vida nova longe de casa. Se não construir nada aqui e meus filhos tiverem que fazer o mesmo, não terá valido a pena”.

5.1.2 Produção agrícola com alto índice tecnológico

A elevação nos índices de produtividade deve-se à utilização de alta tecnologia, que por sua vez possui um maior custo de produção, conforme afirma um dos entrevistados, trazendo, em contrapartida: maior rentabilidade, possibilitando, dessa forma, o reinvestimento do lucro na própria comunidade, promovendo o desenvolvimento e proporcionando maiores oportunidades de emprego. Entretanto, o mercado de trabalho demanda um perfil de trabalhador qualificado para operar equipamentos de maior complexidade, consequentemente, registra-se também no município uma demanda não somente para o ensino regular, mas também para a formação profissional, pois a mecanização do campo, a automação dos meios de controle da produção está cada dia exigindo conhecimentos mais apurados que levam à redução dos custos de produção para a conquista de preços competitivos no mercado.

5.1.3 Variedades de matéria-prima

Com sua economia embasada no setor primário, o município destaca-se no desenvolvimento da pecuária que segundo o IBGE (Tabela 4) em 2001 registrou um rebanho de 216.475 cabeças de bovinos, 68.083 cabeças de suínos, e ainda um grande produtor de aves, somando entre galinhas, galos, frangas, frangos e pintos um total de 108.982 cabeças; além de ser um grande produtor de grãos, destacando-se a produção de 309.000 toneladas de soja e 131.400 toneladas de milho produzidas em 2001. Ambas as atividades foram responsáveis por 34,29 % da arrecadação de ICMS no mesmo período, embora, para esse número, a agricultura tenha contribuído com 30,80% e a pecuária com apenas 3,49%. Na análise da contribuição para o ICMS, a agricultura fica atrás apenas do comércio, que registra 45,43% de arrecadação para o ano de 2001.

5.1.4 Organização social e participação

A participação popular, quando acionada é efetiva e consciente, segundo afirmação de um dos entrevistados que atua efetivamente em movimentos sociais, evidenciando a organização social existente no município.

Registre-se ainda que as instituições sociais que contam com o apoio e a iniciativa da população comprova a vontade, a participação popular e sua organização, além de semear a idéia de que se estimulada é capaz de muito mais.

No município há diversas instituições e associações que demonstram as realizações dessa comunidade, que se constata na descrição a seguir.

5.1.5 Estrutura física:

- Lazer:*
- Centro comunitário Tradições e Amizade (CCA)
 - Centro de Tradições Gaúchas (CTG)
 - Clube de Bocha
 - Clube do Laço
 - Ginásio Esportivo
 - Interacty Country Clube de São Gabriel do Oeste

Religiosa:

- Igreja Batista
- Igreja Católica
- Igreja Quadrangular
- Igreja Universal

Financeira:

- Banco Bradesco
- Banco do Brasil
- Banco HSBC
- Sicred

Política/governo:

- Câmara de Vereadores
- Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária (IAGRO)
- Prefeitura Municipal

Educacional:

- Campus da Universidade Católica Dom Bosco
- Creches e pré-escola
- Escola Técnica Municipal
- Escolas para o ensino fundamental e Médio

Filantrópica:

- Associação de Pais e Amigos dos Expcionais -APAE
- Casa Kolping
- Filantrópica União pela Juventude São Gabrielense - FUNJU
- Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste (FUNGAB)
- Fundação de Esporte de São Gabriel do Oeste (FUNDESG)
- Grupo Espírita Alan Kardeck (GEAK)
- Grupo Jovem das Igrejas Católica e Evangélica
- Lions Clube e Leo Clube
- Rotary Clube
- Sociedade Amiga do Bem Estar Social

5.1.6 Organização social

Comissões:

- Comissão municipal de Emprego e Renda

Conselhos:

- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Municipal de assistência Social
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- Conselho Municipal de Merenda Escolar
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Tutelar da Infância e do Adolescente

Órgãos de

representações:

- Associação comercial e Industrial de São Gabriel do Oeste - ACISGA
- Associação dos Assentados Campanário
- Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Gabriel do Oeste - AEASGO
- Associação dos Moradores do Amábile Maffissoni
- Associação dos Moradores do Jardim Gramado
- Associação dos Moradores do Vilani
- Associação dos Técnicos Agrícolas
- Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste - COASGO
- Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.
- Cooperativa Educacional Cristo Rei
- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral
- Sindicato dos Trabalhadores na Saúde (SITS)
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Sindicato Municipal dos trabalhadores em Educação de São Gabriel do Oeste
- Sindicato Rural de São Gabriel do Oeste

Dentre a estrutura física apontada, quatro instituições filantrópicas se destacam pela efetividade das ações e reconhecida importância pela sociedade municipal, são elas:

1 - Casa Kolping São Francisco de Assis

Fundada na Alemanha em 1849, por Adolfo Kolping, deu início às atividades em São Gabriel do Oeste, em 1995, atuando nas áreas da saúde e alimentação. Para manutenção e ação recebe contribuição: da Prefeitura Municipal tanto em repasse de verbas quanto na disponibilização de funcionário para a prestação dos serviços; de empresas particulares; e da sua mantenedora: a Kolping da Alemanha.

A Instituição tem como missão a promoção integral do homem por intermédio da formação religiosa, social, familiar, recreativa e cultural, com vistas a contribuir na melhoria de sua atuação na família e na sociedade, buscando a viabilidade de condições que oportunizem crianças e adolescentes o acesso à escola regular e ao ensino profissionalizante.

Com essa visão, a Casa Kolping atende periodicamente 135 crianças de baixa renda na faixa etária de 7 a 14 anos, e ainda faz atendimentos praticando medicina alternativa ensinando e conscientizando as populações locais e visitantes, ações sociais nas áreas de habitação com a promoção de mutirões para construção de casas populares, além de proporcionar atividades de lazer e de cunho religioso.

2 - União pela Juventude São-Gabrielense (FUNJU)

Meio ambiente e cultura dão a tônica dos trabalhos realizados pela FUNJU, levando lazer, esporte e cultura a todos os jovens do município que se interessarem. As ações são realizadas por um grupo de voluntários.

É uma instituição filantrópica, com 30 sócios efetivos, com idade média de 25 anos, e busca envolver a juventude do município nesse contexto.

3 - Grupo Espírita Alan Kardeck (GEAK)

Embora seja um grupo de cunho religioso, sua ação possui papel de destaque social, pautado em ações assistencialistas. O trabalho é realizado com a ajuda da comunidade,

através de doações financeiras, de produtos utilizados pelo grupo e a própria força de trabalho voluntariado.

O grupo mantém uma casa para crianças extraídas do convívio familiar por meio da Justiça, além de atender outras crianças de baixa renda e repassar orientações sobre higiene, saúde, alimentação e meio ambiente.

Embora com estrutura física limitada, oferece regularmente uma refeição conhecida como “sopão” a pessoas carentes, atividade já tradicional e que, segundo entrevistados e a observação desta pesquisadora, desempenha papel de grande relevância no combate a fome da população menos favorecida.

4 - Fundação Cultural (FUNGAB)

Instituída pelo poder público, com personalidade jurídica e de direito privado é uma instituição cultural com o objetivo de resgatar e manter a cultura e as tradições da população são gabrielense, preservando seu patrimônio histórico, artístico e cultural com interação na sociedade.

5.1.7 Variedades culturais e festas tradicionais

Considerada a estrutura das festas, pode-se afirmar que, além de tradicionais, são sucessos de público:

- Festa do Leitão no Rólete
- Semana da APAE
- Semana do Município
- Noite Cultural Sul-mato-grossense
- Noite Cultural Alemã e Gaúcha
- Noite Cultural Italiana

A festa do leitão no Rólete, atrai público de outros municípios e apresenta-se como uma vitrine do município ao turista, por isso, assim como a cultura que já possui lugar garantido na pauta, também a gastronomia regional mostra-se ainda timidamente, mas exibe um potencial a ser desenvolvido e assim agregar valor à festividade e referendar o município

nas demais épocas do ano, com probabilidade inclusive de desencadear o turismo gastronômico e cultural.

O potencial gastronômico é pautado na cultura e na origem da população, que trouxe consigo hábitos e costumes sulistas, lugar de onde saíram e não perderam a referência, continuam produzindo e encantando os visitantes, ainda que de forma pouco mercantilista.

5.1.8 Recursos hídricos, solos férteis, clima e relevo favorável à produção agropecuária

Característica que imprime no município a vocação para o agronegócio, percebida pela grande maioria da população. Os entrevistados foram unâimes em afirmar que as condições físicas naturais do município levaram a alcançar os índices de produção registrados e que para uma visão de futuro, esse ramo de atividade resume o ponto de partida para o desenvolvimento.

A oferta de vagas no mercado de trabalho de São Gabriel do Oeste está intimamente relacionada com a atividade primária. Os empresários locais reconhecem a importância das condições climáticas, de relevo e solo para o desempenho da atividade.

5.1.9 Universidade Católica Dom Bosco-UCDB e Escola Agropecuária

A implantação do campus da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – traduz em melhor formação dos profissionais a serem absorvidos no mercado de São Gabriel do Oeste, revertendo na elevação da qualidade dos serviços prestados e destaca a importância do fomento da pesquisa que provoca um repensar do fazer e indica, mesmo de forma indireta um novo fazer.

5.1.10 Localização geográfica favorável

Por se localizar à margem da BR-163, embora a rodovia possua tráfego intenso e pista única, ainda assim é possível o escoamento de toda a produção e facilidade de locomoção à capital do Estado.

Está localizado na região norte e possui vizinhos com problemas, potencialidades e interesses comuns e, através do Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso do Sul – MS 2020, tem sido possível discutir tais situações, planejar e traçarem juntos, metas que ajudam a acelerar o tempo para alcançá-las, além da possível redução nos custos.

5.1.11 Povo trabalhador

A população do município demonstra ser não só empreendedora e aventureira como já comprovou ser, mas também disposta a não medir esforços quando o assunto é trabalho e conquista de dias melhores para sua geração e gerações vindouras, possui nas ações do dia-a-dia esse traço marcante. Cada um desempenha seu papel, mas quem pensa que aquele que não sai de casa não trabalha, comete grave equívoco, porque possuem como traço da cultura que trouxe consigo o hábito de confeccionar e cultivar grande parte dos alimentos que vão à mesa, entre eles estão as hortaliças e as famosas “cucas”⁽¹²⁾.

5.1.12 Belas paisagens na área rural

As belezas naturais são um convite ao ecoturismo, se aliado ao turismo gastronômico e cultural já indicado como um cenário possível para o futuro desse mercado em São Gabriel do Oeste.

Embora o município possua em sua área rural as características possíveis de exploração turística, não há iniciativas significantes registradas, apenas uma propriedade está dando os primeiros passos para trilhar esse caminho investindo em conhecimento e infra-estrutura, porém, ainda não estruturada para receber o turista.

Acredita-se ainda que as atividades voltadas ao turismo no espaço rural são capazes de movimentar e incrementar a mão-de-obra em diversos níveis.

(12) Espécie de pão caseiro, recheado com cremes à base de leite ou com geléias ou doces caseiros.

5.1.13 Recursos hídricos abundantes (irrigação/ consumo humano)

O município está localizado sobre o Aquífero Guarani, que se configura como um grande reservatório de água doce, instalado na parte subterrânea do solo municipal, e que proporciona ao município o privilégio e a responsabilidade de zelar pela manutenção, com qualidade, aspecto de acentuada preocupação de grande parte dos entrevistados.

5.2 POTENCIALIDADES IMPLÍCITAS

5.2.1 Propensão ao associativismo

Embora a comunidade tenha experimentado alguns insucessos ao trabalhar de forma cooperada e manifestar algumas restrições ao assunto, praticamente todos os entrevistados acreditam na necessidade de união para o fortalecimento e a capacidade de realização daquilo que sozinho não é possível fazer, mas que é muito necessário executar. A prefeitura tem estimulado o associativismo, e a população mesmo um pouco decrescente, tem aceitado as discussões.

Um grupo composto por 22 produtores rurais constituiu uma empresa que atua de forma semelhante a uma cooperativa, porém sem os benefícios desta modalidade de organização, mas, segundo seu presidente, de forma transparente e sólida.

5.2.2 Satisfatória estrutura educacional (física e humana)

Possui número de escolas e salas de aula suficientes para atender a demanda do município, bem como, profissionais habilitados para o ensino da educação pré-escolar, ensino fundamental e nível médio. Porém, quanto à formação superior, a comunidade está dando seus primeiros passos, com a implantação do campus universitário da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – melhorando, assim, os índices de formação e qualificação do trabalhador.

5.2.3 Capacidade para agregação de valor na cadeia produtiva

A comunidade demonstra capacidade de processar diversas matérias-primas, pois muitos já o fazem, porém de forma doméstica, muitas vezes até possuem o ideal de comercializar, mas encontram nesse ato grande dificuldade, pois o mercado consumidor municipal é pequeno.

Apesar dessa dificuldade, a comunidade apresenta espaço para o fomento dessa cadeia produtiva, atraindo consumidores de outras regiões, tanto para aquisição no próprio município, quanto para a colocação nos mercados vizinhos.

5.2.4 Preocupação com o impacto das ações antrópicas no meio ambiente

A preservação ambiental é uma preocupação de entidades de classe, do empresariado, bem como dos órgãos governamentais, que desenvolvem papel importante na conscientização e solução dos problemas relacionados ao meio ambiente, procurando conciliar os interesses do município como um todo. Esta preocupação fica evidenciada em diversos projetos e medidas adotadas tanto para preservação, quanto para solução de problemas já surgidos.

Diante disso, foi unânime entre os entrevistados a afirmação de que a criação e a ampliação de mercado, mesmo com a perspectiva de que ampliar o número de vagas no mercado de trabalho só é possível através de mecanismos que não impactam o meio ambiente.

5.2.5 Pré-disposição para a realização de parcerias

A constatação da necessidade de união em busca de objetivos comuns é a tônica das falas dos entrevistados, alguns se manifestaram diretamente, outros de forma velada, mas todos se mostram abertos e disponíveis para a busca de parcerias que possam resultar em progresso para o município.

5.3 EMPREGO E POTENCIALIDADES DETECTADAS À LUZ DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO

As características ambientais que confirmam o potencial natural e ecológico do município, associado a cultura presente e desenhada principalmente pelos migrantes que compõem o município trazidas como heranças de suas raízes, dão o tom das potencialidades detectadas no decorrer da pesquisa em São Gabriel do Oeste evidenciam a capacidade que o município possui para gerar emprego, desde as atividades ligadas ao setor primário, até as mais complexas, envolvendo os demais setores da economia. Entretanto as questões vinculadas ao emprego, embora observada a vocação existente, mostra-se como uma possibilidade muito mais vinculada ao empreendedorismo do que à oferta disponível em classificados de jornais, haja vista que se trata de um pequeno município, com sua economia alicerçada no setor primário em que a oferta de vagas é limitada, levando os indivíduos a criarem suas próprias ocupações.

O associativismo também se mostra como uma forma de empregar-se, pois empreendendo e se associativando é possível criar condições de absorção de mão-de-obra, não somente daqueles que estariam tendo essa visão, quanto da demanda oriunda dessa tomada de decisão, ao invés de esperar apenas que o setor público opte por decisões dessa envergadura, pois, como lembra Marciglia Apud Bava org. (1996, p.75):

Para avançar em processos de desenvolvimento local não basta a proposição de políticas compensatórias e defensivas. O que implica em um esforço articulado de atores estatais e privados dispostos a levar adiante projetos coletivos de desenvolvimento integral que surjam da negociação de interesses, inclusive divergentes e em conflito. A lógica do desenvolvimento local necessita do surgimento e fortalecimento de atores inscritos em seus territórios e com capacidade de iniciativa e proposta socioeconômica para capitalizar as potencialidades locais, apostando em uma melhoria integral da qualidade de vida da população.

Com esse pensamento, a comunidade são-gabrielense possui características marcantes que colocam o município no cenário capaz de desvelar seu próprio desenvolvimento, pois, de forma empírica e isolada, muitas vezes já o pratica. Portanto, ao aplicar a teoria do desenvolvimento local endógeno que, como o próprio nome diz, com total aproveitamento dos recursos internos disponíveis no município em todas as suas dimensões, interagindo até com a interação já iniciada com os vizinhos da região a que pertence para a

busca de solução para os problemas comuns e oportunidades de solução também comuns, como reforçam Araújo, Medeiros e Pontes Apud Bava (org. 1996, p.104):

O desenvolvimento é endógeno a cada nação, nasce de forças internas da sociedade, cada nação definindo soberanamente seu futuro, sem descartar a cooperação com outras nações que enfrentam problemas similares e têm aspirações. **O desenvolvimento constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas**, e a ação a seu serviço deve **integrar** todas essas dimensões.

Uma das vertentes do emprego hoje passa pela formação para o trabalho, pois um mercado cada vez mais exigente e produtivo acaba por não absorver nem o trabalhador para o primeiro emprego tampouco o candidato a emprego desatualizado. Para a formação do trabalhador, é indispensável a formação educacional, porém a formação profissional esteve presente como uma necessidade em praticamente todos os momentos da investigação, uma vez que quanto aos dados educacionais o município apresenta indicadores invejáveis ao resto do País, registrando um índice de alfabetização de 83,10%.

A reestruturação tecnológica e organizacional em andamento nos setores produtivos e de serviços elimina postos de trabalho ao mesmo tempo que requer um trabalhador polivalente e com maior grau de qualificação. Fator que além de diminuir as chances de re-emprego para os mais velhos, se choca com a força de trabalho do país, onde 42% da população não possui 1º grau completo.

Nesse cenário torna-se prioritário que sejam intensificadas as avaliações alternativas para o enfrentamento da crise social.

Em virtude dessas considerações, a abertura que o município possui para o despontar de atividades ainda adormecidas aponta como uma grande vocação, com destaque especial para a atividade turística que, além da possibilidade de exploração econômica, proporciona que mais pessoas desfrutem das belezas naturais, hoje escondida nas propriedades particulares que ainda não tiram proveito desse seguimento mercadológico.

Com a força econômica do município calçada na atividade primária, também aí se mostra uma forte potencialidade endógena latente. Embora a atividade agropecuária não se constitua a que mais emprega, de fato é a que proporciona maior produção e maior

rentabilidade ao município. Conforme informação obtida no site www.abag.com.br acessado em 1º/10/2002, matéria escrita pelo engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues:

[...] na abertura dos mercados dos países ricos para os países emergentes está uma condição fundamental para gerar empregos, produção e riqueza no interior destes últimos, o que começaria a reduzir as diferenças sócio-econômicas. [...], é no agribusiness que estão as maiores vantagens comparativas. Portanto fica claro que na abertura dos mercados agrícolas é a mais eficaz e mais rápida maneira de criar condições de crescimento de riquezas nesses países.

Se apenas a produção primária já é citada por alguns estudiosos do assunto como promotora do emprego e precursora do desenvolvimento, torna-se inevitável o pensamento do arrojo que se poderia ter ao agregar valor aos produtos ali originados, atividade essa pouco explorada em sua totalidade em São Gabriel do Oeste e que se apresenta como o ponto de partida para outras atividades econômicas como as indústrias tanto de grande porte como os abatedouros e processadora de grãos, como as micro e pequenas, que movimentam a economia e geram renda para as famílias.

CONCLUSÃO

No Brasil o modelo de desenvolvimento ortodoxo apregoado e rotulado que se acostumou a cultuar e propagar, mais parece um jogo de palavras, capaz de registrar em planos econômicos de governos, métodos e fórmulas, fixadas como metodologia possível, para acabar com as desigualdades regionais, erradicar a pobreza, entre outras – todas com estratégias únicas e centralizadas, que cortam o País de norte a sul e desconsideram as vertentes locais. Quebrar paradigmas arraigados não se faz com a mesma facilidade com que se ensinam a uma criança as primeiras letras do alfabeto, tampouco com o mesmo encantamento que se tem ao descobri-las e perceber que juntas formam palavras, que por sua vez formam frases e com elas encantadoras histórias e belas poesias.

Desenvolvimento, analisado sob o prisma do local, é revestido de singular importância na história do desenvolvimento contemporâneo: ele concretiza um avanço na efetividade dos resultados colhidos pelo indivíduo e pelo coletivo, conferindo participação e instaurando responsabilidade aos envolvidos. Sua peculiaridade reside no aproveitamento das potencialidades locais tanto físicas, naturais como estruturais e políticas, visto que os resultados emergidos desse contexto são imensuráveis despertando para uma nova dinâmica econômica e social na vida de cada habitante.

Se, daqui para frente, o lugar é que passa a determinar a vertente principal dos rumos que a comunidade passa a ter como bússola a seguir, isso exige clareza sobre questões que envolvem o assunto como: espaço, território, comunidade e identidade, vista neste trabalho; uma vez que, não é possível concatenar o desenvolvimento local, desconsiderando conceitos tão relevantes que embasam e validam as ações como verdadeiramente locais em todos os seus aspectos, em especial quando o foco é a endogeneização.

Durante a pesquisa, que permitiu observar a oferta de emprego em São Gabriel do Oeste e analisando as potencialidades da comunidade municipal na ótica do desenvolvimento local endógeno, foram detectadas aquelas em que o aproveitamento, significasse também respeitá-las, para tornar possível despertar, desenvolver, tirar proveito, sem agressão ao lugar, em suma: fazer com que as condições naturais se tornem o vetor do desenvolvimento e não empecilho que acabe por provocar um conflito e leve a comunidade a ignorar e aniquilar esse ambiente, pois se for observado pelo prisma de obstáculo intransponível e que forçosamente precisará ser ultrapassado e não aproveitado como uma potência natural a ser explorada e convergida para os objetivos desenvolvimentistas, corre-se o risco de perder o foco e concluir que tal esforço não terá valido a pena.

Desenvolvimento local, potencialidades em desenvolvimento local, emprego, trabalho e potencialidades de emprego na perspectiva do desenvolvimento local são conceitos que foram abordados neste documento, buscando clareza e objetividade. Nesse prisma, emprego e trabalho passam a serem vistos também sob a ótica da ocupação laboral, que tem por objetivo trazer ao indivíduo garantias que o mercado hoje, não consegue oferecer, porém, por meio da ocupação, com geração de renda é possível resgatar o exercício da cidadania, dignidade, bem estar individual e familiar e principalmente, garantir o acesso a necessidades básicas.

Durante a busca por informações do município, tendo sempre o delineado no projeto de pesquisa, foram inúmeras as dificuldades, porém todas encaradas como desafio e, pouco a pouco, à medida que se avançava na pesquisas, as dificuldades iam-se tornando oportunidade. Entretanto, o ponto negativo que se mostrou prejudicial ao trabalho foi à escassez de dados de fontes oficiais que descessem ao nível de município, pois as informações conquistadas em órgãos oficiais, em sua maioria são dos censos realizados pelo IBGE, cujas projeções refletem-se nos levantamentos realizados por órgãos do governo estadual, indicando apenas os totais do estado. Em se tratando do município, foram realizados contatos com alguns profissionais desses órgãos que não mediram esforços em consolidar, cálculos e interpretação de dados dos censos demográficos, de mão-de-obra, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – e Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Mesmo com essa colaboração dos órgãos municipais, os avanços foram pequenos e não permitiram o aprofundamento em algumas análises.

Em contrapartida, para a realização da pesquisa de campo e na observação, foi gratificante contar com a receptividade da comunidade, nas entrevistas e na convivência comunitária, importando registrar que permitiram avanços significativos.

Diante desses fatos observa-se que, em análise conjuntural, emprego aparece como manchete dos jornais diários, com freqüência semelhante à própria periodicidade dos mesmos; na comunidade investigada, a situação não é diferente, pois foi possível comprovar isso, não só pela frieza dos dados estatísticos, como também pelas falas dos entrevistados, que acrescentaram ainda, a questão da necessidade de formação profissional, tão carente naqueles que buscam uma ocupação e cujo acesso é dificultado pela escassez de opção na região. Nas entrevistas, foram ouvidos trabalhadores (empregados e desempregados) e empregadores, constatando-se que ambos tinham um ponto comum ao detectar deficiência de mão-de-obra qualificada, até mesmo, para atividades ligadas ao setor primário, principal atividade econômica do município, podendo-se exemplificar com a ocupação do operador de colheitadeira, cuja máquina está totalmente automatizada, bem diferente dos velhos tratores em que não demandava por qualificação no desempenho das tarefas. Mesmo diante de um diagnóstico inóspito como esse, a comunidade possui potencialidades explícitas, como o elevado índice de alfabetização, a satisfatória quantidade de salas de aula em relação ao contingente populacional, o Campus Universitário da Universidade Católica Dom Bosco, e a escola técnica rural.

A organização social do município mostra-se com grande capacidade de realização, pois a comunidade é atuante, com características de generalidade, continuidade, impessoalidade, modicidade, eficiência e consciência das necessidades locais; uma das provas disso é a participação voluntária nos fóruns municipais para a construção do Plano Estratégico de Mato Grosso do Sul, ratificando a tônica de a administração municipal reger essa população atuante e participativa.

O turismo utilizando o espaço rural também constitui uma potencialidade que o município possui para a promoção de seu desenvolvimento local endógeno com vistas na sustentabilidade, pois é detentor de belezas naturais primorosas e um relevo que proporciona diversas opções para exploração, uma vez que a atividade, se exercida adequadamente, não é poluente nem degradante e quanto menos impacto causar ao meio ambiente melhor, pois existe grande preocupação dos habitantes no tocante à preservação e proteção ambiental, em

especial do Aqüífero Guarani e da vegetação nativa em algumas regiões. Além disso, o setor turístico, vem despontando com grande potencial de absorção de mão-de-obra, uma vez que, os seguimentos que o permeiam, possuem tarefas não possíveis de serem automatizadas, mas de execução pela figura humana em hotéis, restaurantes, passeios, entre outras, como se pode exemplificar com as ocupações de camareira, recepcionista de hotel, garçom, cozinheiro.

Grande parte da população municipal possui raízes no sul do País, e trouxe na bagagem hábitos e tradições sulistas que compõem a cultura e a arte do lugar; a exemplo disso, são as festividades em que se destacam e a culinária praticada, bem como as manifestações populares que se apresentam como um fortíssimo veículo para a promoção da imagem do município, ratificando-se que as principais virtudes dessas manifestações poderão ser valorizadas na divulgação e no marketing e, paralelamente a isso, explorar também um tipo de turismo gastronômico, entendendo por esse último, não só a estrutura de bares, restaurantes e clubes de tradições, mas também aquela culinária artesanal já adotada por alguns habitantes (como os queijos, embutidos, compotas, pães e cucas) para que turistas tanto do Estado como de fora dele possam conhecer e usufruir dessa culinária que desponta.

Portanto, diversas são as áreas que apresentam potencial capaz de desencadear o processo de desenvolvimento local endógeno que lastreia a sustentabilidade e com capacidade de gerar emprego e absorver a mão-de-obra existente, pois, além das riquezas naturais latentes, há que se considerar o perfil populacional que compõe o município de São Gabriel do Oeste, com características desbravadoras atuantes e estruturalmente organizadas, com muita vontade de vencer e proporcionar um lugar agradável e promissor para as gerações futuras. Porém, não basta apenas gerar vagas no mercado de trabalho, pois tão importante quanto empregar é preparar a respectiva mão-de-obra para ingressar nesse mercado, se não por vias empregatícias, por vias empreendedoras. Essa é uma visão possível, é necessário apenas valorizá-la em sua dimensão.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense 1986.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no Mundo do Trabalho, São Paulo: Cortez; Campinas,SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSSINES - ABAG. Disponível em: <<http://www.abag.com.br>>. Acesso em: 1^a out. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023*: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2000. 22p.

_____. *NBR 10520*: apresentação de citações em documento: procedimentos. Rio de Janeiro, jul. 2001. 4p.

_____. *NBR 14724*: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, jul. 2001. 6p.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Municipalização para o desenvolvimento*. Campo Grande, MS: UFMS/PREG., Campo Grande, 1993.

_____. *No município sempre a educação básica do Brasil*. Campo Grande: Ed UCDB, 1999.

_____. *Pesquisa na dinâmica da vida e na essência da Universidade*. Campo Grande, MS: UFMS, 1995.

_____. *Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local*. In: Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, MS: v.1, n.1, set.2000.

_____. *Sugestão de Roteiro comentado para Projeto de Pesquisa*. Campo Grande, MS: UFMS, 1996.

ÁVILA, Vicente Fideles de; CAMPOS, Izaura Maria Moura; ROSA, Maria Vilma Casanova; Ferro, Regina de Fátima F. C.; PAULITSCH, Robinson Jorge. *Formação Educacional em Desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Coordenação e responsabilidade Técnica Vicente Fideles de Ávila. Campo Grande: Ed UCDB, 2000.

- BALLESTEROS, Aurora Garcia (Org.). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en geografía social*. Barcelona, Espanha, 1998.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BASSI, Eduardo. *Globalização de Negócios*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1997.
- BAVA, Silvio Caccia (Org). *Desenvolvimento local*. São Paulo: Polis, 1996 (Publicação Polis, 25).
- BRASIL. Ministério do Trabalho. *Trabalhar o fundamento*. Brasília: MTb, 1996.
- CÁRPIO, José Martín. *Perspectivas de desarrollo local*. Texto, 1999.
- CAVALCANTE, Enoque Gomes. (Org.). *Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade: algumas experiências no Nordeste do Brasil*. Edições Catavento, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos humanos*. Ed. Compacta, 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- DAVENPORT, Thomas O. *O capital humano: o que é e por quê as pessoas investem nele*; trad. Rosa S. Krausz. São Paulo, Nobel: 2001.
- DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*/Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo (organizadora). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Esperança, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1987.
- HABERMAS, J. *A nova intransparência*. São Paulo: Novos estudos CEBRAP, n. 18, set. 1987.
- IBGE. Censo demográfico de mão-de-obra. Rio de Janeiro, 1980.
- _____. Censo demográfico de mão-de-obra. Rio de Janeiro, 1991.
- INVERNIZZI, Noela. *Boletim Técnico do Senac*. Rio de Janeiro: RJ, nº 1, v. 28 janeiro/abril, 2002.
- IOSCHPE, Evelyn Berg (et al.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- LOPES, Carlos Thomaz G. *Planejamento, estado e crescimento*. São Paulo: Pioneira, 1990.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social* (os princípios ontológicos fundamentais de Marx) São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUNA, Sergio. *O falso conflito entre tendências metodológicas*. In: Fazenda, Ivani (org), *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994, pp:23-33.
- MACÊDO, Murilo, Trabalho na Democracia: A Nova Fisionomia do Processo Político Brasileiro. Brasília: Comissão de Publicações e Documentação do Ministério do Trabalho, Brasília, 1981.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza, Magda de Almeida Neves, Galdêncio Frigotto e outros..*Trabalho e Educação*: Campinas, SP: Papirus, 1994.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: livro I*; tradução de Reginaldo Sant'Anna., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Capital: Crítica da economia política*; apresentação de Jacob Gorender, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MATO GROSSO DO SUL. *Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul – IPLAN*, 2002.
- _____. *Secretaria Estadual da Fazenda*, 2002.
- _____. *Secretaria Estadual de Educação*, 2002.
- _____. Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia. Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul. *Cenários e estratégias de longo prazo – MS 2020*. Campo Grande, 2000.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. Secretaria de mão-de-obra. *Configuração Parcial da Força de Trabalho; uma visão dos Grandes Grupos 3 e 8 da CBO*, conforme dados da RAIS, 1984, Brasília, 1987.
- MONTANA, Patrick J. *Administração*. Tradução Robert Brian Taylor (revisão técnica Reinaldo O. da Silva) São Paulo: Saraiva, 1998.
- NÓVOA, Antonio et. al. *Formação para o desenvolvimento*. Lisboa: Fim de Século/OIT, 1992.
- OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- PATARRA, N. e outros (organizadores). *Migrações, condições de vida e dinâmica urbana*. São Paulo – 1980 – 1993. Campinas, SP: UNICAMP-IE, 1997.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983*. São Paulo: Editora Brasiliense, 16^a edição, 1983.

- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento e direitos humanos*. Maceió: PRODEMA, 2000.
- SANDRONI, Paulo (org. e supervisão). Dicionário de Economia: São Paulo: Best Seller, 1989.
- SANTOS, J.L.F. e outros (organizadores). *Dinâmica de população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. Hucitec.SP – 1996.
- _____. *Espaço e Método*. Nobel. São Paulo – SP - 1987.
- SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENAC.DN. *A paixão do ofício*/ Elias Fajardo. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1998.
- _____. *Formação e trabalho*./Davide Mota. Rio de Janeiro: Ed.SENAC Nacional, 1997.
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa qualitativa em Educação*, São Paulo: Atlas, 1987.
- WEISINGER. Hendrie. *Inteligência emocional no trabalho*; trad. Eliane Sabino. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- YIP, George S. *Globalização: como enfrentar os desafios da competitividade mundial*. George S. Yip: tradução de Rosana Antonioli. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1996.